

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TÂMARA JOANA BIOLO SOARES

POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS:
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS ACT E
CONTE COMIGO NA CIDADE DE PELOTAS, RS.

Porto Alegre

2019

Tâmara Joana Biolo Soares

Políticas públicas e prevenção da violência no desenvolvimento infantil baseada em evidências: uma análise da implementação dos programas ACT e Conte Comigo na cidade de Pelotas, RS.

Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Mori Madeira

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Soares, Tâmara Joana Biolo
POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS: UMA
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS ACT E CONTE
COMIGO NA CIDADE DE PELOTAS, RS. / Tâmara Joana Biolo
Soares. -- 2019.
204 f.
Orientadora: Lígia Mori Madeira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Prevenção da violência. 2. Segurança Pública .
3. Desenvolvimento Infantil. 4. Políticas Públicas. 5.
Implementação de políticas públicas. I. Madeira, Lígia
Mori, orient. II. Título.

Tâmara Joana Biolo Soares

POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO INFANTIL BASEADA EM EVIDÊNCIAS:
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS ACT E
CONTE COMIGO NA CIDADE DE PELOTAS, RS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Políticas Públicas.

Porto Alegre, 11 de setembro de 2019.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Flores (UFRGS)

Prof. Dr. Luciano Da Ros (UFRGS)

Prof. Dr. Joseph Murray (UFPEL)

Ao meu amor, Alberto, que faz por mim o mais importante: acreditar que eu posso.

À Maia, bebê que carrego no ventre, porque foi para me tornar mãe dela que eu me apaixonei pelo conhecimento aqui trabalhado.

Aos servidores públicos de Pelotas, porque foram capazes de mudar de opinião e transformar o seu fazer cotidiano, em benefício de milhares de crianças.

Agradecimentos

Esta dissertação não representa o fim de um ciclo, mas sim o começo. Há 15 anos, quando eu me graduava em Direito por esta Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não imaginava que agora estaria debruçada sobre os temas de que trato neste texto. O sentimento de justiça que me movia lá continua me guiando aqui; no entanto, meus instrumentos agora são outros e aprendi, e espero que esta dissertação ajude a comprovar, que usar instrumentos mais adequados às mudanças que desejamos operar torna o fazer mais eficiente e o executor mais feliz.

Olhando para trás tudo parece fazer sentido. Antes de chegar aqui trabalhei por alguns anos na Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Costa Rica, e condenar Estados por graves violações de direitos humanos foi o período mais feliz da minha relação com o Direito. Quando retornei ao Brasil já estava decidida a passar para o outro lado e tentar ajudar o poder público a ser menos violador e mais garantidor de direitos. Por isso ingressei na gestão pública estadual, como diretora de direitos humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio grande do Sul, e me apaixonei por políticas públicas e pelo grande privilégio que significa poder influenciar a vida de tantas pessoas ao mesmo tempo. Em razão de um financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na época com o especialista Dino Capriolo e agora com Rodrigo Serrano, fui instigada a estudar e pensar políticas públicas de prevenção da violência para a juventude. Da gestão estadual, fui convidada por Alberto Kopittke Winogron, então um amigo e profissional que eu admirava, para compor a equipe do prefeito Jairo Jorge na secretaria municipal de segurança pública de Canoas e segui me aprofundando no tema da prevenção da violência. Ao final de 2016 recebemos em Canoas a visita da recém eleita prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, interessada em conhecer as políticas de redução da violência pelas quais Canoas tinha ganhado notoriedade. Com o término da gestão na cidade, decidimos deixar o setor público e passar a contribuir com a discussão sobre políticas de prevenção da violência por meio da sociedade civil. Criamos então, Alberto, o sociólogo Marcos Rolim, eu e outros parceiros, o Instituto Cidade Segura.

Quando postulei a este Mestrado em Políticas Públicas, meu projeto de pesquisa versava ainda sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Fiquei

aliviada quando o excelente professor e ex contemporâneo da faculdade de Direito, Luciano Da Ros, me disse que eu teria a possibilidade de mudar de projeto de pesquisa. Incentivada pelos horrores que li em milhares de páginas do expediente do massacre da Boate Kiss, o último caso que assumi como advogada de direitos humanos, resolvi estudar o que alguns autores chamam de déficit democrático do Ministério Público, perplexa que eu estava com o fato de essa instituição fiscal da lei ter testemunhado tantas ilegalidades cometidas pelo município de Santa Maria e nada ter feito para prevenir a morte dos 242 jovens.

Naquele momento escolhi minha orientadora, professora Lígia Mori Madeira, que era a mais adequada para o tema e a única que me permitiria mudar ainda uma vez mais vez meu projeto de pesquisa e seguir me acompanhando e orientando com o mesmo entusiasmo, carinho e dedicação.

O que teve início com a visita da prefeita Paula em Canoas se transformou em 2017 no Pacto Pelotas Pela Paz, uma política pública criada pelo Instituto Cidade Segura e executada por aquele município e que logrou reduzir os índices de homicídios na cidade em mais de 40% em dois anos. No âmbito do Pacto queríamos executar políticas de prevenção primárias, universais e ainda durante a infância, porque a evidência mostra que são muito eficientes em prevenir violências futuras. Neste momento conhecemos pessoalmente o professor Joseph Murray, a quem convidamos para avaliar o Pacto e que nos apresentou os programas ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e Conte Comigo de compartilhamento de livros. O Professor Murray, de forma inédita, propôs uma avaliação de impacto desses programas no âmbito das Coortes de Nascimento de Pelotas. Abraçamos a ideia e me coube a função de coordenar esse processo pelo Instituto Cidade Segura. Transcorrido um ano de planejamento e execução, e depois de uma total imersão minha nesse projeto, decidi fazer dele o tema da minha dissertação.

Este trabalho de pesquisa é, portanto, uma singela contribuição no âmbito de um processo muito amplo do qual tive a honra de participar e que envolveu um grande número de pessoas que passo a agradecer.

À Lynne Murray e Peter Cooper, da Mikhulu Trust, criadores do programa *Dialogical Book Sharing*, que traduzimos ao Português como Conte Comigo, e a David Jeffreery também da Mikhulu Trust, minha gratidão pela amizade, pelos livros de Lynne que são guias de uma parentalidade mais consciente e afetiva, pela dedicação de

Peter para que tudo corresse bem em Pelotas e a ambos pela honra e confiança de terem confiado a mim e ao Instituto Cidade Segura a disseminação do Conte Comigo no Brasil.

A Júlia Silva, psicóloga brasileira hoje coordenadora do escritório de prevenção da violência da Associação Americana de Psicologia e criadora do programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, pela disposição em fazer do ACT uma realidade em Pelotas que transformou a vida de tantas famílias.

A Joseph Murray, que além de um teórico brilhante, é um ser humano amável e gentil e que mesmo nos momentos mais difíceis da implementação dos programas em Pelotas esteve sempre guiado pela preocupação com as pessoas, e a toda a equipe de apoio e de pesquisadoras do Estudo Piá.

Gratidão a vocês que me abriram as portas deste universo.

A Marcos Rolim, a quem considero um dos principais intelectuais brasileiros e tenho a alegria de ter como amigo pessoal, que me indicou a leitura de “Como as Crianças Aprendem”, livro que foi um divisor de águas para mim.

Em Pelotas a lista de agradecimentos é tão grande quanto foi o impacto do trabalho realizado, por isso certamente não poderei nomear todas as pessoas, mas não posso deixar de me referir a algumas delas. À prefeita Paula Mascarenhas, que dá orgulho por ser uma grande mulher na política, pela coragem e ousadia em acreditar que um modo diferente de fazer política e políticas públicas é possível e necessário. Ao Samuel Ongaratto, que abraçou nossas ideias como suas e foi peça chave para os programas terem acontecido. À diretora Loreni Peverada, por ter nadado contra a corrente, por ter acreditado desde o início e se mantido firme na convicção de que era possível os programas acontecerem. À Aline Crochemore, pela dedicação ao Cada Jovem Conta, o programa pioneiro que sentou as bases para que as outras metodologias pudessem ser realizadas.

À Aliceia Ceciliano e Maria de Lourdes Botelho, coordenadoras operacionais dos programas ACT e Conte Comigo, por serem absolutamente incansáveis e terem dado todo o melhor de vocês. Às implementadoras e ao implementador do Programa ACT, Verônica, Suzana, Olga, Fernanda, Andreia, Marge, Daniela, Cibérie e Pablo e aos implementadores do programa Conte Comigo, Tatiana, Maria Victória, Ana Catarina, Marcos Roberto, Vinícius, Eduardo, Lilian, Marciela e Fernanda, por seu

empenho e desejo permanente em trabalhar em favor das mães, das crianças e de uma infância melhor e sem violência.

Agradeço à CAPES e à ABRASCO porque recebi bolsas de estudos de ambas instituições no curso do Mestrado. Eu estava desempregada quando iniciei no programa, tive a satisfação de ser classificada em primeiro lugar na seleção e obtive uma bolsa de estudos da CAPES que me possibilitou seguir estudando e iniciar minha transição profissional para que, ainda durante o Mestrado, eu pudesse abrir mão da bolsa para que outro colega fosse beneficiado. Não somente agora, mas também quando eu era uma estudante de graduação fui contemplada com bolsa da CAPES para fazer um intercâmbio aos Estados Unidos, o que me abriu portas para ter uma carreira internacional e, mais tarde, realizar uma pós-graduação na Universidade de Harvard. Registro, pois, meu repúdio ao desmonte que a CAPES vem sofrendo pela atual administração federal e minha gratidão a essa agência de fomento, que é imprescindível ao desenvolvimento das pessoas e do conhecimento no Brasil.

Agradeço à minha orientadora, como já disse, que teve a paciência e compreensão em mergulhar num tema novo para me orientar. Na pessoa dela, agradeço a todos os professores que tive neste PPG de Políticas Públicas, onde finalmente tive a liberdade que eu buscava para poder me encontrar e escolher o tema certo, que fizesse sentido no meu novo momento de vida. Esta dissertação é apenas meu primeiro escrito nessa nova trajetória. Infelizmente entra tantas mudanças me sobraram poucos meses de trabalho para produzir este texto, mas eu aprendi muito mais durante essa escrita do que teria feito se tivesse trabalhado temas que já conhecia e pelos quais não nutria tamanho interesse. Eu queria muito que esse mestrado fizesse sentido para mim e não fosse apenas uma pesquisa protocolar para receber um diploma e assim ele foi.

Nos últimos dois anos minha família cresceu com a chegada da família do meu marido e sou grata pelo carinho de minha sogra Lúcia, meu sogro Winogron, os sobrinhos Sofia e Rafael e da minha cunhada Luciane, que foi uma das incentivadoras deste trabalho.

Quem mais sentiu minha falta enquanto eu trabalhava nesta dissertação foi minha querida mãe, Giacomina, mas ela sempre se emociona com minhas conquistas, esteve ao meu lado em todas elas e merece o mundo por ser para mim um exemplo de profissional inovadora e corajosa. Agradeço igualmente ao amado irmão, Ártico,

um entusiasta de tudo que eu faço, que fez uma leitura e revisão minuciosa deste para melhorá-lo. Ele é para mim a representação viva do nosso querido e saudoso pai, Riograndino, que era um autodidata, amante da leitura e que me dizia “escreva, Tâmara, escreva”. Estou aqui tentando, pai.

Por fim, ao amor da minha vida, Alberto, que é a pessoa que mais me desafiou na vida porque também é a que mais acredita no meu potencial. O amor dele me fez ver o sol, transformou a minha visão sobre o amor, sobre vida em comum e sobre o futuro. O futuro feliz que hoje eu estou construindo não teria sido possível sem ele. Uma primavera linda nos espera agora em outubro, ela se chama Maia, e vai durar para o resto das nossas vidas.

“Não pense que um pequeno grupo de pessoas dedicadas não pode mudar o mundo. Foram sempre eles que o fizeram”. Margaret Mead, *The World Ahead: An Anthropologist Anticipates the Future*.

RESUMO

Dissertação de Mestrado que avalia o processo de implementação de dois programas baseados em evidências de prevenção da violência no desenvolvimento infantil aplicados na cidade de Pelotas, RS. Apresenta evidências científicas da efetividade de programas de prevenção da violência no desenvolvimento infantil e sobre o que contribui para garantir uma implementação efetiva desses programas no âmbito do serviço público. Descreve o processo de implementação ocorrido em 2018 em Pelotas dos programas ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e Conte Comigo de compartilhamento de livros. Discute os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais sobre a percepção de gestores, implementadores, pesquisadores e usuárias desses dois programas à luz das evidências científicas sobre implementação de programas baseados em evidências. Conclui que a presença de fatores como liderança, supervisão profissional, motivação dos implementadores são fundamentais para a implementação. Acrescenta que a motivação do servidor público é um benefício extra da aplicação de programas baseados em evidências. Já fatores negativos como a falta de estrutura para a aplicação são desestimulantes e podem comprometer a efetividade da implementação, em consonância com a literatura da ciência da implementação.

Palavras-chave: Políticas públicas. Prevenção da violência. Prevenção da violência no desenvolvimento. Segurança Pública baseada em evidências. Implementação de políticas públicas. Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Master's Dissertation that evaluates the implementation process of two evidence-based programs for the prevention of violence in child development applied in the city of Pelotas, RS. It presents scientific evidence on the effectiveness of violence prevention programs in child development and on what contributes to ensure an effective implementation of these programs within the public service. It describes the implementation process that took place in 2018 in Pelotas of the ACT Program for Educating Children in Safe Environments and of the Count on Me Program of book

sharing. The paper discusses the data collected through semi-structured interviews and focus groups on the perceptions of managers, implementers, researchers and users of these two programs in light of the scientific evidence on the implementation of evidence-based programs. It concludes that the presence of factors such as leadership, professional supervision, and motivation of implementers are fundamental to implementation. It adds that the motivation of public servants is an extra benefit of the application of evidence-based programs. Negative factors such as the lack of structure for the application are discouraging and may compromise the effectiveness of the implementation, in line with the implementation science literature.

Keywords: Public Policy. Violence prevention. Developmental violence prevention. Evidence based public safety. Implementation of public policies. Child development.

Apoio de financiamento CAPES

Em observância à Portaria número 206, publicada no Diário Oficial da União em 5 de setembro de 2018, informa-se que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

Sumário

1. Introdução	17
2. Políticas públicas informadas por evidências.....	21
2.1 O papel das evidências na formulação de políticas públicas.....	21
2.2 Histórico do surgimento do uso de evidências em políticas públicas	25
2.3 A produção de evidências	30
3. Programas de prevenção primária da violência baseados em evidências: implementação e efetividade.....	35
3.1 Histórico, conceito e tipologia da prevenção à violência baseada em evidências.....	35
3.2 Conceito	37
3.3 Tipologia.....	39
3.4 A implementação de programas de prevenção da violência baseados em evidências.....	41
3.5 A efetividade de programas de prevenção da violência no desenvolvimento infantil	49
3.5.1 A prevenção da violência no desenvolvimento individual.....	49
3.5.2 Evidências sobre intervenções socioemocionais	52
3.5.3 Evidências sobre intervenções de mudança do perfil parental	55
3.5.4 Os programas ACT e Conte Comigo.....	58
4. A percepção de gestores, implementadores, pesquisador e mães sobre a implementação dos programas de prevenção da violência em Pelotas	62
4.1 Contextualização: o Pacto Pelotas Pela Paz e o Estudo Piá	62
4.2 Método	64
4.2.1 Delineamento da pesquisa	64
4.2.2 Participantes	65

	16
4.2.3 Instrumentos	66
4.2.4 Análise dos dados	68
4.3 Resultados da análise qualitativa	68
4.3.1 Categoria: Pacto Pelotas Pela Paz.....	69
4.3.2 Categoria: resistências.....	71
4.3.3 Categoria: dificuldades na fase de implementação	81
4.3.4 Categoria: Facilidades na implementação	90
4.3.5 Categoria: Percepção de mudanças	92
4.3.6 Percepções das mães.....	102
4.3.7 Categoria: Satisfação	108
4.3.8 Sugestões	109
4.4 Resultados e as evidências sobre implementação	111
5. Conclusão	120
6. Referências	125
Apêndice A - Roteiros de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores públicos, pesquisadores e mães	130
Apêndice B - Roteiros dos grupos focais aplicados aos implementadores	132
Apêndice C - Transcrição das entrevistas Gestores	133
Apêndice D - Transcrição das entrevistas com Pesquisadores da UFPEL	151
Apêndice E – Transcrição das entrevistas com as mães dos Programas Conte Comigo e ACT	161
Apêndice F – Transcrição das entrevistas com os implementadores do Programa Conte Comigo	185
Apêndice G – Transcrição das entrevistas com os implementados do Programa ACT	195

1. Introdução

Em 2017, o Brasil alcançou um terrível recorde histórico: o maior número de homicídios ocorridos na história do país, com 65.602 mortes. No ano passado, foram 63.895 mortes, mantendo o país com uma das maiores taxas de violência do mundo, 30.8 por 100 mil habitantes. Essa situação é ainda mais dramática quando se considera o recorte da população jovem brasileira, já que o homicídio é responsável por 59,1% do total de mortes de adolescentes e jovens do sexo masculino entre 15 e 19 anos no Brasil (CERQUEIRA et al., 2019).

A violência mata também na infância. As violências e os acidentes, muitos deles causados por negligência dos cuidadores das crianças, são as maiores causas das mortes de crianças, a partir de 1 ano de idade. Entre as chamadas causas externas, as agressões são as que mais matam crianças e adolescentes no Brasil, a partir dos 10 anos de idade. As consequências da violência na infância e adolescência são ainda subestimadas no país, mas um dado aponta para um cenário desolador: o suicídio tornou-se em 2017 a terceira maior causa das mortes de adolescentes e jovens entre 15 e 25 anos no Brasil (GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL ESTADUAL DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, 2019).

Globalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que pelo menos 1 bilhão de crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos sofra violência ou negligência física, sexual ou psicológica todos os anos. Em 2014, a OMS reconheceu que o fato de que ser abusado ou negligenciado na infância torna mais provável que a pessoa cresça e perpetue a violência contra mulheres, contra seus próprios filhos e se engaje na violência juvenil. A Organização ressaltou que há relevantes evidências da eficácia dos programas de apoio aos pais na prevenção do abuso e da negligência infantil. Para quebrar o ciclo de violência interpessoal, recomendou aos Estados membros que fortaleçam o acesso e avaliem a efetividade dos serviços oferecidos às pessoas afetadas para reduzir a recorrência da violência (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014).

Tomando em consideração os altos índices de violência contra crianças em países de baixa e média renda, a OMS declarou a necessidade de avaliar e implementar intervenções de baixo custo para prevenir a violência contra crianças nesses países. Diversos estudos têm mostrado que programas que intervêm junto aos

pais e cuidadores produzem efeitos significativos na redução da violência contra crianças. Os resultados desses estudos são evidências que comprovam que há estratégias efetivas e possíveis para reduzir a calamidade da violência contra crianças. No entanto, a maioria dessas evidências é produzida em países de alta renda. Uma revisão sistemática realizada em 2013 localizou apenas 12 estudos realizados em países de baixa e média renda que avaliavam o impacto de intervenções parentais na redução da violência (MURRAY et al., 2019).

A área da saúde foi a primeira a estreitar a relação existente entre evidências científicas e políticas públicas com a medicina baseada em evidências. Em nível mundial as recomendações da OMS representam uma das formas de traduzir as evidências sobre intervenções efetivas nessa área para que se tornem políticas públicas nacionais nos países membros (WHITE, 2019).

No campo da segurança pública e prevenção da violência, o movimento da Segurança Pública Baseada em Evidências igualmente defende que os programas e políticas na área sejam formulados utilizando a melhor evidência científica disponível sobre o que funciona para reduzir a violência (WELSH e FARRINGTON, 2007). Isto é, o resultado de pesquisas científicas não deveriam apenas estar relacionadas com a fase de avaliação das políticas públicas, mas devem ser utilizadas na formulação e na implementação das políticas (NOVINS et al., 2013).

Para informar a formulação de políticas em segurança pública e prevenção da violência, houve, sobretudo no âmbito internacional, uma proliferação de estudos avaliando a efetividade de variadas intervenções. Em particular, na área da prevenção da violência no desenvolvimento, que tem como objetivo prevenir o desenvolvimento de fatores de risco associados à violência desde a tenra idade, diversos programas hoje são considerados efetivos ou promissores. É o caso dos programas que buscam modificar práticas parentais violentas e estimular o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

No entanto, existem menos estudos sobre os processos de implementação desses programas, isto é, o que precisa ser feito e de que forma esses programas devem ser aplicados pelo poder público para que sejam acessados pela população em geral (NOVINS et al., 2013).

Diante disso, o tema da presente pesquisa aborda a implementação de programas de prevenção da violência baseados em evidência. Para delimitar tal tema,

o trabalho investigou a implementação de dois programas que foram executados na cidade de Pelotas. O primeiro programa se denomina ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e tem como objetivo conscientizar pais e cuidadores a não usarem a violência na educação de seus filhos. O segundo é o Conte Comigo, um programa que ensina pais e cuidadores a compartilharem livros de figuras, sem palavras, com as crianças com o objetivo de estimulá-las cognitivamente e de fortalecer o vínculo desse cuidador com a criança.

Assim sendo, a pesquisa de mestrado tem como objetivo geral analisar o processo de implementação dos programas ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e Conte Comigo em Pelotas a partir da percepção de gestores públicos, pesquisadores, implementadores e usuárias das intervenções, a fim de contribuir para a futura aplicação desses e de outros programas de prevenção da violência como políticas públicas, ajudando a qualificar sua aplicação pelo poder público.

São objetivos específicos deste trabalho: a) descrever e identificar os fatores que favoreceram e aqueles que dificultaram a implementação dos programas ACT e Conte Comigo em Pelotas; b) demonstrar as semelhanças e ressaltar as diferenças de percepção entre os distintos atores envolvidos no processo de implementação, e c) analisar esses dados à luz das evidências que demonstram o que funciona na implementação de programas e práticas baseadas em evidências.

A implementação dos programas ACT e Conte Comigo se deu no âmbito do Pacto Pelotas Pela Paz, uma política municipal de segurança pública voltada à redução e prevenção da violência utilizando programas com base em evidências científicas que foi inaugurada em 2017 na cidade de Pelotas. Essa política foi consequência de uma parceria institucional entre o município de Pelotas e as organizações da sociedade civil Comunitas e Instituto Cidade Segura, esse último que atuou como parceiro técnico do município e do qual a pesquisadora é colaboradora. No âmbito do Pacto Pelotas Pela Paz, estabeleceu-se ainda uma cooperação com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) para a realização de um estudo clínico com o objetivo de avaliar a efetividade de dois programas de prevenção da violência, o programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e o programa Conte Comigo. Falaremos mais a respeito desses programas no capítulo 2 e sobre o Pacto Pela Paz no capítulo 3.

Por meio dessa cooperação, o município implementou os programas ACT e Conte Comigo, e a Universidade realizou a avaliação quantitativa do impacto dos programas nas mães e crianças participantes. Este trabalho apresenta a análise qualitativa do processo de implementação dos dois programas pelo município de Pelotas, a partir do resultado de entrevistas e grupos focais realizados com 30 pessoas, entre gestores, implementadores, pesquisadores ou usuários durante o processo de preparação e implementação dos dois programas e apontamos os êxitos e fragilidades desse processo.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo abordamos o tema das políticas públicas baseadas em evidências, descrevemos seu histórico e apresentamos duas questões de debate que permeiam o uso de evidências em políticas públicas.

No segundo capítulo apresentamos o modelo de implementação de políticas baseadas em evidências, assim como evidências sobre o que funciona para que uma implementação seja efetiva. Além disso, tratamos do tema da prevenção da violência contra crianças, mostrando a importância da prevenção precoce da violência, seus mecanismos psicológicos de atuação e dados sobre a efetividade de programas semelhantes aos que foram implementados em Pelotas, ou seja, intervenções que utilizam mudanças nas práticas parentais e de estímulos cognitivos e emocionais nas crianças para provocar a redução da violência. Apresentamos os dois programas ACT e Conte Comigo.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta e analisa os dados coletados junto aos gestores, pesquisadores, implementadores e usuárias das intervenções que foram entrevistados ou participaram de grupos focais e contrasta esses dados com a evidência sobre os fatores que influenciam a efetividade da implementação de programas de prevenção da violência baseados em evidências.

2. Políticas públicas informadas por evidências

Este capítulo apresenta a importância do papel das evidências em políticas públicas, a evolução histórica do seu uso e a necessária aproximação metodológica entre as abordagens qualitativa e quantitativa de produção de conhecimento para propiciar a inserção das evidências em todas as áreas de conhecimento relacionados a políticas públicas.

2.1 O papel das evidências na formulação de políticas públicas

Uma política pública é uma solução elaborada para enfrentar um problema público. Seguindo a tradição do pensamento sistêmico das ciências políticas, as políticas públicas foram vistas por muito tempo como meras consequências das disputas e dinâmicas de poder entre atores políticos. Na década de 1970, Theodore Lowi passou a questionar esse suposto e cunhou a expressão “*policies determine politics*”, isto é, as políticas públicas determinam a política, propondo a visão oposta de que, a depender da política pública em curso, esta pode provocar mudanças nos conflitos, coalizões e no equilíbrio de poder político vigente (SECCHI, 2015).

O conteúdo da política pública tem a capacidade de determinar o processo político, então esse conteúdo precisa ser estudado, compreendido e qualificado. Para estudá-lo, é fundamental compreender suas fases e quais fatores podem influenciar cada uma das suas etapas. Quanto às fases de políticas públicas, tradicionalmente destacam-se: a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção das políticas, conformando o chamado ciclo de políticas públicas (SECCHI, 2015). Como todo processo social, no entanto, é certo que essas fases não são estanques e, a exemplo do modelo da *Trash Can* ou “lata de lixo” de Cohen, March e Olsen (1972), a formulação de alternativas ou soluções pode acontecer mesmo antes de identificado o problema e inclusive determinar qual problema social será enfrentado (SECCHI, 2015).

Nosso foco é analisar um fator de influência que nas últimas décadas tem ganhado relevância e sido utilizado por diferentes governos como uma resposta à

necessidade de prestar contas das suas decisões e ações e para demonstrar o impacto das políticas públicas: as evidências científicas. Em geral, na literatura da área no Brasil, as evidências são referidas como o resultado etapa de avaliação de políticas. No entanto, as etapas que nos interessam neste trabalho são as de formulação e de implementação (FERREIRA COSTA; DA SILVA; SILVA, 2016).

O movimento de Políticas Públicas Baseadas em Evidências (EBPP, na sigla em inglês para *Evidence-Based Policy and Practice*) obteve atenção internacional ao chegar ao governo da Inglaterra em 1997 quando o recém eleito governo trabalhista adotou como lema para sua administração a frase “o que importa é o que funciona”. A intenção era assinalar uma nova abordagem que superasse polarizações ideológicas do tipo “contra” ou “a favor” na formulação das políticas públicas e em que as evidências a respeito do que funciona estariam no centro do processo de tomada de decisão. O governo então prometeu desenvolver políticas “para entregar resultados que importam e não apenas reagindo a pressões de curto prazo” e entre as sete características listadas dessas novas políticas estava “ser baseada nas melhores evidências disponíveis” (DAVIES, 2001).

Entretanto, para alguns críticos, o termo “baseado” em evidências não traduz corretamente o nível de relevância que as evidências podem ou devem ter sobre os processos decisórios no âmbito da formulação de políticas públicas, o que tem fomentado a adoção do termo menos enfático políticas “informadas” por evidências (HEAD, 2016).

Segundo os céticos, em primeiro lugar, o processo de tomada de decisão quanto a quais políticas serão realizadas é eminentemente político, permeado por conflitos, trocas e interesses. Mesmo com a expansão da produção de evidências sólidas e úteis para análises de políticas públicas, a natureza do debate político e de tomada de decisão não é favorável a uma perspectiva puramente dirigida pela ciência. Esse processo se torna particularmente desafiador quando se tratam de temas controversos e com alta polarização entre grupos de interesse, como é o caso de políticas sobre controle de armas, delinquência juvenil ou migração ilegal. O próprio debate sobre uma abordagem mais preventiva na área da segurança, na prática, permanece vulnerável às campanhas populistas de “lei e ordem” por líderes políticos. Nesses casos de debates fortemente emotivos e com controvérsias pautadas pela mídia, a evidência também é acusada de estar enviesada e cada lado termina por

escolher a pesquisa que mais lhe favorece, ao invés de adotar uma visão equilibrada sobre os dados disponíveis. Assim, lidar com esse tipo de debate é de responsabilidade das lideranças políticas por meio do diálogo com os grupos interessados, processo que não pertence ao domínio da ciência (HEAD, 2016).

Em segundo lugar, porque os tipos de informação que formuladores e gestores necessitam e suas práticas variam enormemente em cada instituição, inviabilizando o uso de evidências genéricas por organizações tão diversas. Mesmo com os processos de tradução e disseminação do conhecimento baseado em evidências para o melhor uso pelos formuladores, ainda assim a maioria das decisões quanto ao desenho e à implementação das políticas permanece sendo de cunho estritamente político (HEAD, 2016).

A propósito, mesmo considerando que o processo de tomada de decisão política tenha motivações subjetivas, é possível oferecer alguns benefícios objetivos na tomada de decisões por meio do uso de evidências. Além da citada maior probabilidade de efetividade dos programas embasados por evidências de impacto e resultado, o uso de evidências melhora também o nível de transparência no processo de decisão e a relação entre custo e benefício das políticas executadas.

A transparência na tomada de decisões políticas é elemento fundamental no campo de políticas públicas e produz apelo social e poder político e as evidências garantem maior transparência na medida que os dados usados para a tomada de decisão são concretos, aferíveis cientificamente e passíveis de serem publicados (FERREIRA COSTA; DA SILVA; SILVA, 2016).

Outro fator relevante é a análise de custo-benefício, que é um instrumento de avaliação e decisão relevante no processo de políticas públicas. A análise de custo-benefício é uma ferramenta utilizada após a realização de estudos de efetividade para avaliar os impactos socioeconômicos do investimento público, analisando se os benefícios sociais são maiores do que os custos (COSTA, SILVA e SILVA, 2016). A análise de custo-benefício é um dos elementos de eficácia com base nos quais a evidência de um programa é avaliada. Em sua grande maioria, programas baseados em evidência têm melhor relação de custo-benefício do que outros programas, que em geral sequer chegam a ser mensurados sob essa perspectiva (WELSH e FARRINGTON, 2011).

Na área da segurança pública, o termo “baseado em evidências” se consolidou ao longo das últimas décadas inspirado nas primeiras conceituações elaboradas por Sherman (1998), no sentido de que era preciso usar os resultados de avaliações cientificamente rigorosas das táticas, estratégias e políticas de policiamento para guiar as decisões nesse campo, assim como gerar e aplicar o conhecimento produzido tanto por fontes internas, como as próprias instituições policiais, como externas, de universidades e outros grupos dedicados a esse tema (SHERMAN, 1998).

Para Abt e Whinship (2016), o efetivo uso de evidências e dados aumenta a precisão, a confiabilidade, a objetividade, a consistência e a transparência do processo público de decisão sobre políticas públicas. Mas os autores preferem utilizar o termo segurança pública informada por evidências, levando em consideração que as políticas públicas nunca serão baseadas apenas na ciência (ABT e WINSHIP, 2016; ABT, 2017).

A respeito, Lum e Koper (2017) adotam uma perspectiva ampla do que quer dizer “baseado em evidências” como significando que a pesquisa, a avaliação e a análise de dados e processos devem ter “um lugar à mesa de decisão” sobre políticas públicas de segurança. Esses autores finalmente ampliam a aplicação do termo para que inclua também as atividades de tradução do conhecimento em informações úteis para os formuladores e os processos de institucionalização pelas organizações do conhecimento na forma de novas práticas e sistemas policiais e de prevenção à violência (LUM e KOPER, 2017).

É assim que uma melhor compreensão das evidências sobre o que funciona e dos processos de implementação dessas intervenções podem ser cruciais no aumento da qualidade do processo de formulação de políticas públicas (ABT e WINSHIP, 2016).

Se por um lado o processo de tomada de decisão e formulação de políticas públicas não está nem deve estar adstrito apenas às evidências científicas existentes, porque se trata de processo intrinsecamente político e assim deve ser nas democracias, por outro lado também é certo que, em países de baixa e média renda a demanda e a oferta de dados e evidências ainda é muito baixa (UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2016).

Essa realidade é particularmente grave no âmbito da segurança pública, já que a América Latina é o continente mais violento, e o Brasil, o nono país mais letal do

mundo. No entanto, revisões sistemáticas e evidências sobre fatores de risco para a violência e sobre a eficácia de intervenções para a redução e prevenção da violência estão concentradas em países de alta renda e no idioma inglês (SHENDEROVICH et al., 2016).

Por essa razão, o debate sobre o papel das evidências na formulação de políticas públicas é tão relevante e deve ser fortalecido no Brasil, com o objetivo de ampliar a eficiência dessas políticas, especialmente na área de segurança pública e prevenção da violência. Ao nosso ver, a utilização de evidências significa uma ruptura com a abordagem tradicional que considera apenas as pessoas e a política como fatores de formulação de políticas públicas introduzindo no processo decisório a participação de especialistas e da ciência (COSTA, SILVA e SILVA, 2016), sem jamais ignorar o papel das disputas de poder e os interesses de diferentes grupos sociais.

2.2 Histórico do surgimento do uso de evidências em políticas públicas

O século 20 foi marcado por um aumento significativo no número de organizações buscando influenciar ou aconselhar os governos. Grupos de pressão se multiplicaram na forma de *think tanks*, organizações estatutárias, associações profissionais, pesquisadores independentes ou vinculados a universidades. Uma das formas de atuação desses grupos é a apresentação de dados e informações que justifiquem seus posicionamentos e as ideias que defendem (DAVIES, NUTLEY e SMITH, 1999).

Por outro lado, além desse movimento da macropolítica, nas últimas décadas houve igualmente o crescimento da desconfiança sobre as pessoas encarregadas de entregar políticas públicas. No início do século 20 havia uma presunção de que médicos, policiais, professores e outros profissionais detinham o melhor conhecimento e suas decisões não eram questionadas. Ao final do século, no entanto, com a expansão da educação e universalização dos serviços, essa confiança enfraqueceu e o questionamento público sobre a qualidade dos serviços prestados aumentou. Em oposição à cultura de uma prática profissional baseada no julgamento ou avaliação pessoais, cresceu a noção da necessidade de uma prática baseada em evidências,

como forma de assegurar que o que é realizado vale a pena ser feito e está sendo feito da melhor forma possível (DAVIES, NUTLEY e SMITH, 1999).

Alguns dos fatores influenciadores desse questionamento foram o aumento de um público mais educado e informado; a ampliação do acesso à informação provocado pela revolução da tecnologia da informação; maior capacidade e produção científica acadêmica; a ênfase na produtividade e competitividade no âmbito internacional e o aumento do escrutínio público e da exigência de transparência e responsabilização (*accountability*) sobre os governos, impulsionando a necessidade de que as decisões sejam baseadas em evidências científicas sobre o que funciona (DAVIES e NUTLEY, 2001).

Nas últimas décadas foram sendo utilizados métodos cada vez mais qualificados e cientificamente rigorosos para aferir o impacto e resultados das políticas, até chegarmos hoje ao que alguns autores denominam a “revolução das evidências” (WHITE, 2019).

No âmbito da gestão pública, esse processo teria começado na década de 1990, impulsionado pela chamada Agenda de Resultados (*New Public Management*), uma abordagem gerencial e inspirada por valores neoliberais proposta aos países por organismos internacionais. Nessa época houve o surgimento das agências de avaliação de resultado e de auditoria em diversas áreas, como o Escritório Nacional de Auditoria britânico e a Lei de Desempenho e Resultados do Governo norte-americano de 1993 (WHITE, 2019).

Com o objeto de superar o foco excessivo no equilíbrio fiscal, era preciso estabelecer uma agenda capaz de produzir melhorias nos indicadores sociais, mas de forma eficiente, isto é, por meio da análise sobre as relações de causa e efeito entre as políticas implementadas e o impacto nos indicadores. No âmbito das Nações Unidas deu-se a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Internacional, consolidando internacionalmente entre as agências de desenvolvimento o estabelecimento de indicadores de resultados finalísticos e não apenas de esforços (CARVALHO e WHITE, 1994).

Na busca da relação causal entre políticas públicas e o seu resultado, as avaliações de impacto começam a ganhar espaço no cenário internacional. Na área das políticas de desenvolvimento social, por exemplo, o aumento da utilização de evidências começa a crescer a partir dos anos 2000 e foi na virada do milênio que as

evidências começaram a se tornar um elemento influenciador das políticas públicas e há um significativo aumento na realização e publicação de estudos avaliando impacto de políticas sociais em todo o mundo (WHITE, 2019).

Data dessa época a avaliação de impacto do PROGRESA, programa do Governo do México de transferência de renda a famílias pobres da zona rural, realizada para “determinar se o PROGRESA está funcionando na prática conforme seu desenho preconiza” (SKOUFIAS, 2001). A avaliação de impacto demonstrou como resultados no grupo alvo do programa, até 1999, que: 40% das famílias rurais mexicanas foram beneficiadas; depois de três anos de execução, as crianças das famílias participantes do programa têm maior probabilidade de ingressarem na escola, sendo que o maior impacto é a manutenção das crianças no ensino médio, aumentando as taxas de ingresso em 20% para meninas e 10% para meninos, fazendo com que o PROGRESA aumente a escolaridade das crianças rurais mexicanas em 10%. Além disso, a avaliação mostrou que os adultos beneficiários do programa tiveram, em média, uma redução de 17% no número de dias incapacitados por doenças, de 22% a menos de dias na cama e são capazes de caminhar 7% a mais do que não beneficiários. Outros resultados também foram encontrados, como maior número de consultas médicas no pré-natal, aumento da expectativa de vida e da qualidade da nutrição de adultos e crianças (SKOUFIAS, 2001).

Avaliações de impacto como a do PROGRESA possibilitaram o estabelecimento de um conjunto de padrões para a condução de políticas sociais de combate à pobreza no México e na América Latina em geral, inspirando programas em diversos países (SKOUFIAS, 2001), incluindo o Bolsa Família no Brasil.

Multiplicaram-se os estudos de avaliação de impacto e o problema passou a ser a grande quantidade informação. Por isso, a partir de 2008 começaram a surgir revisões sistemáticas na área de desenvolvimento social, que são sistematizações do conhecimento produzido pelas avaliações de impacto, para que ele pudesse ser efetivamente transformado em ferramenta de tomada de decisão (WHITE, 2019).

O aumento de estudos de avaliação e de revisões sistemáticas publicadas não ficou restrito à área do desenvolvimento social. Na educação algumas poucas haviam sido publicadas na década de 90, em torno de 20 revisões elaborados nos anos 2000, mas 200 revisões foram publicadas em 2018. Apenas em 2016 nas ciências sociais

foram 230 revisões e no desenvolvimento internacional, 100 publicações desse tipo (WHITE, 2019).

A exemplo do que já existia na área da saúde desde a década de 1990 com a Medicina Baseada em Evidências, em que a Organização Mundial da Saúde e a Colaboração Cochrane, instituição filantrópica destinada à produção e disseminação de evidências, disponibilizam de forma online evidências consolidadas por revisões sistemáticas para a comunidade técnica, outras redes de agências internacionais e filantrópicas surgem para sistematizar e impulsionar a realização de experimentos, como a Colaboração Campbell, principal rede internacional de promoção, financiamento e produção de revisões sistemáticas, que começou com 200 estudos e hoje congrega 5.000 experimentos na grande área do desenvolvimento social (WHITE, 2019).

As avaliações de impacto e revisões sistemáticas, entretanto, nem sempre foram positivas como as do PROGRESA. Ao contrário, algumas vezes elas demonstraram a realidade de que muitos programas ou não produzem qualquer impacto ou geram efeitos adversos. A primeira revisão sistemática publicada pela Colaboração Campbell mostrou que os *Scared Straight Programmes* (Programas Diretos de Medo) que buscavam reduzir a violência juvenil assustando os jovens quanto aos efeitos da atividade criminal e as consequências do encarceramento, na verdade aumentavam a probabilidade de eles tornarem-se criminosos (PETROSINO, TURPIN-PETROSINO e GUCKENBURG, 2010). Tais resultados alertavam para a necessidade de que as políticas públicas em curso nas mais diferentes áreas fossem avaliadas, para garantir que não estivessem agravando o problema social que pretendiam solucionar.

Contudo, a produção de evidências por meio de avaliações de impacto e a sistematização dessas evidências em revisões sistemáticas por si só não garante que elas serão utilizadas para guiarem decisões em políticas públicas. É buscando estreitar a ponte entre a produção e o uso efetivo das evidências sobre quais intervenções funcionam que cresce a partir de 2010 uma terceira etapa das chamadas políticas públicas baseadas em evidências, o processo de tradução do conhecimento (ou *translational science*), com o objetivo de promover a institucionalização no poder público do conhecimento proveniente das evidências científicas (WHITE, 2019).

Esse processo tem desenvolvido e avaliado vários formatos de disseminação de evidências. Exemplos são a criação por governos e pela sociedade civil de centros e portais de evidência que ajudam a traduzir a informação de forma que ela fique mais acessível às equipes governamentais em forma de guias, plataformas, mapas e bases de dados de evidências. Centenas de portais, como o *Crime Solutions* norte-americano na área da segurança e as *What Works Clearing Houses* nos EUA e Inglaterra apresentam evidências em diversas áreas para que o gestor decida qual utilizar (WHITE, 2019).

Outro exemplo de formas de influenciar políticas públicas por meio de evidências são as recomendações e diretrizes baseadas em evidências, tais como as publicadas pela Organização Mundial da Saúde que se tornaram as bases das legislações nacionais em dezenas de países e que obedecem à exigência de serem baseadas em revisões sistemáticas e estudos de alto padrão científico. É o caso da recomendação de aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e complementar até os 2 anos de idade em crianças que está fundamentada em revisões sistemáticas de estudos como os das coortes de nascimento realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas (HORTA et al., 2007).

Mais recentemente os governos passaram a incorporar a utilização de evidências como um dos elementos fundamentais do seu processo de gestão, por meio de legislações específicas. Um marco recente nesse processo foi a aprovação, em dezembro de 2018, pelo Congresso Norte-Americano da Lei de Formulação de Políticas Baseadas em Evidências. Essa legislação estabelece a maneira como o governo daquele país deve coletar, usar e publicar dados públicos com o objetivo de produzir evidências e de tornar os dados baseados em evidências disponíveis para uso na formulação de políticas públicas. Entre outras medidas, a lei exige que todas as agências federais nomeiem um diretor de avaliação e um diretor de dados, desenvolvam planos para a construção de evidências nas suas áreas de atuação e que tais evidências estejam disponíveis para consulta pública garantindo a transparência¹.

¹ Maiores informações no link: <https://www.ncfr.org/news/us-evidence-based-policy-making-act-signed-law>. Acesso em: 11 Jun. 2019.

Proposta pela Comissão de Políticas Públicas Baseadas em Evidência do Congresso, a adoção dessa lei foi defendida por entidades da sociedade civil, entre elas o Consórcio de Associações de Ciências Sociais. O Consórcio, que reúne mais de cem entidades e associações das áreas sociais, humanas e biomédicas, se manifestou publicamente no sentido de que a lei vai “ajudar a tornar o governo mais eficaz e eficiente, criando evidências sobre práticas, políticas e programas que alcançarão os resultados mais eficazes para que os formuladores de políticas possam tomar as melhores decisões”².

Tornar as políticas públicas mais eficazes, eficientes e transparentes são os objetivos do uso de evidências no processo político de tomada de decisão. Ainda assim, seu uso data de apenas algumas décadas para cá e está mais consolidado em países como EUA e Inglaterra do que no Brasil e, de outro lado, está mais enraizado em áreas como a saúde do que na segurança pública ou outras áreas sociais (DAVIES, NUTLEY e SMITH, 1999).

2.3 A produção de evidências

Para Davies (1999), o elemento comum entre todas as definições sobre o que é evidência é que se trata de uma informação passível de ser observada e verificada ou validada de forma independente utilizando as técnicas científicas exigidas por cada método científico (DAVIES, NUTLEY e SMITH, 1999)

Entretanto, quando se trata de políticas públicas, parece haver outro critério relevante para a escolha da evidência a ser utilizada, que é a de efetividade. Não se trata de buscar qualquer informação, mas sim de encontrar a resposta para um problema público, isto é, responder à pergunta: o que funciona para resolver este problema? (DAVIES, NUTLEY e SMITH, 1999).

Nas palavras de Sherman (1998), que foi um dos precursores na produção e sistematização de evidências na área de prevenção à violência e articulou o conceito de segurança pública baseada em evidências, as práticas policiais devem ser baseadas na evidência científica sobre o que *melhor funciona* (SHERMAN, 1998).

² Maiores informações no link: <https://www.cossa.org/tag/evidence-based-policymaking/>. Acesso em: 11 Jun. 2019.

Se há um consenso no sentido de que evidências de efetividade são importantes para a definição das políticas públicas (CARTWRIGHT e DEATON, 2016), não há a mesma uniformidade quanto às fontes que produzem tal evidência.

A área da saúde, por exemplo, estabeleceu uma rígida hierarquia entre as evidências para avaliar o que funciona. Assim, experimentos randomizados e as revisões sistemáticas desses experimentos ocupam o ápice da pirâmide, enquanto estudos observacionais e consensos profissionais têm menor credibilidade. Essa hierarquia é possível na saúde em razão de que os profissionais da área partem de pressupostos igualmente mais consensuais quanto aos resultados desejados das intervenções. (WALTER, NUTLEY e DAVIES, 2005)

Já em matérias como educação, serviço social e segurança pública existem disputas mais amplas sobre o que constitui a evidência apropriada. É característica própria desses campos a existência de uma gama mais ampla de resultados possivelmente desejáveis, de forma que descobrir o que funciona precisa levar em consideração essa diversidade de resultados, de arranjos das intervenções, da influência do tipo de perguntas realizadas e do contexto em que as intervenções são aplicadas (HAUSSMAN, 2016).

Por outro lado, algumas características que a pesquisa nessas áreas adotou ao longo do tempo dificultam a produção de evidências. Esses campos têm menor tradição na realização de experimentos comparativamente à saúde e seus pesquisadores têm divisões mais profundas entre os paradigmas qualitativo e quantitativo. Além disso, a literatura de pesquisa dessas áreas ainda é dominada por pequenos estudos *ad hoc*, muitas vezes de abordagem e qualidade metodológica duvidosas. A produção de pesquisa está em grande medida concentrada em responder os questionamentos do pesquisador, ao invés de responder e propor alternativas para atender as necessidades dos usuários. Em consequência, há pouca acumulação de uma sólida base de conhecimento sobre a qual formuladores de políticas possam se basear (NUTLEY, DAVIES e WALTER, 2002).

A respeito, Haussmann (2016) questiona a efetividade dos experimentos randomizados controlados como forma única de responder à pergunta “o que funciona” no âmbito das políticas sociais. Isso porque tais experimentos se prestam para avaliar se um ou dois desenhos de certa intervenção impactam ou não no resultado, o que seria muito limitado e demorado em comparação com as

possibilidades de intervenções e a urgência de respostas na área social (HAUSSMAN, 2016).

O autor defende que as organizações tenham a capacidade não apenas de avaliar se aquele desenho em particular funciona, mas sim de implementar estratégias inteligentes e que possam se modificar e evoluir rapidamente a partir dos *feedbacks* que recebem dos implementadores das políticas e dos seus usuários. Para tanto, é preciso que as organizações evoluam no sentido de agregar inteligência artificial com protocolos bem desenhados aos seus programas e intervenções para saber o que funciona, e se preocuparem menos com estudos clínicos na avaliação de intervenções sociais (HAUSSMAN, 2016).

Cartwright e Deaton (2016) apontam para o fato de que há uma supervalorização dos experimentos randomizados controlados na produção de evidências. Argumentam que é equivocada a ideia de que os experimentos são os que têm menos falhas entre todos os demais métodos de pesquisa. Especialmente em se tratando de fazer inferências para fins de políticas públicas, segundo os autores, não se pode pressupor que a validade interna do estudo clínico, obtida mediante processos de randomização, seja suficiente para garantir a utilidade das estimativas por ele produzidas em contextos diferentes daquele em que o estudo foi realizado, isto é, os estudos carecem de validade externa. A causalidade não pressupõe garantia de generalização das conclusões do experimento (CARTWRIGHT e DEATON, 2016).

Ao contrário, quando os experimentos são vistos como parte de um programa cumulativo, que envolve outras forma de apreensão das realidades como estudos qualitativos, teóricos e observacionais, os experimentos têm um papel importante em colaborar para a construção desse conhecimento e oferecer predições úteis sobre o que funciona e, combinados com outros métodos teóricos e empíricos, decifrar também por que aquilo funciona (CARTWRIGHT e DEATON, 2016).

É por essa razão que os autores defendem o pluralismo metodológico na produção de evidências para políticas públicas. Os experimentos são necessários para fornecer provas de conceito e para comprovar predições de que algumas políticas funcionam ou que nunca vão funcionar. No entanto, para poder generalizar os seus resultados é imprescindível saber *por que* algo funciona, e a falta dessa resposta faz perpetuar a dúvida sobre se aquela intervenção deveria ser ou não implementada. É necessário, então, que os experimentos sejam compreendidos

dentro de um panorama maior de informações estruturais que serão obtidas por outros métodos de investigação da realidade. Esse contexto mais amplo de informações deve levar em consideração não apenas seus aspectos econômicos, mas também o conhecimento acumulado por formuladores de políticas públicas a respeito da implementação e dos anseios dos indivíduos e grupos envolvidos (CARTWRIGHT e DEATON, 2016).

Marino (2012) vai além informando que o processo de evolução das ciências sociais foi o desenvolvimento de uma compreensão causal tanto por métodos qualitativos quanto quantitativos, o que chama de paradigma metodológico causal das ciências sociais, que é essencialmente plural metodologicamente. Ao longo desse processo de desenvolvimento, esse paradigma evoluiu de uma compreensão de causalidade determinística para uma compreensão de causalidade múltipla e probabilística, tanto por parte daqueles que utilizavam os métodos quantitativos, quanto os que utilizavam o método qualitativo. Isto é, passou-se a compreender que a presença da causa aumenta, mas não garante que se vá obter um determinado efeito de certa intervenção. É assim que, para o autor, não faz sentido o antagonismo entre as pesquisas quantitativa e qualitativa, uma vez que ambos tem fazer parte de um mesmo paradigma e são complementares (MARINO, 2012).

Em resumo, as evidências científicas são produzidas tanto por métodos quantitativos, quanto qualitativos, sendo fundamental, no entanto, que sua produção seja rigorosa e transparente (LUM e KOPER, 2017).

No campo específico da criminologia, autores como Weisburd (2000) destacaram a importância de se abrir a “caixa preta” dos experimentos para conhecer o que efetivamente aconteceu nos grupos de controle e de tratamento por meio da análise da fidelidade da implementação da intervenção, isto é, o quanto ela foi fidedigna ao protocolo da intervenção, que é uma análise de caráter qualitativo (WEISBURD, 2000).

Contudo, a necessidade de se compreender o que funciona vai além inclusive da abertura da “caixa preta” dos estudos experimentais de fidelidade dos programas. Ressalta-se atualmente a importância de se conhecer *por que* e *como* as intervenções funcionam ou não funcionam, sendo fundamental para isso a realização de estudos qualitativos durante a implementação das intervenções, para permitir compreender

quais características da intervenção devem ser fortalecidas, modificadas ou retiradas (FAMEGA, HINKLE e WEISBURD, 2017).

Esse é o propósito desse trabalho, tem como referência evidências quantitativas de efetividade de programas de prevenção da violência, em particular de intervenções parentais na primeira infância, ao mesmo tempo em que analisa o processo de implementação de um experimento randomizado controlado, procurando assim colocar em prática o pluralismo metodológico.

3. Programas de prevenção primária da violência baseados em evidências: implementação e efetividade

Neste capítulo voltamos nossa atenção para a área da prevenção da violência baseada em evidências, apresentamos seu histórico, conceito e tipologia, bem como evidências sobre a efetividade de programas que integram esse campo: intervenções socioemocionais e de mudança do perfil parental. Relatada a efetividade desses programas, entramos a debater os fatores que influenciam a efetividade da sua implementação, apresentando os fatores e parâmetros com base nos quais analisaremos posteriormente a implementação dos programas ACT e Conte Comigo. Ao final, apresentamos as evidências sobre esses dois programas.

3.1 Histórico, conceito e tipologia da prevenção à violência baseada em evidências

Foi notadamente nos Estados Unidos que o processo de adoção de políticas de prevenção à violência baseadas em evidências teve início. Esse processo se confunde com o período de luta por direitos civis e políticos naquele país, coincidindo com a crise de desconfiança e desilusão da sociedade com as respostas tradicionais dadas pelo sistema de justiça criminal ao aumento da violência que caracterizou a década de 1960. Na mesma época a pesquisa criminológica começou a demonstrar que aquelas respostas eram realmente ineficientes. A perda de confiança na eficácia da tríade polícias, tribunais e prisões para conter a criminalidade por meio do patrulhamento, da resposta reativa ao crime e de investigações criminais, também começou a se dar no Canadá, na Inglaterra e em outros países europeus (WELSH e FARRINGTON, 2011).

Uma era de inovação teve então início com a criação de uma série de comissões nacionais que buscaram fomentar o desenvolvimento de novas ações e definiram a prevenção à violência como aquelas medidas alternativas e fora do sistema de justiça criminal que tenham como objetivo reduzir a violência. Dentre essas iniciativas institucionais estiveram a Comissão Presidencial de Aplicação da Lei e Administração da Justiça, de 1967, a Comissão Nacional sobre Causas e Prevenção

da Violência, de 1969, e posteriormente a Comissão Nacional sobre Parâmetros e Objetivos da Justiça Criminal, em 1973. O foco inicial foi em medidas relacionadas à vizinhança, família e empregabilidade. Organizações sociais sem fins lucrativos eram o principal veículo de execução dos programas. Atenção especial foi dada às cidades mais pobres e medidas de prevenção situacional foram também adotadas, incluindo algumas de patrulhas de vizinhança. Esse modelo ficou conhecido como prevenção comunitária à violência, que executava um conjunto de medidas sociais e situacionais, sendo exemplos emblemáticos os T-CAP (*Texas City Action Plan to Prevent Crime*) e o PACT (*Pulling America's Communities Together*) (WELSH e FARRINGTON, 2009).

Esse modelo de ações de grande escopo foi inspirado em projetos anteriores datados da década de 30, como o CAP (*Chicago Area Project*), destinado a comunidades com altos níveis de delinquência e presença de gangues naquela cidade. O MOBY (*New York City Mobilization for Youth*) nos anos 60 foi outro exemplo desse tipo de iniciativa que investiu mais de 50 milhões de dólares na ampliação de oportunidades de emprego, do acesso a serviços sociais e no subsídio para grupos sociais e comunitários.

Gradativamente, a execução desses projetos amplos e grandiosos foi sendo abandonada quando as evidências científicas começaram a demonstrar que eles não eram efetivos para reduzir a violência e uma nova geração de programas mais focados nasceu. Essa nova geração consistia em focar na identificação dos fatores de risco para a criminalidade e atuar especificamente sobre esses fatores, já tomando emprestado da área da saúde pública o princípio de prevenção baseada no risco. Assim, o programa *Communities That Care*, desenvolvido por David Hawkins e Richard Catalano (1992), implementou de forma inovadora métodos de prevenção baseados em evidência para contrapor os fatores de risco em comunidades em vulnerabilidade e tornou-se o programa mais bem desenvolvido e avaliado, operante e gerando impacto até a atualidade.

Nos anos 1990, no entanto, a prevenção à violência foi posta em xeque nos EUA. Aumentou o apelo por medidas mais severas contra adolescentes e jovens e os programas de prevenção foram criticados como sendo demasiadamente brandos contra o crime. A Lei de Controle de Crimes Violentos de 1994 autorizou financiamento para contratação de 100.000 novos agentes de polícia e fez 60 crimes serem passíveis de condenação de pena de morte. Ainda que a prevenção tenha recebido um

financiamento de 7 bilhões de dólares pela mesma lei, o discurso público passou a caracterizar as ações, especialmente aquelas com jovens vulneráveis, como ineficazes e dispensáveis (MENDEL, 1995).

Já nos anos 2000, houve a retomada do entendimento sobre a necessidade de um balanço nas ações de controle e de prevenção do crime (WALLER, 2006). Uma das principais razões para isso foi o crescimento das pesquisas e da produção de evidências no campo da prevenção demonstrando a eficácia de diferentes programas para reduzir a criminalidade (SHERMAN, 1997; WELSH e FARRINGTON, 2006). Igualmente importante foi o argumento econômico de que a prevenção não apenas funciona, mas também é mais barata, tem o melhor custo-benefício (GREENWOOD, 2006). O recente movimento da prevenção baseada em evidências fez realçar ainda mais a relevância desse campo e a importância da produção de evidências na área para ampliar a ação protetiva e preventiva em detrimento das ações de repressão (WELSH e FARRINGTON, 2011).

3.2 Conceito

O termo prevenção da criminalidade é um conceito amplamente utilizado com um significado muitas vezes definido de forma vaga. As primeiras definições diferenciavam ações de controle e de prevenção de acordo com o momento em que a ação ocorre, isto é, se é posterior ao crime, então é controle; se a ação ocorre antes da violação, mesmo que esta tenha sido antecipada, mas ainda não efetivada, trata-se de prevenção (LEJINS, 1967). Segundo essa visão, a prevenção ao crime ou à violência é considerada uma alternativa às medidas relacionadas ao sistema de justiça e às polícias, e se dá fora dessas instituições.

Van Dijk e Waard (1991) conceituaram a prevenção da violência como aquelas iniciativas tanto de entes privados como de políticas estatais que visam à redução de danos causados por crimes ou de atos criminosos pelo Estado, excetuando-se as ações de aplicação do direito penal. Esta definição abrange os programas de redução do medo, uma vez que o medo pode ser um resultado nefasto e percebido pela população em razão da criminalidade, assim como as políticas de assistência às vítimas, entre outras razões porque atuar sobre elas pode significar um controle ou

redução de danos que a ação criminosa original provocaria. Excluem-se desse conceito a investigação e a acusação de crimes, a condenação e a execução de penas convencionais, porque se enquadram no âmbito do direito penal. (VAN DIJK e WAARD, 1991).

Para Waller (2006), a prevenção ao crime ou da violência é referida como a ação para prevenir a ocorrência do ato criminoso ou violento. A prevenção é considerada o quarto pilar na redução do crime, ao lado da polícia, tribunais judiciais e correição penal (WALLER, 2006).

No Brasil, a ideia de prevenção à violência é relacionada por muitos à necessidade de mudanças nas políticas sociais de emprego, habitação, educação etc. Se bem a ampliação dessas políticas pode ter efeito positivo sobre a redução do crime, essa visão é estreita e limitada (ROLIM, 2006). Essa visão apresenta dois principais problemas. Por um lado, subjaz a ela a ideia de que as polícias não têm função preventiva, o que é um equívoco. As polícias brasileiras hoje ainda atuam no chamado modelo reativo de policiamento, mas sua mudança para modelo proativo e preventivo é fundamental para a redução da violência (ROLIM, 2006).

Por outro lado, a visão de que a prevenção da violência está relacionada apenas com o aumento do bem estar social e econômico da população também despreza os fatores de risco específicos para o crime e a violência. Certamente a pobreza e a desigualdade estão nas raízes da violência, mas elas não explicam nem abarcam toda a complexidade desse fenômeno. É por essa razão que apenas uma parcela das pessoas que vivem marginalizadas inclinam-se para a criminalidade. Há outros fatores que incidem sobre o grupo de pessoas que se tornam violentas e sobre os quais as políticas universais de inclusão social são ineficientes em enfrentar (ROLIM, 2006, p. 111).

Atualmente se sabe que não é o momento nem o tipo de ação, nem mesmo a instituição que a executa que informa se uma política é preventiva ou não, mas sim o seu resultado. Nesse sentido, as políticas de prevenção à violência “não acontecem no vácuo” e precisam estar articuladas com as demais políticas públicas visando à melhoria das condições da população foco (ROLIM, 2006).

É assim que os programas de prevenção devem ser multidisciplinares e integrados. Essa abordagem significa que as escolas não podem ter êxito na prevenção da violência sem o apoio das famílias, que por sua vez precisam estar

integradas ao mercado de trabalho para serem fonte de segurança para as crianças, que o comércio local precisa de ruas seguras para abrir novas vagas laborais e que as polícias não serão eficientes em seu trabalho se não tiverem o apoio das comunidades (ROLIM, 2006, p. 112).

O documento conhecido como Relatório Sherman definiu prevenção ao crime como toda prática que demonstre resultar em menos crime do que se a ação não tivesse sido adotada (SHERMAN, 1998) e essa nos parece ser a definição mais ampla e coerente com a necessidade de buscarmos aquelas ações que podem diferir quanto ao conteúdo, público a quem se destina, nível de prevenção ou instituição que aplica, mas que têm em comum a efetiva redução da violência.

3.3 Tipologia

Seguindo classificação utilizada pela área da saúde, a tipologia mais comumente encontrada no campo da prevenção da violência também distingue suas ações entre prevenção primária, secundária e terciária. Em clássica definição, Brantingham e Faust (1976, *apud* VAN DIJK e WAARD, 1991) designaram como de prevenção primária aqueles programas que identificam e atuam sobre as condições físicas e sociais do ambiente que oferecem oportunidades ou precipitam a ação criminal. Exemplos de ações nesse nível primário de prevenção seriam programas de vigilância na vizinhança. Já a prevenção secundária será aquela que faz a identificação precoce de potenciais ofensores e buscará intervir sobre esses fatores, como em projetos destinados a áreas conflagradas ou o trabalho com jovens potencialmente problemáticos. Por fim, a prevenção terciária é que lida com criminosos e busca prevenir o cometimento de novas infrações, como ocorre em programas de reabilitação e tratamento para apenados e egressos do sistema penitenciário (VAN DIJK e WAARD, 1991).

Vislumbrando a insuficiência daquela tipologia, no entanto, Van Dijk e Waard (1991) entenderam necessária uma classificação que faça a distinção entre tipos de prevenção à violência relacionadas à situação ou às vítimas, por um lado, e aquelas focadas nos autores da violência, de outro lado. Isso porque a primeira classificação, contestam os autores, não diferencia claramente aquelas ações dirigidas às vítimas,

cuja assistência e informação também pode ter por consequência a prevenção de novos crimes. Propuseram então uma nova tipologia em que a primeira dimensão é a do modelo de saúde pública: dirigida ao grande público; a grupos com risco de se associarem ao crime, e a grupos específicos que já foram afetados pela criminalidade. Mas incluíram uma segunda dimensão relacionada à rotina do crime, sua convergência no espaço e tempo em que ocorre; quanto à motivação dos autores e quanto ao ambiente insuficientemente protegido. Assim, os esforços preventivos podem estar dirigidos tanto a reduzir a propensão do autor a burlar a lei; como a diminuir a vulnerabilidade da vítima ou ainda a aumentar a segurança do local. A combinação dessas duas dimensões levou os autores a classificação com nove diferentes tipos de prevenção:

a) a prevenção orientada ao autor da violência pode ser: dirigida ao público em geral como potenciais ofensores (primária), a pessoas em vulnerabilidade (secundária) e a reais criminosos (terciária);

b) a prevenção situacional - de incremento da segurança dos ambientes - pode ser: dirigida a todas as casas e edifícios da cidade (primária); a áreas com algum nível de criminalidade (secundária), ou às áreas quentes onde geralmente ocorrem os crimes (terciária);

c) a prevenção pode também ser dirigida às vítimas: direcionada ao público em geral, como em anúncios para precauções de segurança (primária); a grupos de risco, como treinamento de seguranças de agências bancárias (secundária), ou para aqueles que foram vítimas de crimes, como aconselhamento e tratamento de traumas (terciária) (VAN DIJK e WAARD, 1991).

Ademais dessas classificações que dialogam com o modelo de saúde pública, Tonry e Farrington (1995, p. 657) apresentaram outra tipologia cujo foco não é o da abrangência das ações, mas sim da natureza das estratégias utilizadas. Essa tipologia estabelece quatro categorias de acordo com o tipo de intervenção que é proposta. A primeira categoria é a da prevenção no desenvolvimento individual, que se refere a intervenções desenhadas para prevenir o potencial desenvolvimento criminal do indivíduo e que atuam sobre os fatores de risco e de proteção descobertos por estudos sobre o desenvolvimento humano que podem ser preditivos de condutas criminais futuras. A segunda categoria é a prevenção comunitária, intervenções que buscam a

mudança de condições e instituições sociais, como famílias, pares, normas sociais e organizações que podem influenciar a ação infracional nas comunidades. A terceira categoria é de prevenção situacional, que busca prevenir a ocorrência de crimes reduzindo as oportunidades criminais e aumentando o risco e a dificuldade para a criminalidade, por exemplo colocando mais iluminação em uma rua em que muitos assaltos acontecem. A quarta e última categoria é a de prevenção no sistema de justiça criminal e trata das estratégias tradicionais de desencorajamento ou dissuasão, incapacitação e reabilitação do sistema de justiça criminal (WELSH e FARRINGTON, 2012, p. 4).

As três primeiras categorias de Tonry e Farrington (1995) têm um foco comum de mirar nas causas ou motivações subjacentes que levam a um evento ou a uma vida criminosa. Trata-se da prevenção da violência focada no risco. É por atuarem em aspectos anteriores à ação criminosa que tais ações ocorrem fora do espectro de atuação das polícias e demais instituições de justiça criminal. Mas os autores corretamente incluem na sua tipologia a ação das instituições policiais e judiciais, que sem dúvida podem e devem ter caráter preventivo.

Em particular, a categoria de prevenção da violência no curso do desenvolvimento individual tem como objetivo aumentar a possibilidade de prevenção do desenvolvimento de fatores de risco para a violência desde a infância até a vida adulta (WELSH e FARRINGTON, 2012, p. 4). É sobre estratégias dessa natureza que passamos a detalhar a evidência sobre o que funciona.

3.4A implementação de programas de prevenção da violência baseados em evidências

Nosso trabalho consiste numa análise do processo de implementação de dois programas baseados em evidências. Mais adiante neste capítulo vamos apresentar um panorama da produção científica sobre a efetividade dos programas, isto é, avaliações de impacto que testam e comprovam que aquelas intervenções funcionam para reduzir a violência.

No entanto, diversos autores têm observado que existe uma brecha entre a produção de conhecimento sobre efetividade, por um lado, e a implementação dessas

evidências em forma de programas acessíveis à população, por outro lado. Enquanto há ampla produção de estudos sobre efetividade, a pesquisa sobre implementação é bem mais reduzida (FIXSEN et al., 2009; ODOM, 2009; PEDRAZA, 2011; LOTTA, 2011; NOVINS et al., 2013).

O desafio, portanto, é determinar o que é necessário para transformar programas e práticas efetivas em serviços públicos concretos. As dificuldades não são menores, já que os autores também coincidem em que os obstáculos na implementação são maiores do que as dificuldades relacionadas à criação e ao desenvolvimento das intervenções (FIXSEN et al., 2009).

A implementação é um conjunto de atividades desenhadas para colocar em prática uma ação, prática ou programa (NAOOM et al., 2005). Trata-se da fase que foi precedida pela decisão sobre o que será realizado, que ocorre na etapa da formulação das políticas, e será seguida pela etapa de avaliação e extinção da política (SECCHI, 2015).

Ao pensar sobre implementação, o observador deve estar ciente de dois conjuntos de atividades e de resultados: atividades e resultados da intervenção e atividades e resultados da implementação (ODOM, 2009).

Os resultados da implementação não dependem necessariamente da qualidade do programa que está sendo executado. Programas não efetivos podem ser bem implementados, como por exemplo o programa de prevenção ao abuso de drogas criado nos EUA chamado DARE, traduzido no Brasil como PROERD, que é aplicado em escolas públicas por integrantes das polícias militares e foi reiteradamente avaliado como inefetivo nos EUA (ENNETT et al., 1994). Igualmente, programas efetivos podem ser mal implementados. No entanto, nenhum desses casos é o ideal, já que resultados positivos para uma política pública são alcançados apenas quando programas efetivos são bem implementados.

Os resultados desejados de um processo efetivo de implementação são:

- a) mudanças no comportamento profissional, pelo aumento do conhecimento e das habilidades dos implementadores e outros membros chave da organização ou sistema;
- b) mudanças na cultura e na estrutura organizacional, tanto formal como informal, modificando valores, políticas, procedimentos e processos de tomada de decisão;

- c) mudanças na relação com usuários, parceiros e entre implementadores, com aumento da inclusão, satisfação e natureza do seu engajamento (FIXSEN et al., 2009).

Nosso objetivo é identificar os elementos individuais e organizacionais que influenciam o processo de implementação. Para tanto, diversos autores têm produzido modelos para agregar os elementos que afetam a implementação de programas baseados em evidências, o que tem sido chamado de ciência da implementação.

A maioria desses modelos têm em comum o fato de dividirem o processo de implementação em mais de uma etapa, mas se diferenciam dependendo dos fatores a que atribuem a maior importância. Por exemplo, alguns modelos focam na participação da comunidade como força propulsora para a implementação de novos programas, o que não é ressaltado em outros modelos (NOVINS et al., 2013).

Alguns fatores chave na implementação são consensuais, como a existência de uma liderança que impulse a implementação, a importância de utilizar estratégias multicomponentes, isto é, direcionadas a distintos atores do processo, e a necessidade de treinamento e supervisão permanentes, especialmente em fases incipientes da implementação. Os autores também convergem sobre a necessidade de mais estudos e produção de evidências para identificar e priorizar quais variáveis desempenham papéis chave no processo de implementação (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

O modelo de Aarons, Hurlburt e Horwitz (2011) divide o processo de implementação em quatro fases: exploração, preparação, implementação e sustentabilidade, formando a sigla EPIS. Esse modelo foi desenhado pelos autores a partir das evidências sobre a implementação de programas em contextos de serviço público, em particular aqueles que atendem crianças e famílias (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011), que são as características dos programas que vamos avaliar. Além disso, o modelo enfatiza fatores contextuais tanto internos à unidade de serviço implementadora, quanto externos a ela, o que igualmente se adequa ao caso aqui estudado.

A revisão realizada por Novins (2013) sistematizou estudos quantitativos e qualitativos sobre a efetividade de processos de implementação e classificou seus resultados de acordo com as etapas do processo de implementação do modelo EPIS, formando o quadro a seguir sobre o que funciona em que cada fase:

Fase Exploratória	Fase Preparatória	Fase de Implementação	Fase de Sustentabilidade
Contexto Externo: Fator sociopolítico Financiamento Redes interorganizacionais Uso de internet	Contexto Externo: Fator sociopolítico Liderança política Financiamento Redes interorganizacionais Disponibilidade de materiais baseados em evidências	Contexto Externo: Fator sociopolítico Financiamento Engajamento do desenvolvedor da intervenção Liderança Redes interorganizacionais	Contexto Externo: Fator sociopolítico Financiamento Liderança
Contexto Interno: Características organizacionais Características individuais Adequação das práticas baseadas em evidência com a atividade do implementador Viabilidade fiscal	Contexto Interno: Cultura e clima organizacional Liderança Características dos servidores Adaptação da evidência Disponibilidade de treinamento Viabilidade fiscal e de recursos	Contexto Interno: Cultura e clima organizacional Liderança Atitude do pessoal a programas baseados em evidências Características individuais do implementador Monitoramento e apoio para fidelidade Viabilidade fiscal	Contexto Interno: Cultura e clima organizacional Treinamento Monitoramento e apoio para fidelidade Pessoal Impacto nos usuários Viabilidade fiscal Prática apoiada por tecnologia

Fonte: (NOVINS et al., 2013).

O modelo inicia apresentando a Fase Exploratória que também podemos relacionar com a etapa de formação da agenda no ciclo de políticas públicas (SECCHI, 2015). A Fase Exploratória envolve conhecer uma solução para um problema social ou desafio do serviço público. Portanto, é importante que haja a difusão de informações sobre programas e práticas baseadas em evidências para que esses atores possam considerar essa possibilidade no seu processo de escolha. A decisão de adoção desses programas será facilitada quando seu objeto responder à

necessidade do serviço. Um exemplo frequentemente citado é o processo de pré-implementação do tratamento preventivo para HIV/AIDS em que usuários, provedores de serviços de saúde e agências governamentais convergiram quanto à necessidade de implementar programas de prevenção e não apenas de tratamento e a evidência sobre o impacto de programas dessa natureza já estava disponível e era conhecida, facilitando sua adoção (FIXSEN et al., 2009).

Fatores de contexto externo relevantes na fase exploratória são: o ambiente sociopolítico, influenciado por exemplo por legislações determinando mudanças de práticas a respeito de certos assuntos; a existência ou não de financiamento, já que em momentos de restrição orçamentária a inovação acaba sendo prejudicada; o trabalho de pressão de organizações da sociedade civil e as redes interorganizacionais, já que, quanto mais uma organização interagir com outras que implementam práticas baseadas em evidências, maior será sua chance de estar aberta a esse tipo de práticas. Na exploração de alternativas para posterior adoção, podem ter um importante papel as parcerias com universidades e ações de fomento a pesquisas internas ao próprio serviço público (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

Já no âmbito interno, os fatores importantes estão relacionados às características organizacionais e individuais dos potenciais implementadores. É preciso que o órgão esteja aberto e tenha um contexto receptivo a mudanças e tenha capacidade de absorção de novas práticas. O problema é que serviços públicos sociais geralmente estão sobrecarregados de trabalho e seu pessoal tem variados níveis educacionais e pouco contato com práticas baseadas em evidências (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

A cultura da organização, que são os valores e expectativas da instituição, e o clima, que são as percepções compartilhadas sobre o ambiente de trabalho, também impactam na adoção ou não de novas práticas. Se os servidores não percebem que organização recebe positivamente ideias novas, eles não vão apresentá-las nem adotá-las. Por outro lado, o estabelecimento de metas precisas, o sucesso prévio na aplicação de práticas baseadas em evidências e lideranças engajadas na adoção dessas práticas podem viabilizar a sua exploração e posterior implementação (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

Características dos indivíduos que compõem a instituição também são relevantes. Os seus valores pessoais e objetivos, as suas redes de contatos profissionais e a necessidade por eles percebida de mudança influenciam na sua postura quanto à mudança (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

A fase seguinte é a Preparatória, em que novamente fatores externos como o contexto sociopolítico e as redes interorganizacionais terão um papel importante. Organizações externas poderão atuar oferecendo apoio técnico para a preparação da implementação. Já os fatores internos igualmente impactarão essa fase. Instituições maiores poderão ter mais recursos e capacidade de pessoal para implementar práticas inovadoras do que órgãos pequenos e sem autonomia financeira, por exemplo (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

Nesta etapa também se dará o ajuste da nova prática com os papéis, estruturas e valores que operam na instituição. Quanto mais uma prática for condizente com as atribuições e os interesses da instituição executora, maiores são as chances de que ela seja adotada (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011). Uma revisão sistemática específica de programas de práticas parentais mostrou que programas baseados em evidência, apesar de produzirem impacto em questões chave para o bem estar infantil, não estavam disponibilizados a usuários de serviços públicos para o bem estar de crianças, porque esses serviços referenciavam os pais a cursos de práticas parentais oferecidos por outras instituições, mas não exerciam controle sobre quais cursos ou conteúdos eram oferecidos (HURLBURT, 2007).

A seguinte fase é a da Implementação. Os fatores que influenciam na implementação também podem ser externos ou internos à instituição ou órgão executor. Quanto aos fatores externos, o financiamento é um elemento crucial. Disponibilidade fiscal e orçamentária são necessárias para a aquisição dos programas, para o treinamento das equipes implementadoras e compra dos demais materiais necessários. Um aporte único de recursos inclusive pode não ser suficiente para garantir a sustentabilidade da implementação (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

A rede interorganizacional terá papel relevante na implementação na medida em que outras organizações podem oferecer apoio e ajudar a impulsionar o processo de implementação. Alguns obstáculos relacionados à informação podem surgir na

etapa de implementação como a desconexão, informações mal compreendidas e interpretações variadas com base em visões de mundo e perspectivas diferentes entre os atores e organizações. A respeito, Sobo e outros (2008) propõem diretrizes para qualificar a comunicação entre as diferentes organizações que estejam envolvidas, tais como garantir que todos os interessados foram suficientemente ouvidos, mapear o território de influência do serviço para assegurar que os usuários também conheçam e participem do processo, estabelecer com clareza papéis e responsabilidades, fomentar a participação ativa de todos para garantir a co-responsabilização (SOBO et. al, 2008).

Os desenvolvedores da intervenção também têm papel relevante durante a implementação. Quanto mais os desenvolvedores conhecerem os desafios burocráticos da instituição, maiores as chances de uma implementação bem sucedida. Além disso, alguns desenvolvedores têm interesse em fomentar o desenvolvimento de expertise local sobre o seu programa, enquanto outros retêm para si esse conhecimento (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

A liderança tanto externa quanto interna à instituição tem papéis cruciais para a implementação ser bem sucedida. A liderança pode fazer a diferença em preparar a organização para estar aberta a novas práticas. Uma liderança favorável à implementação não apenas no mais alto escalão, mas em todos os níveis, e combinada com apoio institucional promove um clima favorável e de atitudes receptivas à implementação.

Na fase de implementação, as características organizacionais e dos indivíduos dentro da instituição são fatores internos que ganham especial relevância. Dentre as características organizacionais, a estrutura pode influenciar o processo, já que organizações mais centralizadas podem ter maior facilidade em implementar inovações e em comunicar a seus funcionários uma visão receptiva sobre programas baseados em evidências. Tornar uma prioridade e parte da sua visão estratégica a adoção de programas baseados em evidências tem grande potencial de guiar os servidores no sentido comum da realização e execução desses programas (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011; LIMA e D'ASCENZI, 2013).

Instituições públicas podem variar entre aquelas que desejam e estão prontas para mudar e inovar e aquelas com altos níveis de inércia e que acabam por sufocar qualquer tentativa de mudança, venha de fora ou de dentro da organização a proposta

de inovação. A abertura à mudança pode ser avaliada segundo critérios estruturais, como disponibilidade de computadores e recursos de informática, de processos, contexto e de clima, cultura e atitudes individuais receptivos à mudança.

A existência de quatro normas sociais na organização indica um contexto receptivo: incentivo à criatividade; valorização do trabalho em equipe; velocidade de ação e tolerância com tentativas e erros. Processos internos que apoiem a abertura ao novo, à criatividade e à inovação fomentam nos servidores uma postura aberta a mudanças em suas rotinas vinculadas a novas práticas e programas baseados em evidências.

A cultura e o clima organizacionais podem ter profunda influência no funcionamento e na efetividade de serviços públicos e, por essa razão, devem ser levados em consideração quando da elaboração do planejamento para a implementação de práticas baseadas em evidências (GLISSON, 2006). Em geral, serviços e instituições públicas têm culturas que são resistentes à inovação, oferecendo assim pouco apoio a programas baseados em evidências. Instituições altamente burocratizadas igualmente tendem a ter menor abertura a novas práticas. Por essas razões, é preciso ajustar os processos de implementação à cultura da organização e, em alguns casos, a cultura pode ser modificada. Por sua vez, o clima organizacional, enquanto percepção das características do seu trabalho e do seu ambiente de trabalho pelos servidores, é mais maleável do que a cultura e pode ser estrategicamente adaptado com vistas à execução de determinados programas, facilitando a implementação de programas baseados em evidências (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

As características individuais dos implementadores também estão relacionadas à sua abertura para novas práticas. Tais características incluem fatores demográficos como idade, etnia, nível de educação, formação, quantidade de experiência profissional, valores e objetivos pessoais, disposição e atitude em relação a mudanças. O nível de autoestima também está relacionado à aceitação da inovação.

Por fim, a sustentabilidade no longo prazo do uso de programas de prevenção da violência é um resultado desejado da implementação. Na Fase de Sustentabilidade também haverá fatores que podem facilitar ou limitar a habilidade dos órgãos públicos de manter operantes as práticas baseadas em evidências. A propósito, Simpson e Flynn (2007) desenvolveram o modelo chamado Prontidão Organizacional para a

Mudança, desenhado para serviços de prevenção ao abuso de drogas, em que enfatizam a importância das questões de sistema e operacionais tanto na implementação quanto na sustentabilidade da incorporação de novas práticas.

Mais uma vez, a liderança será relevante em apoiar o processo de sustentabilidade no longo prazo das mudanças. Políticas e legislações estaduais e federais também podem ajudar nesse processo. Colaborações com outras instituições, incluindo da sociedade civil ou acadêmicas, podem oferecer suporte na sustentabilidade, oferecendo mecanismos de suporte técnico, favorecendo o envolvimento de outros atores sociais importantes e auxiliando na resolução de problemas (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

Entre os fatores internos que ajudam a garantir a sustentabilidade está o monitoramento da fidelidade do programa e o apoio continuado para supervisão e execução dos programas. Ter requisitos e monitoramento da fidelidade na execução do programa comunica aos servidores a necessidade de permanente qualificação da implementação. Isso, por sua vez, aumenta a clareza sobre o papel e sobre o que é esperado dos servidores na execução do seu trabalho, o que está vinculado a um melhor desempenho desses mesmos servidores (AARONS, HURLBURT e HORWITZ, 2011).

No capítulo 3 deste trabalho vamos contrapor os achados da investigação qualitativa com a evidência de efetividade na implementação.

3.5A efetividade de programas de prevenção da violência no desenvolvimento infantil

3.5.1 A prevenção da violência no desenvolvimento individual

O pressuposto da prevenção da violência no desenvolvimento é que a conduta desviante é resultado de experiências e aprendizados precoces de vida. Segundo Moffitt (2001), para a grande maioria das pessoas que vão delinquir, o comportamento antissocial se manifesta no início da adolescência e se extingue no início da vida adulta, de forma que até os 28 anos 85% das pessoas envolvidas na criminalidade abandona o crime. Contudo, uma porcentagem menor de pessoas, entre

5 e 10% da população, vai desenvolver esse comportamento de forma permanente durante a vida e ele tem início na infância.

Sabe-se que há problemas congênitos e fatores de risco para a violência que operam já durante a gestação. É o caso da ingestão de álcool pela gestante que, seja em grandes quantidades, mas também moderadamente, aumenta as chances da criança desenvolver problemas persistentes de conduta (MURRAY et al., 2016a).

Após o nascimento e durante a infância, o desenvolvimento neurológico pode ser afetado pela privação de nutrição, estimulação ou afeto. Há evidência robusta no sentido de que crianças que desenvolvem comportamento antissocial persistente sofrem de déficits de habilidades neuropsicológicas de dois tipos: verbal e de funções executivas. O déficit verbal afeta as habilidades de fala e escrita assertivas, resolução de problemas, memória e escuta atenta ou receptiva, à qual por sua vez está vinculada a empatia. Problemas nas funções executivas geram uma deficiência de aprendizado comportamental, com sintomas como falta de atenção e impulsividade. Experimentos psicológicos demonstram que a manifestação desses déficits independente de origem étnica ou classe social.

No entanto, o ambiente em que a criança se desenvolve é crucial no desenvolvimento ou não dessas características comportamentais. Em ambientes saudáveis, em que existe a formação de vínculo intrafamiliar e a criança sente-se segura e acolhida afetivamente, os problemas das crianças são geralmente corrigidos. Contudo, em ambientes menos favorecidos, as respostas aos comportamentos difíceis das crianças tendem a exacerbá-los ao invés de inibi-los. Em lares, escolas e comunidades desorganizadas e marginalizadas o comportamento difícil da criança logo será rotulado como problema de conduta, bloqueando qualquer possibilidade de desenvolvimento de habilidades pró-sociais. Déficit em linguagem e raciocínio se tornarão fracasso acadêmico. De forma que as consequências acumuladas dos problemas de personalidade acabam por dificultar enormemente para a criança e posterior adulto as alternativas de mudança (MOFFITT, 2001; HYMAN, 2001).

Por outro lado, existem também os fatores de proteção. Sabe-se que o vínculo materno-infantil, o chamado apego seguro entre mãe e criança, pode operar como um antídoto contra a violência, não apenas fomentando o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, mas também reduzindo o impacto que as adversidades

que a criança enfrentará, como pobreza, desigualdade e comunidades violentas, terão sobre seu desenvolvimento.

Uma meta-análise de estudos sobre o efeito da parentalidade no comportamento agressivo de crianças revisou duas grandes dimensões da parentalidade: apoio e controle. O apoio consiste nos níveis de afetuosidade, responsividade e aceitação dos pais em relação à criança. A dimensão do controle, quanta demanda e controle é imposta sobre a criança, foi dividida em duas categorias, o controle autoritativo e o autoritário. O controle autoritativo se refere a uma disciplina orientada para a criança e inclui guiar, oferecer conselhos e orientações e estimular respostas responsáveis da criança. Já o controle autoritário é orientado ao adulto e tem viés coercitivo, restritivo e reforça aspectos negativos do controle como a punição física e afetiva (HOEVE et al., 2009).

Em geral, a análise encontrou que altos níveis de apoio estão relacionados a baixos níveis de delinquência. O controle autoritativo também produz efeitos positivos sobre a criança. No entanto, o controle autoritário tem efeitos negativos, sendo que além do controle comportamental, o controle psicológico, como manter a criança psicologicamente dependente e usar a culpa para controlar a criança, pode aumentar os riscos para delinquência, e o controle estritamente autoritário e a punição severa estão relacionados a altos níveis de comportamento antissocial e delinquência (HOEVE et al., 2009).

Em particular, comportamentos negativos dos genitores como negligência, hostilidade e rejeição são fatores de risco que aumentam as chances de desenvolvimento de comportamento antissocial na infância e delinquência mais tarde na vida. Ausência de monitoramento parental, como por exemplo os pais não saberem o paradeiro dos filhos, também pode produzir comportamento desviante (HOEVE et al., 2009).

Portanto, o estilo parental, isto é, a combinação dos elementos apoio e controle, conclui a meta-análise, é um importante fator de risco para a delinquência, desde a infância até a adolescência (HOEVE et al., 2009). Além dele, as habilidades socioemocionais, ou funções executivas, e a presença ou ausência de estimulação na infância, também influenciam no desenvolvimento de comportamentos antissociais. Apresentamos a seguir evidências da efetividade de programas relacionados a esses fatores.

3.5.2 Evidências sobre intervenções socioemocionais

Os fundamentos da competência social que são desenvolvidos nos primeiros cinco anos de vida estão ligados ao bem estar emocional e afetam a capacidade posterior da criança de se adaptar na escola e de formar relacionamentos bem sucedidos na vida adulta (COLAGROSSI e VASSIMON, 2017).

O desenvolvimento de competências sociais, como regulação emocional, habilidades sociais e autocontrole sobre a agressividade, representa um fator central nas possibilidades de adaptação da criança tanto à escola como aos desafios da vida adulta. Especificamente, as funções executivas são relevantes para a aquisição de competências adaptativas para o aprendizado e para as habilidades socioemocionais. Considerado um amálgama processos cognitivos, o sistema executivo organiza e regula a informação e o comportamento de resposta a demandas e tarefas complexas na criança (BIERMAN et al., 2008).

O processo de desenvolvimento das funções executivas é fortemente influenciado pelo ambiente e pelos estímulos que a criança recebe. Crianças submetidas a adversidades extremas no início da vida apresentam níveis aumentados de problemas de atenção, desregulação emocional e atraso no desenvolvimento da linguagem. Por outro lado, crianças que recebem cuidado responsivo e sensível às suas necessidades, oportunidades de exploração guiada do ambiente, fomento à atenção sustentada, acolhimento emocional, planejamento e habilidades de resolução de problemas, desenvolverão adequadamente suas funções executivas (BIERMAN et al., 2008).

Assim, em 2009 uma comissão de especialistas convocada pelo Instituto de Medicina dos Estados Unidos concluiu que as evidências produzidas tornavam as metodologias socioemocionais altamente recomendadas para a prevenção de problemas de comportamento, psicológicos e de violência (O'Conner et al., 2017).

Um revisão sistemática de programas socioemocionais escolares identificou a existência de 213 avaliações de impacto, sendo que 99 foram estudos randomizados (47%), abrangendo um total de 270.034 estudantes do ensino infantil ao ensino superior, que participaram em média de 24 sessões de aprendizagem socioemocional. A análise reportou que os participantes dos programas demonstraram melhoria de

24% nas suas habilidades sociais e emocionais, 15% nas atitudes e comportamentos e de 11% no seu desempenho escolar, o que equivale à média de todas as demais intervenções voltadas especificamente para a melhoria do rendimento escolar já avaliadas nos Estados Unidos, sendo que os efeitos das intervenções socioemocionais se mostraram mais duradouros com o passar do tempo. Do total de estudos, 53% foram aplicados por professores, 21% por pessoal externo à escola e 26% são multicomponentes, isto é, executados em diferentes locais por diferentes profissionais. Os programas aplicados por professores obtiveram resultado muito positivo e foram os únicos que produziram melhoria no rendimento escolar. A característica que mais impactou os resultados foi a fidelidade à metodologia no processo de implantação, enquanto o aumento da idade dos estudantes é associado com uma pequena redução nos resultados positivos do desenvolvimento das habilidades socioemocionais (Durlak et al., 2011).

Um dos programas emblemáticos de caráter socioemocional foi o Programa High Scope e sua aplicação da pré-escola Perry, que teve destaque em razão das avaliações de impacto que foram realizadas com as crianças beneficiadas pelo programa. Tratou-se de uma intervenção implementada na década de 1960 na cidade de Ypsilanti, próxima a Detroit, no estado de Michigan, EUA. O programa ofereceu educação pré-escolar e visitas domiciliares a crianças afro-americanas de baixo QI, em vulnerabilidade social e econômica, com famílias extensas, mães desempregadas e pais com baixo nível educacional (Heckman, 2009).

O programa foi desenhado com o objetivo de ser avaliado por um experimento randomizado controlado, razão pela qual 123 crianças da mesma comunidade foram aleatoriamente designadas a um grupo de tratamento, que frequentou a pré-escola Perry, e um grupo de controle, que não a frequentou. A linha de base foi coletada quando as crianças ingressaram no programa, com 3 anos de idade. Informações de cunho econômico, educacional, criminal, cognitivo e sobre personalidade dos indivíduos foram coletadas anualmente até os 15 anos de idade e depois aos 19, 27 e 40 anos (HECKMAN, 2009).

A intervenção durou dois anos e consistiu em aulas pré-escolares de duas horas e meia de duração durante a semana acrescidas de visitas domiciliares realizadas pelos professores a casa dos estudantes uma vez por semana. O programa tinha um currículo considerado inovador e baseado no princípio de aprendizado ativo

da psicologia de Piaget, com o objetivo de guiar “os estudantes na formação de fatores chave para o desenvolvimento utilizando perguntas abertas” (HECKMAN, 2009).

Heckman (2009) encontrou diversos resultados relacionados à trajetória de vida das crianças que participaram da pré-escola, medidos aos 19, 27 e 40 anos de idade, entre eles: quanto ao nível de escolaridade, as meninas do grupo de tratamento foram as que mais se beneficiaram, com efeitos significativos nas notas de classificação no Ensino Médio, índices e ano de graduação, mas os meninos também se saíram melhor do que os do grupo de controle; quanto à empregabilidade e salário, também houve diferenças entre gêneros e idades, sendo que as mulheres do grupo de tratamento tiveram maior efeito quanto à sua empregabilidade aos 19 e 27 anos de idade, mas aos 40 anos tanto mulheres quanto homens tinham melhores níveis de emprego e renda em relação ao grupo de controle; quanto à atividade econômica, tanto homens quanto mulheres do grupo de tratamento fizeram mais poupança e possuíam um carro na mesma idade em que se empregaram, já no grupo de controle havia alta dependência de programas sociais para os homens aos 40 anos de idade; por fim, quanto à atividade criminal, aos 27 anos de idade, as mulheres do grupo de controle tinham sido presas 1,88 vezes e os homens, 5.36 vezes, o que representa três vezes mais do que os homens que frequentaram a pré-escola (HECKMAN, 2009).

Recentemente foram apresentados os dados comparativos entre as trajetórias de vida dos filhos do grupo de controle e do grupo de tratamento. O estudo mostrou que, 50 anos depois da intervenção, os filhos dos participantes tratados têm menos suspensões escolares, níveis mais altos de educação e emprego e menores índices de participação em crimes em comparação com os filhos dos participantes não tratados, mesmo o grupo de tratamento vivendo em bairros semelhantes ou piores do que as famílias controle. Os impactos são particularmente expressivos nos filhos do sexo masculino e efeitos positivos também foram encontrados sobre os irmãos dos integrantes do grupo de tratamento, mesmo eles não tendo recebido diretamente a intervenção da pré-escola Perry. Esses efeitos do tratamento estão associados a melhores ambientes domésticos na infância e tiveram um impacto intergeracional (HECKMAN e KARAPAKULA, 2019).

No Brasil aconteceu a aplicação de um programa de aprendizagem socioemocional como instrumento da política pública federal para evitar ou retardar o uso de álcool de drogas pelos jovens. Em 2013, a Coordenação Geral em Saúde

Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, em parceria com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), trouxe para o país o programa de prevenção escolar no campo da saúde mental infantil chamado *Good Behavior Game* (GBG), criado nos anos 1960 pela Universidade de Kansas, EUA, que foi ao longo dos anos consolidado em suas evidências como eficaz para a prevenção ou o adiamento do uso de drogas (SCHNEIDER et al., 2016).

O programa foi traduzido e sofreu ajustes para implantação local recebendo o nome de Jogo Elos. Em 2017 o projeto foi avaliado por uma pesquisa interinstitucional entre a UFSC e a UNIFESP e identificou que o grupo de tratamento teve aumento dos níveis de sociabilidade, melhora nos relacionamentos e na autorregulação de comportamentos, melhora do trabalho em equipe, do autocontrole e da inclusão, em especial nas equipes heterogêneas com meninas e meninos (SCHNEIDER et al., 2016). A aplicação do programa foi descontinuada pelo governo federal em 2017.

3.5.3 Evidências sobre intervenções de mudança do perfil parental

Um estudo contrastou o estado de saúde de 50.000 adultos membros de um plano de saúde com uma lista por eles informada de experiências adversas vividas na infância, décadas antes. O estudo sobre Experiências Adversas na Infância (ACE, na sigla em inglês para *Adverse Childhood Experiences*) identificou uma significativa relação entre as experiências emocionais das pessoas enquanto crianças com sua saúde física, emocional e com as principais causas de morte nos EUA. O período transcorrido entre a infância e a idade dos adultos avaliados, em média 57 anos, demonstra que o tempo não cura algumas das experiências adversas a que muitas crianças são submetidas (FELITTI, 2002).

Um dos achados prévios da equipe que posteriormente deu início ao ACE foi que em muitos casos a obesidade na vida adulta resulta de uma proteção contra traumas vividos na infância. Nesses casos, a obesidade não é um problema para a pessoa obesa, mas sim uma solução que traz alívio e segurança (FELITTI, 2002).

O estudo ACE estabeleceu oito categorias de experiências adversas na infância: abuso físico recorrente, abuso emocional recorrente, abuso sexual, crescer em um ambiente disfuncional, ou seja, com a presença de um alcoolista, drogadito ou pessoa em situação de prisão, de alguém cronicamente depressivo, com tendências

suicidas ou deficiência mental, em que a mãe tinha sido vítima de violência na sua vida, em que os pais se separaram ou que de outra forma algum deles tenha perdido contato com a criança. Um escore foi criado para classificar os adultos analisados. Mesmo em se tratando de uma população de classe média e com plano de saúde privado, mais da metade deles apresentava uma ou mais das adversidades analisadas, 25% apresentava duas e uma em cada 16 pessoas relatou ter vivido quatro ou mais adversidades (FELITTI, 2002).

O estudo encontrou que quanto maior o escore no ACE, maior a probabilidade de a pessoa ser tabagista. Já um escore de 4 pontos representa 390% mais chances de desenvolver doença pulmonar, e uma probabilidade 460% maior de se tornar depressivo do que uma pessoa com escore 1. Mais de dois terços das tentativas de suicídio podem ser atribuídos a experiências adversas na infância. Quanto à drogadição, um homem com escore de 6 tem 4.600% mais chances de ter dependência química do que outro com escore menor. 22% dos adultos estudados foi abusado sexualmente na infância. O estudo concluiu que experiências adversas na infância são tão comuns quanto destrutivas na população e precisam ser levadas em conta em diagnósticos médicos e sobretudo em políticas de prevenção (FELITTI, 2002).

Mas, existe um antídoto para esses problemas: a ideia de que a qualidade emocional da nossa experiência de apego mais primordial é a influência mais importante sobre o desenvolvimento humano. John Bowlby questionou a visão freudiana de desenvolvimento argumentando que ela tinha focado muito superficialmente no mundo interior da criança deixando de levar em conta o ambiente relacional real que molda os primeiros estágios da consciência humana. Diferentemente de outros mamíferos, os bebês humanos não se conectam aos seus cuidadores porque esses os alimentam, mas sim porque os primeiros cuidadores desencadeiam a disposição inata dos seres humanos de buscar proximidade e contato com outros seres humanos (SROUFE e SIEGEL, 2011)

O Estudo Longitudinal de Risco e Adaptação de Minnesota, um projeto de pesquisa iniciado em 1976, tem sido fonte de vasta literatura sobre o poder preditivo das relações iniciais de apego ao distinguir o impacto dessas relações dos efeitos do temperamento e da classe social das pessoas. O que o estudo tem mostrado nos últimos 35 anos é que o apego seguro com um cuidador primário medido na infância

prediz aspectos importantes de adaptação e funcionamento da pessoa ao longo da infância e na vida adulta. As crianças com histórias de apego seguro desenvolvem ao longo da vida um sentido maior de autoeficácia e agência, maior regulação emocional e autoestima do que aqueles com histórico de apego ansioso ou inseguro (SROUFE e SIEGEL, 2011).

Em geral, o apego também prevê maior engajamento da criança na escola, a capacidade de ter amizades próximas na infância, de coordenar amizades e o funcionamento dentro de grupos na adolescência e a capacidade de estabelecer relacionamentos afetivos confiáveis e não violentos na vida adulta. As crianças com apego seguro são mais socialmente competentes e propensas a serem líderes. Essas pessoas também se tornam mais resilientes e apresentam mais habilidades de contornar e superar outras adversidades na vida, como a violência, e desenvolvem menos patologias psicológicas. Esses achados isolam o fator apego, controlando variáveis como temperamento e QI (SROUFE e SIEGEL, 2011).

Bolwby viu o desenvolvimento em termos de caminhos, em que a mudança é sempre possível, mas é impactada por estradas previamente tomadas. O apego ansioso não causa diretamente distúrbios posteriores, mas inicia um caminho de desenvolvimento que, sem experiências corretivas, aumenta a probabilidade de transtornos de ansiedade e outras patologias psicológicas. Por sua vez, o apego evitativo, aquele em que a criança evita o cuidador porque esse é uma fonte de medo, aumenta a probabilidade de problemas de conduta futuros. (SROUFE e SIEGEL, 2011).

O tipo de apego é determinado pela qualidade da relação e pelas práticas que a mãe ou cuidador primário estabelece com a criança. Com o objetivo de melhorar a qualidade dessa relação primordial e modificar as práticas de mães, pais e cuidadores, programas de parentalidade foram desenvolvidos e são aplicados hoje em diversos países no mundo.

Um dos programas de treinamento parental mais disseminados atualmente é o Triplo P - Programa de Parentalidade Positiva (*Triple P – Positive Parenting Program*). Trata-se de programa com o objetivo de prevenir e tratar problemas sociais, emocionais e comportamentais em crianças melhorando o conhecimento sobre desenvolvimento infantil, as habilidades e a confiança dos pais. Revisão sistemática do Triplo P examinou diferentes impactos do programa em crianças, pais e famílias.

Foram revisados 116 estudos quantitativos realizados com 16.099 famílias ao longo de 33 anos. Impactos positivos foram encontrados em avaliações de curto e de longo prazos relativos às habilidades sociais e emocionais e ao comportamento das crianças, melhora nas práticas parentais, aumento da satisfação e sentimento de autoeficácia parental, ajuste de comportamento e melhora no relacionamento parental (SANDERS et al., 2015).

Programas de práticas parentais têm se mostrado efetivos tanto na redução de comportamentos desafiadores das crianças, mas também na possível causa desses sintomas que é a modificação na prática parental dos cuidadores. Uma revisão sistemática sobre programas de treinamento de pais localizou 55 avaliações de impacto sobre programas de formação para pais de crianças até cinco anos de idade, sendo todos experimentos randomizados controlados, realizados entre 1976 e 2008. Os resultados indicam que o treinamento de pais apresenta resultados positivos que se mantêm ao longo do tempo, com poucas possibilidades de provocar efeitos colaterais, devendo ser utilizados como política de prevenção à violência. Os programas de treinamento de pais tiveram resultados melhores, mas não estatisticamente mais significativos do que os programas de visitação familiar em que as famílias recebem orientações em casa sobre como cuidar seus filhos. Os programas de treinamento de pais indicaram redução no comportamento agressivo em sala de aula entre crianças de 8 a 11 anos de idade, além de menos prisões e uso de drogas até os 40 anos de idade (PIQUERO, 2008).

A propósito, revisão sistemática realizada em 2016 confirmou a ausência de estudos sobre a efetividade de programas de prevenção da violência infantil nos países em desenvolvimento, tendo sido encontrados apenas dois estudos dessa natureza nesses países, ecoando o apelo feito pela OMS de que haja mais pesquisas destinadas a analisar o que funciona para prevenir a violência nos primeiros anos de vida em países de baixa e média renda (ALTAFIM e LINHARES, 2016).

3.5.4 Os programas ACT e Conte Comigo

O Estudo Piá vai avaliar a implementação de dois programas de prevenção do comportamento agressivo nas crianças de famílias de menor renda pertencentes à Coorte de Nascimentos de 2015 de Pelotas, a saber: Programa ACT para Educar

Crianças em Ambientes Seguros e o Programa Conte Comigo de compartilhamento de livros (MURRAY et al., 2019).

A importância do Estudo se dá pela necessidade de implementação e de avaliação de programas parentais que atuem na prevenção de comportamento agressivo nas crianças e, futuramente, de violência, em países de baixa e média renda, cujos índices de violência crescem de forma alarmante (MURRAY et al., 2019).

3.5.4.1 Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros

O Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros é uma intervenção desenvolvida pela Associação Americana de Psicologia (APA) que se baseia nos seguintes pressupostos: a violência resulta, em parte, da falta de habilidades sociais das pessoas para resolver conflitos; crianças aprendem observando e imitando os adultos; se as crianças aprenderem habilidades sociais, elas podem aumentar sua capacidade de evitar seu envolvimento em situações violentas, e adultos podem aprender a modelar e ensinar habilidades sociais que vão ajudar as crianças a estabelecerem relações sociais de maneira não agressiva. Dessa forma, o conteúdo do programa aborda três tópicos: elementos básicos do desenvolvimento infantil, raízes e consequências da violência na vida das crianças e habilidades precoces de prevenção da violência (SILVA e RANDALL, 2005).

O programa ACT foi indicado pela OMS como um dos três programas efetivos para ser usados na prevenção de violência contra crianças. No Brasil existem poucos programas parentais universais de viés preventivo e com manual sistemático e estruturado. A maioria dos estudos relativos ao ACT foram realizados nos EUA e os achados confirmaram que após a participação no programa por pais e cuidadores houve uma redução na agressão física e psicológica por parte dos pais sobre as crianças (PEDRO, ALTAFIM e LINHARES, 2017).

Estudo preliminar realizado no Brasil confirmou a hipótese de que o programa é efetivo para melhorar as práticas parentais e o comportamento das crianças, independentemente do status socioeconômico das famílias e o tipo de escola frequentada pelas crianças, pública ou privada (PEDRO, ALTAFIM e LINHARES, 2017).

O programa é implementado em oito encontros semanais de uma hora e meia, além de uma sessão introdutória em que uma entrevista motivacional é realizada, visando à formação de pais, mães e cuidadores de crianças por meio de técnicas interativas, com o conteúdo focado em disciplina não-violenta, desenvolvimento infantil, controle da raiva, habilidades para resolver problemas e métodos para proteger a criança da exposição à violência, inclusive aquela proposta pela mídia. O programa estimula ainda a participação dos pais na vida escolar e comunitária, com o objetivo de proteger as crianças (KNOX, BURKHART e HOWE, 2011).

No âmbito do Estudo Piá as mães das crianças integrantes da Coorte de Nascimentos de Pelotas 2015 receberam a intervenção em grupos de até 10 mães facilitados pelas Coordenadoras Pedagógicas das Escolas Municipais de Educação Infantil.

3.5.4.2 Programa Conte Comigo de compartilhamento de livros

Programa desenvolvido pela Mikhulu Trust, uma organização sem fins lucrativos sediada na África do Sul, que tem como objetivo ajudar pais a se instrumentalizarem para garantir um melhor desenvolvimento sócio-cognitivo e emocional para seus filhos.

O compartilhamento de livros dialógico consiste numa prática interativa de leitura compartilhada de livros entre pais e filhos. Em países de alta e média renda essa prática demonstrou oferecer um significativo benefício para o desenvolvimento cognitivo infantil. Já a evidência quanto à sua aplicação em países de baixa e média renda é escassa (VALLY et al., 2015).

O primeiro experimento randomizado controlado sobre os efeitos do compartilhamento de livros realizado num país de baixa renda ocorreu no vilarejo de Khayelitsha, África do Sul, caracterizado por pobreza endêmica, desemprego generalizado e altos índices de criminalidade. Participaram do estudo 91 cuidadores, em sua maioria mães, mas também algumas avós, tias, pais e vizinhas de bebês entre 14 e 16 meses de idade. As crianças foram avaliadas antes e depois da intervenção, que consistiu em uma sessão semanal de 90 minutos de duração durante 8 semanas consecutivas nas quais seus cuidadores foram treinados a praticar o

compartilhamento de livros com as crianças. Dois quesitos foram avaliados: habilidades de linguagem das crianças e atenção sustentada (VALLY et al., 2015).

Quanto às habilidades de linguagem das crianças, comparados às crianças no grupo de controle, os cuidadores que receberam o treinamento relataram que seus bebês conseguiam entender e vocalizar um número significativamente maior de palavras. Em relação ao segundo quesito, as crianças do grupo de tratamento mostraram um aumento substancial quanto à atenção sustentada, sendo que o grupo de controle não mostrou qualquer mudança após transcorridas as 8 semanas (VALLY et al., 2015).

No mesmo experimento as práticas de interação dos cuidadores com as crianças foram avaliadas durante o compartilhamento de livros e na realização de brincadeiras. Os cuidadores que receberam o treinamento melhoraram nos quesitos sensibilidade, profundidade da sua elaboração e reciprocidade durante o compartilhamento e, em menor grau, quanto à sensibilidade durante brincadeiras. Bebês do grupo de tratamento tiveram uma taxa significativamente mais alta de comportamento pró-social em relação aos do grupo controle e mostraram uma imitação mais frequente da interação pessoal com o seu cuidador (MURRAY et al., 2016b).

O estudo concluiu que o treinamento no compartilhamento de livros, que se trata de uma intervenção simples e barata que demonstrou beneficiar o desenvolvimento infantil em um país de baixa renda, também é promissora para melhorar os resultados socioemocionais de crianças na tenra idade nesse contexto. Os benefícios da intervenção são mediados por melhorias nas interações entre cuidadores e bebês, particularmente durante o compartilhamento de livros (MURRAY et al., 2016b).

4. A percepção de gestores, implementadores, pesquisador e mães sobre a implementação dos programas de prevenção da violência em Pelotas

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico, os dados coletados e a análise realizada.

4.1 Contextualização: o Pacto Pelotas Pela Paz e o Estudo Piá

O município de Pelotas lançou em 11 de agosto de 2017 uma iniciativa chamada Pacto Pelotas Pela Paz que consiste numa política municipal de segurança pública e prevenção da violência composta por 5 eixos, sendo eles prevenção social da violência, policiamento, fiscalização administrativa, tecnologia e urbanismo e que tem como objetivos a redução dos homicídios, da vulnerabilidade juvenil, da vitimização precoce de crianças e a promoção da convivência pacífica.

Entre maio e julho de 2017 foi realizado um diagnóstico inicial da situação de crime e violência na cidade e o engajamento das lideranças de instituições externas à prefeitura e ligadas ao tema, como Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil e Brigada Militar, assim como dos secretários das pastas executivas também vinculadas ao assunto, como educação, saúde, assistência social, cultura e outros.

Mais 500 pessoas representantes de diversas instituições e de organizações da sociedade civil, universidades, projetos sociais, empresários e outros estiverem presentes ao lançamento do Pacto. O Eixo Prevenção da violência foi o que congregou o maior número de estratégias, a saber: Justiça Restaurativa, Infância Protegida, Escola da Paz, Cada Jovem Conta e Segunda Chance.

Diversos programas do Pacto tiveram início já no segundo semestre de 2017, entre eles o programa Cada Jovem Conta, desenvolvido pelo Instituto Cidade Segura, que se constitui numa metodologia de trabalho integrado entre as equipes da saúde, educação e assistência social para identificar crianças e adolescentes com fatores de risco para a violência e atuar de forma integrada sobre eles e suas famílias. Ao final de 2017 o Pacto havia provocado uma queda de 30% nos índices de crimes patrimoniais.

No âmbito da estratégia Infância Protegida, foi proposta ao município a realização de uma parceria institucional com a Universidade Federal de Pelotas com o objetivo de implementar e avaliar duas metodologias baseadas em evidência para torná-las política pública universal na cidade.

Por sua vez, o Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) desenvolve há mais de 30 anos estudos longitudinais que se constituem em coortes de nascimentos e consistem no acompanhamento de todas as crianças nascidas na cidade num determinado ano. A primeira Coorte teve início em 1982 pelos médicos Cesar Victora e Fernando Barros com o objetivo de avaliar a influência de fatores existentes quando do nascimento em relação a sua saúde na infância. O primeiro estudo longitudinal expandiu-se, e os 5.914 nascidos vivos em Pelotas em 1982 seguem sendo acompanhados até hoje³. Posteriormente, outras três coortes foram iniciadas em 1993, 2004 e a mais recente que é a 2015, composta por 4.225 crianças⁴ (HORTA et al., 2007).

Estabelecido o diálogo entre o município e a Universidade, intermediado pelo Instituto Cidade Segura, consultor técnico do Pacto pela Paz, foi proposto o Estudo de Intervenções de Parentalidade para a Agressividade (Estudo Piá) que consiste num experimento randomizado controlado com 369 mães de crianças selecionadas entre as famílias de menor renda da Coorte de Nascimentos de 2015 de Pelotas (MURRAY et al., 2019).

O Estudo Piá tem como objetivo avaliar o impacto na redução do comportamento violento de crianças de duas intervenções de práticas parentais positivas e de estímulo cognitivo e socioemocional em crianças: o programa ACT para Criar Crianças em Ambientes Seguros e o programa de Compartilhamento de Livros entre Pais e Crianças – Conte Comigo. As duas intervenções são metodologias baseadas em evidência que já haviam sido testadas em países de alta renda e cujos resultados são promissores para impactos positivos em países de baixa e média renda.

³ Maiores informações no link: http://epidemio-ufpel.org.br/site/content/coorte_1982/index.php. Acesso em: 11 Jun. 2019.

⁴ Maiores informações no link: http://epidemio-ufpel.org.br/site/content/coorte_2015/index.php. Acesso em: 11 Jun. 2019.

O Estudo Piá se encontra em andamento e avaliará desfechos primário e secundários das intervenções, em dois grupos de tratamento e um de controle, sendo o desfecho primário os comportamentos agressivos nas crianças e os secundários, a parentalidade, funções executivas, atenção, linguagem, empatia e altruísmo, emoções, maus tratos, estresse infantil e estresse parental. A avaliação de impacto se dará por meio da utilização de 26 testes psicométricos, de observação, consulta a dados secundários no Conselho Tutelar, CREAS e sistemas judiciais e análise dos níveis de cortisol, hormônio marcador de estresse, presentes em amostras capilares coletadas de mães e crianças antes e depois das intervenções (MURRAY et al., 2019).

Para a realização do estudo, o município de Pelotas comprometeu-se em viabilizar a implementação das duas metodologias junto às mães designadas, o PPG de Epidemiologia da UFPEL seria o responsável pelo experimento científico propriamente dito, isto é, a avaliação do impacto da implementação, e ao Instituto Cidade Segura coube a intermediação entre as duas instituições e a tradução, adaptação e análise da fidelidade do programa de Compartilhamento de Livros entre Pais e Crianças – Conte Comigo.

O processo de planejamento da implementação do projeto teve início em junho de 2017 e se estendeu por mais de um ano, sendo que a execução teve início em 2 de julho de 2018 e foi concluída em dezembro de 2018.

4.2 Método

4.2.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa de mestrado buscou analisar o processo de implementação dos dois programas ACT e Conte Comigo a partir da percepção de gestores, implementadores, pesquisadores e usuárias das intervenções, com o objetivo de contribuir para a qualificação da aplicação pelo poder públicos desses e de outros programas de prevenção da violência como políticas públicas.

São objetivos específicos deste trabalho: a) descrever e identificar os fatores que favoreceram e aqueles que dificultaram a implementação dos programas ACT e Conte Comigo em Pelotas; b) demonstrar as semelhanças e ressaltar as diferenças

de percepção entre os distintos atores envolvidos no processo de implementação, e c) analisar esses dados à luz das evidências que demonstram o que funciona na implementação de programas e práticas baseadas em evidências.

O delineamento da pesquisa foi qualitativa, exploratória-descritiva e transversal. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, seguindo Minayo (2010), na medida em que teve como pressuposto que os indivíduos pensam sobre o que fazem e interpretam suas ações a partir da realidade compartilhada com seus semelhantes.

A pesquisa foi também de caráter exploratório descritivo, já que possibilitou a familiarização com o campo da implementação dos programas de prevenção à violência na primeira infância tendo como objetivo construir hipóteses para compreensão da realidade e da experiência vivida pelos sujeitos (GIL, 2008) que participaram da implementação dos Programas ACT e Conte Comigo.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2018.

4.2.2 Participantes

A amostra da pesquisa foram trinta e um participantes, sendo três gestores públicos municipais, três pesquisadores da UFPEL, catorze implementadores dos programas e onze usuárias que receberam as intervenções. No início das entrevistas e dos grupos focais realizados todas as pessoas foram informadas sobre os objetivos daquele procedimento e, após estarem de acordo em participar e com a gravação da entrevista, assinaram Termo de Consentimento Livre Informado, autorizando sua participação, respeitado o anonimato e a divulgação dos resultados para fins acadêmicos e científicos.

Os três gestores e os implementadores se tratavam de servidores públicos municipais. Entre os implementadores, que também chamaremos de facilitadores, estão os servidores que ministraram os encontros dos programas ACT e Conte Comigo. Os implementadores do programa ACT foram no total 11 coordenadoras pedagógicas de escolas de educação infantil e três assistentes sociais, sendo apenas um homem implementador. A amostra ouvida pela pesquisa foi de seis facilitadores, sendo três coordenadoras pedagógicas e três assistentes sociais.

Os facilitadores do programa Conte Comigo foram no total 12 servidores públicos temporários que atuam como visitantes do Programa Primeira Infância

Melhor (PIM) junto à secretaria municipal da saúde. Para a pesquisa, ouvimos 9 desses implementadores.

Os pesquisadores foram profissionais vinculados à UFPEL e à realização do Estudo Piá.

As usuárias são as mães de crianças que integram a Coorte de Nascimentos 2015 de Pelotas, estudo longitudinal com 4.275 crianças nascidas em Pelotas no ano de 2015. Para o Estudo Piá as crianças elegíveis foram aquelas classificadas como de alto risco socioeconômico, dentro do recorte de 30% de famílias com menor renda da Coorte. Dessas, foram excluídas aquelas crianças classificadas como de baixo risco de agressão física quando da avaliação da Coorte realizada em 2017, aquelas com sinais de atraso no desenvolvimento, aquelas cujas mães possuem deficiência visual ou auditiva, porque isso dificultaria sua participação nos programas, ou ainda se a criança tem irmão gêmeo ou se reside fora da área urbana de Pelotas. 773 crianças preenchem esses requisitos. A equipe do Centro de Pesquisa em Epidemiologia procedeu o convite às mães, confirmando que elas são as efetivas cuidadoras das crianças (cuidam por pelo menos 4 dias na semana), explicando do que se tratavam os programas e verificando a disponibilidade da mãe em participar dos grupos (MURRAY et al., 2019). A amostra total do Estudo Piá foi de 369 crianças, que foram divididas em três grupos: controle, tratamento do programa ACT e tratamento do programa Conte Comigo. 240 crianças integraram os grupos de tratamento. Para a pesquisa de mestrado, ouvimos onze dessas mães, sendo três mães que participaram do programa ACT e oito do programa Conte Comigo.

4.2.3 Instrumentos

Para coletar dados sobre a percepção dessas pessoas a respeito da implementação dos programas ACT e Conte Comigo foram utilizados tanto entrevistas semi estruturadas como grupos focais.

Foram utilizados três diferentes roteiros de entrevistas semiestruturadas, elaborados pela pesquisadora especificamente para esta pesquisa de mestrado, um com gestores, outro com pesquisadores e outro com as mães. Dessa forma, partimos de alguns questionamentos decorrentes das teorias e hipóteses relacionadas à pesquisa, sem deixar de aproveitar novas oportunidades e assuntos que poderiam

surgir no decorrer da entrevista com o sujeito em particular (MINAYO, 2010). O foco das entrevistas foi a percepção dos participantes sobre o processo de implementação dos programas ACT e Conte Comigo. As entrevistas foram áudio-gravadas, com autorização prévia, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com duração média de 20 minutos as entrevistas com cada um dos três gestores e dos três pesquisadores e de 10 minutos as entrevistas com cada uma das onze mães. Os gestores e os pesquisadores foram entrevistados durante seu expediente laboral e no seu ambiente de trabalho, isto é, em prédios do município de Pelotas e na Universidade Federal de Pelotas. Já as mães foram entrevistadas no Centro de Pesquisa em Epidemiologia ao final da sua pós-avaliação pela equipe do Estudo Piá.

Os grupos focais foram usados coletar informações sobre a percepção dos facilitadores dos programas ACT e Conte Comigo a respeito do processo de implementação desses programas. Foi realizado um grupo focal com cada grupo de facilitadores segundo o programa: um com seis os implementadores do programa ACT e outro com nove implementadores do programa Conte Comigo.

Para Morgan (1997), o grupo focal se constitui numa técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações dos participantes no grupo durante a discussão de um assunto particular proposto pelo pesquisador. Trata-se de uma técnica intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. É também utilizado para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001).

Nesse sentido, um roteiro com perguntas semelhantes aos das entrevistas semiestruturadas foi elaborado para guiar o grupo focal com questionamentos pela pesquisadora, mas criando um ambiente de interação durante a produção das respostas. Cada grupo focal teve duração média de uma hora e meia. O grupo focal do programa ACT foi realizado no horário de almoço e fora do local de trabalho dos facilitadores, ainda que em sala cedida pela Secretaria de Educação do município. Já o grupo focal do programa Conte Comigo foi realizado no local de trabalho dos facilitadores e durante seu expediente laboral. Os grupos focais foram áudio-gravados e tiveram consentimento prévio dos facilitadores, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os roteiros das entrevistas semi-estruturadas e dos grupos focais realizados, bem como as transcrições dos seus áudios, encontram-se anexadas ao final deste trabalho.

4.2.4 Análise dos dados

A análise do conteúdo das entrevistas e grupos focais se deu conforme as seguintes etapas:

- a) Estabelecimento de categorias de análise com base nos roteiros das entrevistas e grupos focais;
- b) Transcrição dos áudios, repetidas leituras flutuantes das transcrições e ocultação da identificação dos participantes, que foram substituídas pelos seguintes códigos: gestores: G1 a G3; pesquisadores: P1 a P3; implementadores: I1 a I15; mães: M1 a M11;
- c) Revisão das categorias antes estabelecidas segundo as observações surgidas a partir das leituras flutuantes;
- d) Agrupamento das falas dos sujeitos de acordo com os assuntos e categorias estabelecidas;
- e) Identificação dos padrões de resposta de cada grupo pesquisado;

Análise do material.

4.3 Resultados da análise qualitativa

A seguir apresentamos os dados e a análise dos relatos obtidos dos entrevistados, distribuídos dentro das categorias encontradas como relevantes e representativas dos relatos dados. Nossa análise teve como objetivos: demonstrar as semelhanças e ressaltar as diferenças de percepção entre os distintos atores desse processo; identificar aquilo que favoreceu e o que dificultou a implementação, segundo a percepção desses atores; e por fim analisar os dados à luz da teoria de

implementação de políticas públicas e das evidências que demonstram o que funciona na implementação de programas e práticas baseados em evidência.

A análise qualitativa dos depoimentos dos gestores, implementadores, pesquisador e das mães usuárias dos serviços produziu as categorias e subcategorias listadas abaixo:

Categorias	Subcategorias	
Pacto Pelotas Pela Paz	Sensibilização e liderança prefeita	
Expectativas	Descrença quanto à efetividade dos programas	
	Resistências quanto ao uso do manual e materiais dos programas	
	Sentimento de falta de apoio institucional e falta de informação prévia	
Processo de Implementação	Dificuldades	Falta e despreparo de cuidadores
		Curta duração da formação
		Prática piloto
		Locais inadequados
		Tempo para preparação
	Facilidades	Observação de colegas
		Prática e familiarização com o material
		Supervisão
Adesão das mães	Ajuda financeira às mães	
	Transporte para as mães	
Parceria institucional com a Universidade		
Percepção de mudança	No conceito de prevenção da violência	
	No comportamento das mães	
	Resultados sobre os implementadores	
Sugestões		
Satisfação		

4.3.1 Categoria: Pacto Pelotas Pela Paz

O Pacto Pelotas Pela Paz foi destaque na fala dos gestores públicos no sentido de ter promovido uma mudança na visão até então vigente sobre o que fazer a respeito da crise de violência que Pelotas vivia. Essa nova visão possibilitou aos gestores

serem mais receptivos à ideia de metodologias baseadas em evidência para prevenir a violência na infância, no caso os programas ACT e Conte Comigo. Nas palavras de um gestor:

“Eu sabia que prevenção era algo importante, que repressão não era suficiente, mas isso era muito teórico e pouco concreto para mim. O Cada Jovem Conta foi o primeiro projeto [dentro do Pacto], me impactou demais e ao qual eu atribuo meu maior aprendizado. [...] Nunca tinha ficado claro para mim o quanto ainda estava em tempo de salvar essas crianças, o quanto isso era nossa responsabilidade mesmo. [...] Aí quando vieram as propostas das metodologias [ACT e Conte Comigo], que foi num segundo momento do Pacto, eu acreditei rapidamente. Eu já tinha vivido algumas mudanças dentro do Pacto, primeiro ouvindo os consultores falarem, depois o Cada Jovem Conta. Então quando chegaram essas metodologias eu acreditei porque já tinha vestido a camiseta da prevenção” (G1).

Outro gestor, no entanto, viu inicialmente o Pacto Pelotas Pela Paz como uma opção equivocada: “eu tinha a convicção do velho pensamento de que o município não tem nada a ver com a segurança” (G2).

Um terceiro gestor referiu que o poder público padece de problemas e uma das razões disso é o fato de as decisões não serem pautadas pelos dados e informações disponíveis. Para esse gestor, esse é um dos diferenciais do Pacto Pela Paz por ser “bem pautado na administração, análise e processamento da informação e direcionar o foco das ações. Não é diferente do que gerenciar uma empresa, então o Pacto ajuda a gestão pública nisso” (G3).

Aqui ressalta a diferença de percepção entre os três gestores, já que dois deles estavam sensibilizados para mudanças, mas outro não. Para dois deles, ter vivenciado os resultados positivos advindos do Pacto Pela Paz provocou uma mudança de visão sobre a política de segurança pública e prevenção da violência que incluiu maior aceitação da intersetorialidade, com a participação num mesmo programa de mais de uma secretaria municipal, e um aumento de confiança nessa nova política de segurança pública que estava em curso, o Pacto Pela Paz, assim como em seus propositores, nesse caso consultores externos à prefeitura.

Pode-se afirmar que a implementação do Pacto Pela Paz estabeleceu as bases para a formulação da agenda dos programas de prevenção que viriam a seguir, ocorrendo uma retroalimentação entre as fases da implementação da política e da formulação de novas políticas, a exemplo do que propõem Lima e D’Ascenzi (LIMA e D’ASCENZI, 2013).

O fato de pelo menos dois gestores relatarem as mudanças de visão introduzidas pelo Pacto Pela Paz é relevante na medida em que o fator liderança é ressaltado como decisivo pelas evidências de efetividade de implementação de programas baseados em evidências, sendo crucial para a efetividade da implementação o apoio e a atitude em relação a práticas baseadas em evidência que as lideranças oferecem (NOVINS et al., 2013). Ao mesmo tempo, se dois dos gestores entrevistados estavam significativamente sensibilizados para a implantação dos novos programas ACT e Conte Comigo, sua liderança não foi a única que operou sobre os implementadores e sobre os processos de planejamento e execução dos programas.

Os pesquisadores da UFPEL/Estudo Piá entrevistados também fizeram referência ao Pacto Pela Paz como “uma oportunidade de encaixar interesses em comum para realizar o projeto” (P1) da pesquisa de avaliação de impacto dos programas ACT e Conte Comigo.

O Pacto foi bem menos mencionado pelos implementadores dos programas, o que indica que suas ações até aquele momento não eram conhecidas pelos profissionais dos serviços de nível básico da educação, assistência social e saúde do município.

4.3.2 Categoria: resistências

Neste item abordaremos os relatos de gestores e implementadores sobre as expectativas iniciais dos implementadores, as resistências e a descrença quanto à efetividade do programa, o sentimento de insegurança dos facilitadores, os problemas na formação do programa ACT, as dificuldades estruturais na execução e a percepção dos facilitadores quanto à parceria institucional com a Universidade.

4.3.2.1 Expectativas iniciais e resistências e obstáculos durante a fase de preparação da implementação

Um dos gestores referiu que, quando apresentado aos programas que seriam executados, ficou motivado com o fato de que esses programas possuíam “resultados já comprovados, já tinham sido testados [e que] um dos novos pilares dessa

concepção [de segurança pública] é o fato de ter evidências científicas” (G1). Com efeito, apenas um dos gestores entrevistados fez referência ao fato de os programas terem sido testados anteriormente e que a existência dessas evidências pesava em favor da sua adoção pelo município.

Nenhum outro servidor público fez referência à existência de evidências científicas sobre os programas, mesmo as entrevistas tendo sido realizadas após o término da implementação, o que confirma a estranheza que as evidências científicas ainda representam no serviço público e a necessidade de aprofundar o processo de tradução do conhecimento, especificamente a fase de sensibilização para o uso de políticas baseadas em evidência, como propõem Lum e Koper (2017).

Esse gestor complementou afirmando que sua motivação inicial foi relevante, “porque tivemos muitas resistências, porque ninguém acredita muito nisso” (G1).

Efetivamente as resistências à introdução dos dois novos programas foram mencionadas por todos os demais entrevistados do poder público.

Um gestor referiu que, quando foi proposto que o programa ACT fosse executado pelas coordenadoras pedagógicas das escolas de educação infantil, ele reagiu dizendo ser “impossível, porque elas já são assoberbadas de trabalho” (G2). Outro gestor entrevistado referiu que dificuldades de definição como essa foram corriqueiras no processo de implementação e que em diversas oportunidades foi preciso chamar a atenção de servidores e assessores para fosse dado o devido andamento à execução desses programas, porque as resistências se mantinham e se manifestavam na forma de recuos, na não tomada de decisões e em excessivas dúvidas e questionamentos sobre como tramitar os processos necessários.

Passaram-se meses de reuniões, com avanços e retrocessos, até em que julho de 2018 os programas iniciaram. A perspectiva de um dos gestores somente mudou ao final daquele ano quando ele assistiu a uma sessão do programa ACT e “passou a acreditar” (G2), porque tinha presenciado “uma coisa nunca antes vista: uma mãe que batia e gritava com o filho, que achava que o limite era na base da paulada, dizendo que agora ela conversava, pedia pra ele fazer as coisas e ele já entendia que o limite estava chegando de outra maneira” (G2).

Os implementadores do Programa ACT, todos servidores públicos estáveis e das áreas da educação ou da assistência social, houve resistências importantes quanto à ideia prévia e no processo de implementação do novo programa. Os

facilitadores do Programa ACT manifestaram que a descrença quanto à eficácia da metodologia foi a primeira resistência que surgiu entre eles. Manifestando serem conhecedores da realidade das famílias com as quais atuariam, parecia difícil para eles crer que uma cultura tão arraigada como a da educação com base na violência poderia ser modificada. A proposta do programa de transformar o perfil parental das mães não parecia factível: “a minha descrença [foi a maior resistência]. Eu não acreditava muito em nada. Eu não acredito que vou mudar uma pessoa que há gerações vem fazendo isso, que tem uma cultura para agir daquela forma, com violência”(I1), relatou uma facilitadora.

Esses implementadores também referiram dificuldade em razão da ausência de informações a respeito do que se tratava o programa, quais suas finalidades e especialmente sobre o fato de que eles próprios seriam os facilitadores daquela metodologia, inclusive no dia da sua formação: “eu cheguei ali no susto, não sabia que eu ia ter que aplicar aquilo, a gente veio para uma formação apenas”(I2), disse uma facilitadora, ou ainda: “quando me chamaram, eu nem sabia para o que era, só me disseram “não tem outra pessoa, vai tu mesmo”(I5), exemplificou outro facilitador.

Essa ausência de informações ajudou a ampliar as angústias e inseguranças relacionadas ao início da implementação com possíveis repercussões na qualidade nas primeiras aplicações. Conforme já citado, os relatos denotam a importância da etapa de sensibilização citada por Lum e Koper (2017).

Por sua vez, os implementadores do programa Conte Comigo, que são estudantes universitários de diferentes áreas do campo da saúde, tais como psicologia, fisioterapia e terapia ocupacional, e são contratados como servidores temporários do município para atuarem como visitantes do programa Primeira Infância Melhor (PIM), relataram menor estranhamento inicial com o novo programa. Segundo eles, isso ocorreu porque “o PIM é uma política de prevenção e que também fortalece o vínculo da mãe com a criança” (I7). Portanto, a similaridade do novo programa que teriam que aplicar com o seu trabalho, que segundo eles também busca aprimorar práticas parentais e a interação entre mães e crianças, mas por meio da visita domiciliar, promoveu uma maior receptividade desses facilitadores ao novo programa.

A familiaridade dos executores com a nova política proposta pode ser incluída como um fator contextual nas fases tanto preparatória como de implementação de

novos programas e os relatos apresentados pelos facilitadores nesta pesquisa denotam sua crucial importância para que a nova prática seja executada com efetividade.

Essa familiaridade, na proposta de Lum e Koper (2017), precisa ser criada na fase de sensibilização dos gestores para o uso de políticas baseadas em evidências (LUM e KOPER, 2017). No caso em análise, percebe-se que não houve a realização de um processo de sensibilização dos gestores nem dos implementadores para colocarem em prática os programas que foram demandados a executar.

Excetuando-se um dos gestores, para quem essa sensibilização aconteceu em razão e durante a implementação dos primeiros programas do Pacto Pelotas Pela Paz, as demais equipes não foram sensibilizadas. A equipe da educação e da assistência social, em particular, não foi sensibilizada para compreender os benefícios da nova política e desconhecia as evidências que existiam sobre seus resultados, portanto desenvolveu compreensível resistência inicial ao programa.

De outro lado, os facilitadores da saúde estavam mais preparados para receber o novo programa, não porque tenham sido previamente sensibilizados, mas em razão da maior familiaridade do campo da saúde em geral com políticas universais de prevenção, com o uso de protocolos e manuais e, como foi referido em capítulo anterior, com práticas baseadas em evidência (DAVIES e NUTLEY, 2001; RAMOS e SILVA, 2018).

A propósito dessa etapa preparatória anterior à implementação que ora analisamos, revisão sistemática realizada por Novins e outros (2013) de experimentos sobre a implementação de programas baseados em evidências no âmbito de serviços sociais públicos enfatizou a importância de fatores contextuais internos e externos à unidade provedora dos serviços no momento da preparação. Dezenove estudos ressaltaram a importância dos seguintes fatores contextuais internos: a adequação, ou a percebida adequação, da intervenção à organização executora; a percepção de autoeficácia dos implementadores; a disponibilidade de treinamento apropriado; recursos humanos e financeiros adequados; o uso de informação local e nacional no processo de tomada de decisões; a liderança, isto é, o apoio do líder ou administrador ao trabalho e sua atitude a respeito da implementação de práticas baseadas em evidências, e a cultura ou o clima organizacional (NOVINS et al., 2013).

Entre esses fatores internos, podemos observar que, no que tange à equipe implementadora do programa ACT, não havia uma percepção de adequação da intervenção ao trabalho das escolas infantis. A descrença que era compartilhada pelos implementadores e pelo secretário da educação, líder mais próximo dos implementadores, a ausência de sensibilização prévia e a falta de informações por parte dos implementadores da educação e da assistência social não promoveu sentimento de autoeficácia, ao contrário gerando medo e insegurança. Ainda que a liderança maior do executivo, a prefeita municipal, estivesse imbuída da tarefa de apoiar e executar os novos programas, sua intenção não foi conhecida pelos implementadores, em especial do programa ACT. Já para os implementadores da saúde houve imediata identificação da adequação do novo programa ao seu trabalho cotidiano e isso facilitou sua adesão à proposta. A evidência aplicada à situação concreta analisada permite concluir que existe possibilidade de a qualidade das primeiras aplicações dos programas ter sido comprometida em razão desses fatores. Essa hipótese poderá ser ou não verificada quando forem conhecidos os resultados da avaliação de impacto, no âmbito do Estudo Piá.

Fatores externos associados à fase de preparação incluíram a qualidade das redes interinstitucionais, a liderança de gestores públicos em nível estadual ou nacional e a disponibilidade de materiais de implementação provenientes de fontes nacionais confiáveis (NOVINS et al., 2013).

4.3.2.2 Resistências quanto ao uso do manual

Outra fonte significativa de resistência por parte dos implementadores das áreas da educação e da assistência social foi a necessidade de utilizar um manual e seguir um roteiro fixo e pré-estabelecido.

Uma facilitadora da área da educação, implementadora do programa ACT, expôs esse sentimento explicando que é o oposto da forma como está acostumada a trabalhar em seu cotidiano na escola: “a gente que é professora, a ideia sempre é do construtivismo, dialética, liberdade, então pra nós isso de ter uma coisa pré-programada me causou um estranhamento, medo e dificuldade. Eu nunca segui um manual de trabalho, então foi muito assustador” (I1).

No caso do programa aplicado pelos facilitadores da área da saúde, o Conte Comigo, o manual era menos detalhado que o do programa ACT e não lhes gerou desconforto, inclusive porque também trabalham com manual no PIM. Já a necessidade de seguir os slides da apresentação de *Power Point* que guia cada uma das 8 sessões do programa foi referido como uma dificuldade. Os facilitadores ressaltaram no grupo focal que, mesmo seguindo os slides e o manual do programa, eles ofereciam exemplos pessoais para as mães durante a intervenção: “eu mostrava que eu também era como elas e acho que isso as deixou mais seguras. Usei o manual, mas minha experiência como mãe ajudou muito” (I8).

Ambos os grupos de implementadores relataram que a superação das dificuldades com o roteiro pré-programado dos encontros, seja pelo manual seja com os slides, se deu com a experiência da aplicação, que lhes ofereceu prática, conhecimento dos materiais do programa e maior segurança. Uma professora relatou: “eu apliquei a metodologia três vezes e as três foram diferentes. A prática te dá segurança, apropriação do material. Tu consegues saber ‘aqui posso ir mais rápido, aqui não’. [Quando] tu te aproprias do material, fica mais fácil” (I1).

Com efeito, o manual tem como objetivo garantir que o protocolo seja desenvolvido de forma fidedigna. Esse aspecto se relaciona com a fidelidade da metodologia que é apontada pela literatura como um dos requisitos mais importantes para garantir os resultados na aplicação dos programas (NOVINS et al., 2013).

Os implementadores do Conte Comigo, de forma semelhante, perceberam que o roteiro pré-estabelecido é necessário: “a metodologia é pensada numa crescente de dificuldade, antes de chegar na sessão da contagem as mães viram algo menos complexo pra embasar aquilo. É positiva essa estrutura” (I12).

No entanto, esses implementadores também reportaram seu sentimento de insegurança inicial como uma das principais dificuldades enfrentadas:

“no primeiro grupo eu estava muito insegura. Mesmo que eu soubesse o conteúdo, estava muito nervosa, isso deve ter ajudado algumas mães a desistirem no início. No segundo grupo eu melhorei muito, estava mais segura, então foi muito diferente e eu reconheço isso” (I9).

Segundo os facilitadores, essa insegurança se deu em razão de não estarem acostumados a falar em público, ou em frente a uma plateia, como é o caso quando estão facilitando os encontros do programa para um grupo de mães. Na medida em

que foram facilitando os grupos, e com a ajuda da supervisão, os facilitadores ganharam confiança e houve um aumento na sua sensação de autoeficácia: “eu tinha dificuldade de apresentar um trabalho na faculdade e agora fui facilitadora dois meses de um grupo com as mães, ficou fácil apresentar um trabalho” (I6).

Em ambos os grupos de facilitadores percebe-se que a qualidade da implementação pode ter sido afetada pelos níveis de insegurança, que pode ser traduzida como baixa autoeficácia, que eles tinham nos momentos iniciais da implementação dos programas. A autoeficácia é um construto psicológico criado pelo psicólogo social Albert Bandura na década de 1970, que designa a crença da própria pessoa na sua habilidade de influenciar eventos ou realizar com sucesso uma determinada tarefa e alcançar o resultado desejado e, portanto, é um elemento central na capacidade de agência humana (BANDURA, 2010). O sentimento de autoeficácia foi encontrado na revisão sistemática de Novins e outros (2013) como um dos fatores contextuais internos que afetam o nível de efetividade na fase de implementação de programas baseados em evidência. Quatro estudos apontaram que uma baixa autoeficácia dos implementadores pode reduzir a efetividade dos programas (NOVINS et al., 2013). Lima e D’Ascenzi (2013) também destacaram as condições cognitivas dos implementadores como fatores relevantes para a implementação.

4.3.2.3 Percepção sobre a parceria institucional com a Universidade

Outro elemento que foi trazido por gestores e implementadores nas entrevistas e grupos focais como tendo sido fonte de resistências diz respeito à parceria institucional com a Universidade Federal de Pelotas. Os gestores relataram que tinham experiências de parcerias institucionais anteriores com a UFPEL. Para um deles, positiva; para outro, não. Ambos reconheceram que há dificuldades materiais e burocráticas, além de “uma certa desconfiança e também a questão política. Uma das manifestações contrárias ao Pacto veio da Universidade Federal, infelizmente” (G1). No entanto, houve o reconhecimento em todas as entrevistas da necessidade de contar com “esses profissionais e esse apoio. O resultado do Estudo Piá ainda vai ter muito impacto, e espero que tenha, para estimular que isso seja replicado” (G1).

Outro gestor foi mais enfático quanto às dificuldades. Para ele, foi negativo, num primeiro momento, o fato de os programas ACT e Conte Comigo terem sido

propostos no âmbito de uma parceria institucional com a Universidade e isso contribuiu para fortalecer suas resistências iniciais: “eu nunca sei o que a universidade quer, aonde ela quer chegar” (G2), manifestou. Entretanto, passados os meses da implementação, esse gestor mudou sua visão: “foi um trabalho da universidade através do departamento de epidemiologia que teve um comportamento completamente diferente da experiência que eu tive em outras oportunidades. Eles foram parceiros, quando tinha dúvida e dificuldades eles tentavam se colocar ao lado da nossa equipe, para fazer a coisa acontecer” (G2).

Mesmo tendo relatado uma mudança na sua percepção inicial, esse gestor afirmou ao final da entrevista que “não podemos esperar 30 anos, a academia pode esperar pra saber os resultados, a sociedade não”(G2), referindo-se ao fato de que o Centro de Epidemiologia da UFPEL vai avaliar os impactos das intervenções ao longo da vida das crianças, por 30 anos ou mais, uma vez que se tratam de estudos longitudinais, as Coortes de Nascimento. Em realidade, os pesquisadores do Estudo Piá publicarão os primeiros resultados de impacto das intervenções e do *follow up* de 6 meses ainda em 2019.

A percepção negativa inicial sobre a parceria com a Universidade foi retratada nas falas dos implementadores, em particular os servidores públicos, dos dois programas por meio da frase: “vamos trabalhar de graça para a universidade” (I12). Ao contrário, os estudantes universitários e implementadores do programa Conte Comigo foram mais receptivos e afirmaram a importância da pesquisa e da produção de conhecimento. Nas palavras de um facilitador: “me senti importante porque nós fomos os primeiros a participar. [Nosso trabalho] se tornou concreto com a pesquisa. Tem gente que precisa olhar o resultado escrito, e a pesquisa vai mostrar isso” (I8).

Foi unânime nos dois grupos de implementadores, entretanto, a opinião de que deveria ter havido melhor comunicação entre a Universidade e os implementadores: “faltou conversa conosco, sabíamos que era para uma pesquisa, mas não tivemos nenhum acesso ao andamento da pesquisa, não tivemos muitos detalhes na verdade” (I10). Mas essa visão se modificou depois dos primeiros meses de execução entre todos os implementadores: “depois, o respaldo deles foi muito bom, o pessoal falava com a gente, sempre respeitosos, colaborativos, então foi uma parceria muito legal. Aquele primeiro sentimento era porque a gente não sabia de nada” (I2), relatou um implementador do programa ACT.

A opinião dos servidores ressalta tanto a relevância da fase preparatória, quanto do trabalho de sensibilização da gestão pública a respeito da importância da fase de avaliação das políticas públicas e da produção de evidências para qualificar os serviços entregues à população pelo próprio poder público.

Essa visão também denota uma atitude negativa quanto à produção de pesquisa e conseqüentemente a práticas baseadas em evidência. Esse fator é relevante, uma vez que cinco estudos da revisão sistemática de Novins e outros (2013) referiram que a “exposição a atitude em relação a práticas baseadas em evidências” pelos implementadores é um fator que impacta na efetividade da execução dos programas (NOVINS et al., 2013).

4.3.2.4 Falta de informação das mães

Por fim, os implementadores do Conte Comigo levantaram outro elemento relativo à fase preparatória, ainda que tenha sido percebido já durante os primeiros encontros da implementação, que foi o desconhecimento dos objetivos do programa por parte das mães que estavam atendendo às sessões. Na percepção dos implementadores essa pode ter sido inclusive uma das razões para a desistência de algumas mães nas primeiras semanas de implementação.

No início as mães pareciam não ter clareza de por qual razão tinham sido convidadas a participar do programa nem quais eram os objetivos da metodologia: “as mães comentavam que não sabiam o que estavam fazendo ali, então uma melhor apresentação dos programas para elas desde o início poderia ter ajudado” (I11). No transcurso da implementação, esse fato foi levado ao conhecimento da equipe do Estudo Piá, que fez adequações à entrevista de convite e apresentação dos programas às mães e essa diferença foi notada nos grupos posteriores: “no primeiro grupo elas não entendiam bem, mas no segundo grupo elas já sabiam bem melhor do que se tratava o programa”, afirmou uma implementadora do programa Conte Comigo.

4.3.2.5 Duração da formação

Os facilitadores do programa ACT ressaltaram dois outros fatores relativos à fase preparatória que na sua percepção constituíram obstáculos adicionais: a curta

duração da formação e a necessidade de uma aplicação piloto do programa para a qual não tinham sido previstos os recursos materiais necessários.

Na opinião dos facilitadores a formação “foi rápida demais” (I1) e “cada sessão deveria ter uma preparação” (I3), isto é, as nove sessões do Programa deveriam ser examinadas individualmente durante a formação. A curta duração da formação gerou falta de motivação e insegurança nos facilitadores: “a primeira vez que eu apliquei não me senti motivada, porque eu não tinha um pingão de experiência com aquele curso de dois dias muito rápido que tivemos” explicou uma facilitadora (I2).

Além disso, o Programa ACT exige que depois de assistirem à formação de dois dias, os facilitadores realizem uma prática piloto, implementando as nove sessões e filmando a sexta sessão para que seja avaliada pela formadora do programa. Essa prática piloto deve ser feita com ao menos três mães. Ocorre que, no caso de Pelotas, o apoio tanto da Universidade quanto da Prefeitura em termos logísticos para a aplicação do programa estava agendado para começar em julho quando as mães da Coorte de Nascimentos receberiam a intervenção. Para esse momento os facilitadores já deveriam estar certificados, portanto teriam que realizar a prática piloto antes do apoio logístico começar, em maio e junho. Esta, sem dúvida, foi uma das etapas mais desgastantes do processo de preparação, já que as facilitadoras não dispunham de computador para projetar os *slides*, dos brindes, lanches, nem do material de escritório para entregar às mães e, mais importante, não contavam com pessoas interessadas a participarem ainda do programa, já que as mães seriam convidadas a partir de julho. Coube a cada uma das facilitadoras e facilitador convidar pessoas das suas relações para assistirem às sessões do piloto. Relatou uma facilitadora:

“foi muito difícil. Eu levava todas as sessões minha máquina de cappuccino de casa, para fazer um agrado para aquelas mães que estavam ali. Elas faltavam e a gente tinha que correr atrás, convencer a vir. Quase desisti, porque foi muito desgastante” (I1).

Outro facilitador reforçou:

“tive que cancelar sessões porque as mães que eu convidava não iam, demorei para concluir essa parte, porque foi muito difícil para nós” (I5).

Na revisão sistemática de Novins e outros (2013), estudos que examinaram diferentes tipos de treinamento dos facilitadores, breve versus intensivo, didático versus experiencial, presencial versus online, não demonstraram diferenças significativas quanto ao impacto no sucesso da implementação. No entanto, a

necessidade de treinamento qualificado, supervisão e apoio aos facilitadores para uma implementação bem sucedida é reiterada em diversas análises de efetividade (NOVINS et al., 2013). Analisaremos mais adiante a supervisão e questões relativas ao apoio aos facilitadores dos dois programas na fase de implementação.

4.3.3 Categoria: dificuldades na fase de implementação

Transcorrida a fase preparatória, nesta categoria são abordadas as dificuldades relatadas pelos entrevistados durante a fase de implementação dos dois programas, tais como obstáculos burocráticos internos à gestão municipal e na relação institucional com a Universidade Federal de Pelotas, e quanto às falhas estruturais durante a implementação dos programas ACT e Conte Comigo.

4.3.3.1 Obstáculos burocráticos na gestão municipal

Um dos gestores ressaltou as resistências e obstáculos burocráticos enfrentados durante o processo de implementação dos programas e os relacionou sobretudo à inexistência de condições para a inovação na gestão pública. Segundo ele, a implementação de políticas públicas inovadoras sempre encontrará obstáculos quando sua execução depender de processos que não são usualmente realizados pelo órgão público.

O gestor argumentou que a postura daqueles outros gestores e servidores mais receosos de colocarem em marcha o processo de implementação dos programas ACT e Conte Comigo se justificava porque a execução das metodologias implicava em processos não usuais no município, tais como o convênio e o repasse de recursos à Universidade Federal de Pelotas, a compra de livros de uma editora de fora do Brasil e a contratação de instrutores de outros estados e países.

Em particular, o gestor ressaltou que esse receio tem seu fundamento na postura dos órgãos de controle, para os quais os processos importam mais que os resultados obtidos e que adotam uma cultura administrativa fiscalizatória ou punitiva que precisa ser modificada sob pena de impossibilitar a inovação na gestão pública. Nas suas palavras:

“O poder público tem muitas regras e limitações. Estávamos muito entusiasmados e não fizemos um planejamento adequado. Tínhamos que ter contado com o período de aceitação e vencimento de resistências, humanas e burocráticas, porque tudo que é inovação no poder público encontra resistência. Tudo está em caixinhas, cada coisa tem sua forma de fazer já, processo licitatório etc. Quando é diferente, uma parceria com universidade, um método que vem do exterior, qualquer coisa que fuja do padrão é um problema. É preciso encontrar soluções também para isso. Os órgãos de controle são importantíssimos, mas precisam prever a inovação” (G1).

Para outro gestor também houve falta de planejamento e o processo ocorreu de forma acelerada. Ele ressaltou que “o serviço público tem passos que não dá para saltar, passos legais, como parecer da procuradoria, tanto do lado da prefeitura como da universidade. Demorou muito a assinatura do termo com a universidade, foi muito atropelado” (G2).

Na percepção de outro gestor, uma das principais dificuldades burocráticas na implementação esteve relacionada à “quebra de barreiras entre as secretarias e os partidos que compõem um governo” (G3). Na sua visão, as secretarias trabalham em ilhas, mas os projetos do Pacto Pela Paz, incluindo os dois programas ACT e Conte Comigo, exigem que elas “interajam para chegar a uma solução conjunta. Isso exige saber ceder, resiliência. Foi o mais difícil, mas também a parte mais encantadora e a que gera mais benefícios para a prefeitura, para a gestão municipal e seus processos” (G3).

Especificamente, segundo ele, a dificuldade foi que os secretários chamassem para si a responsabilidade de resolver os problemas, compreendendo que os projetos compartilhados são de responsabilidade de todas as secretarias envolvidas. Na sua opinião: “faltou as secretarias e órgãos da prefeitura sentarem juntos para resolver os problemas. Quando isso aconteceu, que infelizmente foi quase no fim do projeto, as coisas começaram a andar mais tranquilamente, sem penalizar tanto o pessoal da parte da implementação” (G3).

Das falas dos gestores extrai-se que um obstáculo adicional na execução desses programas era não apenas que as secretarias não conversavam entre si, isto é, uma falta de intersetorialidade, mas também o fato de que se tratavam de programas novos e inovadores, que não pertenciam às rotinas estabelecidas de

nenhuma secretaria. Assim, da mesma forma como a fiscalização e o controle exercido sobre os municípios precisam prever a inovação, também o serviço e os servidores públicos precisam se abrir para ela e estarem mais receptivos a modificar suas rotinas e processos internos. Não são apenas os constrangimentos externos que geram a imobilidade e a falta de inovação no poder público, mas também a visão interna de que as rotinas e os serviços entregues são perenes e não precisam ser qualificados ou modificados.

Ainda sobre a ausência de intersetorialidade, para um dos gestores a dificuldade do trabalho em conjunto no município foi um dos obstáculos enfrentados, mas que o Pacto Pela Paz vem ajudando a transformar, na medida em que contribui para estimular a cultura do trabalho em rede e conectado entre equipes e secretarias. Ressaltou que para a sua execução dos dois programas “se formou uma rede de colaboração e isso tirou as pessoas do padrão convencional” (G1). Referiu que foi acertada a escolha dos servidores para coordenar os projetos, o que mostraria que “as pessoas estão preparadas para uma forma diferente e mais ousada [de trabalhar, mas] precisam ter a oportunidade e um projeto com credibilidade” (G1). Ressaltou ainda que os resultados do Estudo Piá dizendo da efetividade das metodologias vai tornar o processo mais fácil de agora em diante.

A falta de intersetorialidade, integração e de comunicação entre os órgãos também foi referida por outro gestor como um obstáculo. Para ele, dificultou muito o isolamento de cada ente, inclusive dentro da prefeitura, em que estavam “uma secretaria fazendo de um jeito, nós fazendo de outro e parando na mesma procuradoria para eles perguntarem ‘estão fazendo a mesma coisa de formas diferentes?’” (G2). De resto, as dificuldades teriam sido inerentes ao fato de que os programas eram novidade e que isso foi superado quando todos conheceram e sentiram seu impacto.

Essa manifestação do gestor ressalta novamente a importância da sensibilização e do prévio conhecimento sobre o impacto dos programas entre as lideranças e gestores, já que foi quando esse convencimento aconteceu que houve comprometimento e decisão internas no âmbito da gestão para que os processos burocráticos relacionados aos programas fossem realizados.

4.3.3.2 Obstáculos burocráticos, falta de comunicação e dificuldades na relação interinstitucional com a Universidade Federal de Pelotas

Os obstáculos administrativos e burocráticos na relação da Universidade com o município foram enfatizados nas entrevistas com os pesquisadores da UFPEL. Para eles, a expectativa inicial era de “realizar um ensaio randomizado implementando as duas metodologias e que no final conseguíssemos resultados sobre o impacto, esta era a esperança básica” (P1). No entanto, na sua percepção as expectativas não foram bem alinhadas a respeito dos detalhes burocráticos e logísticos e das atribuições de cada instituição. Para eles, a equipe do Estudo Piá “ficaria envolvida com as questões apenas do Centro de Pesquisa” (P1), isto é, com os processos relacionados à avaliação prévia e posterior das 369 mães e crianças, sem se envolver com questões estruturais e logísticas da implementação, mas não foi o que ocorreu.

A pesquisa por si só já impunha diversos obstáculos, em especial o de financiamento, porque não havia recursos da Universidade destinados ao projeto. Esse assunto foi tratado com o município, mas a estimativa de valores necessários para a implementação teria sido subestimada. “Hoje eu vejo que o que foi investido foi significativo dentro do que a prefeitura tem, mas não foi o suficiente para cobrir todos os custos da implementação” (P1). Houve então captação de financiamento para o Estudo Piá junto à fundação inglesa Botnar, “mas não tínhamos certeza se isso seria concedido, então aqueles primeiros meses foram difíceis, sem recursos e sem saber quanto recurso seria disponibilizado para a pesquisa em si” (P1).

O segundo obstáculo eram as complexidades próprias de realizar um ensaio randomizado muitas das quais “infelizmente não são escritas em artigos” (P1). Aliado a isso, além de organizar o estudo clínico, os pesquisadores tinham que manter suas atividades usuais na universidade, como a docência, que consumia muito do tempo que idealmente teria que ser destinado ao Estudo Piá. Por fim, uma questão pessoal relacionada a um dos pesquisadores é o fato de não ser brasileiro, e que “isso impactou principalmente a relação com a prefeitura, desconhecer como funciona essa estrutura e o que eu podia esperar dela” (P1).

Os relatos dos pesquisadores entrevistados informam uma série de as dificuldades que tiveram que ser superadas. O prazo para começar a avaliar as mães era excepcionalmente curto e tinha que acontecer ainda em 2018, porque em 2019 o

Centro de Pesquisas em Epidemiologia receberia mais de 5.000 crianças em avaliação das outras Coortes de Nascimento. Se o Estudo Piá e a implementação dos programas não ocorressem em 2018, o projeto estaria inviabilizado. A equipe teve poucos meses para: preparar as escalas de avaliação de mães e crianças, que são instrumentos complexos e devem ser precisos para identificar o impacto dos construtos psicológicos que os programas ACT e Conte Comigo desenvolvem; contratar e treinar a equipe de psicólogos para aplicar essas escalas; contratar equipamentos, inclusive o teste de cortisol nas amostras de cabelo de mães e crianças que será realizado por equipamento e técnicos canadenses; apresentar o projeto na Comissão de Ética em Pesquisa da UFPEL, que foi aprovado em tempo recorde; montar uma banca de especialistas internacionais para avaliarem a qualidade do estudo, entre outras questões técnicas.

Ao lado disso, surgiram as dificuldades em relação à logística da implementação dos programas ACT e Conte Comigo. O primeiro desafio foi formar os facilitadores da prefeitura e, no caso do programa ACT, executar todas as etapas incluindo a prática piloto e a aprovação final para que fossem facilitadores do programa.

Uma vez finalizadas as formações, o desafio foi ter as condições necessárias para iniciar a implementação. A situação dos livros relacionados à implementação do programa Conte Comigo foi emblemática. Os livros adquiridos pelo município chegaram em Pelotas no mês de novembro de 2018, sendo que a implementação começou em julho e terminou em dezembro. Essa era uma atribuição da prefeitura que, segundo um pesquisador, “só não chegou a impactar nos grupos porque a gente teve suporte, mas poderia ter impactado se não tivéssemos o recurso no Centro de Pesquisa para conseguir comprar” (P3).

Segundo o pesquisador, outra dificuldade foi o pagamento dos auxílios às mães, inicialmente feito pela prefeitura e que depois passou à Universidade: “quando a gente começou a pagar, eu só fazia isso, [...] porque era um monte de papéis. [...] Isso acabou atrapalhando o andamento do setor” (P3).

Indo ao encontro da referida percepção de um dos gestores, para o pesquisador, “as prefeituras, qualquer uma no Brasil, trabalham com regras rígidas que acabam por constranger excessivamente o que é possível fazer” (P1), inviabilizando muitos projetos. “A prefeitura até hoje talvez não saiba como as coisas

aconteceram. Nós queríamos ajudar o Pacto, acabamos assumindo muito mais coisas do que tínhamos imaginado nessa colaboração” (P1). Para outro pesquisador, “as maiores dificuldades que tivemos foi quando precisamos dar auxílio para a prefeitura naquilo que era atribuição deles” (P3).

Também foi ressaltada a importância da rede de parceiros institucionais que participaram da preparação e implementação dos programas: “eu cheguei a trabalhar mais perto da prefeitura do que eu imaginei que seria necessário, mas percebi que sem [a participação do Instituto Cidade Segura] teria sido muito mais difícil” (P1).

Sobre a produção de evidências por meio de uma parceria entre o poder público e a Universidade, ressalta que “o objetivo desse projeto é produzir evidências, e na verdade é possível fazer isso apenas dentro da universidade, com estudos de alta qualidade científica” (P1). No entanto, quando se trata de políticas públicas, ressalta a importância da análise da implementação, porque “é preciso que se saiba que realizar essas metodologias no contexto dos serviços públicos é muito diferente de como é feito na Universidade” (P1). Quando se trata de escalabilidade das intervenções, é preciso pensar em como a implementação se dá fora da universidade.

Em resumo, o pesquisador relata que teve “muita satisfação de ter participado. Houve frustrações por falhas nos parceiros que deveriam realizar algumas coisas necessárias e que não aconteceram. Foi muito difícil, mas foi o trabalho que mais significou na minha carreira. Acho que realmente foi um sucesso, especialmente quando a gente pensa nos limites que tivemos” (P1).

4.3.3.3 Dificuldades quanto ao apoio e estrutura para implementação

Um dos gestores mencionou que a falta de resolução de problemas no âmbito da gestão terminou “penalizando” (G3) a equipe da implementação. Nesta categoria, apresentamos o relato dos implementadores a esse respeito. Entre as dificuldades logísticas referidas estão: local inadequado para realização das sessões dos programas; falta dos equipamentos necessários, como computadores e lanches para as mães e crianças nas sessões; falta ou despreparo dos profissionais que tinham a função de entreter as crianças enquanto suas mães participavam das sessões; não

previsão inicialmente de tempo para estudo e preparação das sessões pelos facilitadores.

4.3.3.3.1 Local inadequado

Uma importante dificuldade foi quanto à aplicação do programa ACT em escolas de educação infantil, que, segundo concluíram as facilitadoras, não têm estrutura para receber esse tipo de atividade, em razão do excesso de barulho e do pouco espaço disponível e inadequado para adultos terem aulas, por exemplo tendo que se sentar em cadeiras infantis usadas pelas crianças. Isso acabava desorganizando a rotina da escola e da própria implementação do programa. Uma facilitadora comentou:

a escola de educação infantil tem muito barulho, cada dia nos davam uma sala, uma perto do refeitório, depois outra que era meio que um corredor de passagem, então acaba sendo um desrespeito com as mães (I2).

Outra completou:

mexe na rotina da escola, tu não és bem-vinda, eu mesma dentro da minha escola me sentia atrapalhando. O ideal seria um espaço com duas salas só para isso, uma para as crianças e outra para a sessão. Um dia que eu apliquei era aniversário da escola, tinha uma banda tocando, mas quem está atrapalhando, nós ou a escola? (I1).

O já mencionado problema de comunicação se repetiu e as facilitadoras também mencionaram que em alguns casos as escolas não sabiam do que se tratava o programa, gerando desconforto de ambos os lados. O fato de serem coordenadoras pedagógicas das próprias escolas em que estavam aplicando o programa também foi um fator dispersivo, já que as implementadoras não deixaram de ser demandadas por colegas professores, mesmo durante as sessões da metodologia: “é ruim aplicar na mesma escola da gente, porque tu não deixa de ser coordenadora e está ali aplicando o ACT” (I1), lembrou uma facilitadora.

Importante ressaltar que para os facilitadores da secretaria da assistência social foi positiva a experiência de terem implementado nos equipamentos em que trabalham. Referiram ter tido suporte das suas equipes e colegas para aplicarem os programas: “eu tive a experiência de aplicar as sessões de treinamento no serviço em que eu trabalho, tive todo suporte lá” (I3), disse uma implementadora. Isso amplia a

possibilidade de que outros equipamentos de Assistência Social e da Saúde possam vir a receber a metodologia como integrante do seu rol de serviços.

4.3.3.3.2 Dificuldades com os cuidadores das crianças

Por se tratarem de programas em que as usuárias são mães de crianças pequenas, muitas delas tinham a necessidade de levar as crianças consigo para a implementação. Além disso, no programa Conte Comigo está previsto ao final de cada sessão que as mães pratiquem o compartilhamento de livros com as crianças, sob o olhar do facilitador, para que este faça comentários às mães, reforçando condutas positivas e incentivando a mudança das posturas negativas. Para viabilizar a presença das crianças enquanto as mães assistiam à sessão, foi necessária a presença de outros profissionais além dos implementadores para atuarem como cuidadores das crianças.

Foram feitas tentativas de contratações temporárias e realocação de pessoal para essa função, o que não se efetivou. A secretaria da educação, pasta que abarca o desporto no município de Pelotas, designou os professores de educação física do projeto Vida Ativa, que oferece aulas gratuitas de diversas modalidades esportivas à população, para que assumissem essa função. Essa determinação ocorreu faltando poucos dias para o início da implementação.

Segundo os implementadores, a falta de preparo dos profissionais designados e seu desconhecimento a respeito do programa Conte Comigo foram obstáculos significativos na implementação. “Os cuidadores foram o maior problema. Eles precisam conhecer o programa e ter um treinamento para realizar atividades apropriadas para aquele momento com as crianças” (I12), opinou uma facilitadora; ao contrário, os profissionais que ficaram responsáveis por cuidarem das crianças enquanto as mães assistiam às aulas em diversas ocasiões, estressaram mães e facilitadores porque não tinham controle sobre as crianças. Os facilitadores também relataram que os profissionais designados não estavam motivados a estarem ali executando aquela tarefa, que é estranha ao seu cotidiano e para a qual a maior deles não tem capacitação, uma vez que não trabalham com público infantil. Concluiu uma facilitadora:

“cuidadores mais capacitados não deixariam as crianças ficarem apenas correndo de um lado para outro, o que incomodava as mães e o facilitador, além de deixar as crianças super agitadas e era muito difícil depois elas pararem para compartilhar o livro com a mãe, conforme estava previsto em cada sessão” (I10).

Aliado à inadequação dos cuidadores, os implementadores do programa Conte Comigo agregaram dificuldades mais gerais de desorganização como a falta de computadores necessários para projetar os slides do programa, falta de lanches para as mães e crianças em algumas sessões e escolas que não abriam as salas. Referiram que essas dificuldades geraram ansiedade nos próprios implementadores e podem ter afetado igualmente a construção de vínculo com as mães:

“para nós como facilitador também fazia diferença. Quando tudo estava organizado, era uma dinâmica. [...] As mães respondiam de forma muito diferente, dependendo se as coisas estavam organizadas ou não” (I14).

A respeito da desistência de algumas mães no início da implementação, na visão dos facilitadores, diversos aspectos contribuíram para que houvesse uma quebra na adesão das mães, especialmente no início da implementação que se deu em julho de 2018, auge do inverno e época de muitas chuvas: “apareceu muito no feedback das mães a questão do clima, crianças resfriadas, muita chuva por ser no inverno, então elas não iam sair de casa com as crianças”. Eles também acreditam que os problemas de desorganização estrutural contribuíram para essa desistência:

“os primeiros grupos tiveram muitos problemas de estrutura, de falta de organização, alguns lugares não abriram, a van que não foi, muita chuva, Copa do Mundo. [...] Fatores que quebraram o vínculo com as mães. A falta de estrutura nos deixava ansiosos. O facilitador ansioso acaba deixando as mães ansiosas também. São estressores importantes” (I13).

4.3.3.3 Falta de tempo para preparação das sessões

Os facilitadores do programa ACT recordaram a dificuldade que representou inicialmente não terem tido um tempo específico para se prepararem para as sessões. Para eles, sem prejuízo do estudo prévio realizado, é imprescindível poder revisar o manual e o conteúdo da sessão que vão ministrar no próprio dia do encontro. Nas palavras de uma facilitadora: “mesmo lendo antes, no dia que eu ia aplicar precisava passar umas duas horas olhando de novo e repensando a forma de fazer” (I2). Essa

foi uma demanda apresentada e atendida pela secretaria da educação do município que determinou às escolas das implementadoras que as liberassem um turno antes da aplicação da sessão do ACT para se prepararem. Esse é um exemplo de apoio efetivo que a evidência mostra relevante na fase de implementação (NOVINS et al., 2013).

4.3.4 Categoria: Facilidades na implementação

Além das dificuldades, houve elementos facilitadores da implementação que foram relatados pelos implementadores. Em particular, o apoio para que se preparassem para os encontros com as mães, seja assistindo colegas ministrarem as aulas, seja por meio da supervisão profissional, se mostraram essenciais.

4.3.4.1 Observações de sessões ministradas por colegas

Os facilitadores do programa Conte Comigo tomaram a iniciativa de aplicar as sessões iniciais da metodologia em dupla, sendo um facilitador principal e outro atuando como assistente e observador. A observação das sessões pelos facilitadores os ajudou a ganhar familiaridade com o manual e com o programa. “Trabalhar em dupla foi muito bom” (I18), comentou uma facilitadora. Esse recurso foi particularmente importante no início, naquele momento em que havia sentimento de insegurança nos implementadores. Depois, sua necessidade não foi mais tão sentida: “no último grupo eu não senti tanto, mas no meu primeiro grupo foi muito importante estar em dupla” (I13), sintetizou o facilitador.

Tal como para os facilitadores do Programa ACT, também para os facilitadores do Conte Comigo assistir a outros colegas aplicando a metodologia os ajudou em sua preparação. Disse um facilitador: “para mim favoreceu muito ver as gurias apresentando antes e ver que depois eu ia passar por aquele conteúdo, que aquela situação ia acontecer comigo” (I14).

4.3.4.2 Supervisão

A supervisão da implementação do programa ACT foi oferecida por psicóloga vinculada ao Centro de Pesquisas da UFPEL. Os facilitadores desse programa

ressaltaram a importância da supervisão, especialmente para “tirar dúvidas sobre a metodologia” (I2) e no sentido de que foi positivo “ter uma pessoa para consultar” (I5).

Por sua vez, os implementadores do Programa Conte Comigo foram mais enfáticos quanto à imprescindibilidade da supervisão, que nesse programa foi oferecida por uma socióloga vinculada ao Instituto Cidade Segura. Na percepção dos facilitadores, “a supervisão salvava nossa vida” (I9) e a qualidade da implementação melhorou em razão da supervisão.

O relato dos facilitadores apontou algumas funções importantes do supervisor: acalmar e minimizar as dificuldades explicando que elas são comuns a outros facilitadores e podem ser resolvidas; proporcionar a troca de experiências e resolução de problemas no âmbito do grupo, e oferecer um *feedback* positivo aos facilitadores para que se sintam seguros e estimulados a continuar.

Os facilitadores exemplificaram dúvidas que foram debatidas e resolvidas no âmbito da supervisão, como a questão de “não dizer não aos filhos”, que é uma das orientações dadas no programa. As mães questionavam se essa orientação deveria ser seguida o tempo inteiro ou apenas no momento do compartilhamento dos livros. Na supervisão chegou-se a um consenso e todos os facilitadores passaram a orientar as mães de que a regra valia apenas durante o compartilhamento de livros.

Também foi recordado pelos implementadores que no início houve um questionamento sobre a necessidade da supervisão semanal e se não seria suficiente fazê-la quinzenalmente. A resposta veio naturalmente, assim explicada pelas palavras de uma facilitadora: “a gente chegava aqui dizendo ‘ai eu tenho um problema e parece que é o fim do mundo’, a supervisora acalmava a gente, chegava outro facilitador com o mesmo problema e a gente achava uma solução em conjunto” (I7).

Os implementadores observaram que a supervisora reproduzia com eles a mesma técnica que eles foram treinados para aplicar com as mães nas discussões em grupo e no momento de avaliar o desempenho delas durante o compartilhamento de livros com as crianças. Quando surgia uma dúvida, a supervisora questionava o grupo se outra pessoa tinha passado por uma situação semelhante e o que poderia ser feito para resolver aquele problema. No momento de fazer comentários, primeiramente eram feitos comentários positivos e depois os negativos, mesma sistemática que se esperava dos facilitadores na interação com as mães. Ou seja, a

supervisora ensinava os facilitadores também ao modelar os comportamentos deles esperados. Nas palavras dos implementadores:

“os nossos grupos com as mães foram ficando melhores por causa das nossas reuniões de supervisão. Meu segundo grupo foi muito melhor que o primeiro em razão da supervisão” (17).

“Para mim também fez muita diferença, a supervisora nos dava um feedback positivo, como a gente fazia com as mães” (18).

“Muitas inseguranças se dissiparam, no início tudo parecia muito maior e eu ficava muito insegura, então a supervisora nos acalmava e dizia que ia melhorar e a gente acreditava nela e melhorava mesmo” (19).

Um dos resultados mais consistentes entre os diversos estudos indetificados na revisão sistemática de Novins e outros (2013) foi de que a supervisão continuada, o monitoramento da fidelidade e o apoio aos facilitadores resultam em maiores níveis de adesão e de fidelidade na implementação dos programas. Especificamente quanto à pessoa do facilitador, os estudos encontraram que sua experiência com práticas baseadas em evidências e a qualidade do seu relacionamento com os facilitadores afetam a efetividade da implementação (NOVINS et al., 2013).

Para os facilitadores do Conte Comigo, a relação de confiança estabelecida com os facilitadores auxiliou na redução da insegurança e aumento da autoeficácia na aplicação do programa e ajudou também a garantir a fidelidade na aplicação, na medida em que as técnicas foram reforçadas na supervisão e modeladas pelos facilitadores, indicando que a boa qualidade da supervisão poderá influenciar aumentando a efetividade da implementação e o impacto do programa.

4.3.5 Categoria: Percepção de mudanças

Na categoria percepção de mudanças trataremos das diversas transformações que foram percebidas por gestores, implementadores e mães em si mesmos ou em outros sobre diferentes temas, como conceito de prevenção da violência, o uso de uma metodologia e mudanças pessoais de comportamento.

4.3.5.1 Mudanças no conceito de prevenção à violência

Para os facilitadores do programa ACT, seu conceito sobre prevenção da violência se modificou em pelo menos dois aspectos: houve uma ampliação do entendimento sobre o que constitui violência, e mudou a importância dada por eles à prevenção, e não apenas da repressão, e em particular à prevenção primária da violência.

Houve, por um lado, uma ampliação na percepção deles sobre o que constitui violência. Os facilitadores antes não percebiam outras formas de violência além das agressões físicas. Passaram a entender que outros fatores, inclusive de contexto familiar e externo a que as crianças estão submetidas, constituem violência ou têm efeitos nefastos sobre elas, muito além do tratamento físico. Nas palavras de uma facilitadora:

“as mães dizem ‘ah, eu nunca bati no meu filho’, aí dentro da metodologia tu percebe que a criança passa o dia inteiro assistindo desenho ou videogame violento, por exemplo, então chamou minha atenção para casos não só de violência contra a criança, mas toda uma condição do entorno de violência que eu não percebia, realmente antes da metodologia eram fatores que eu não me dava conta. A gente trabalha com isso e eram coisas que passavam despercebidas” (I2).

Quanto à importância da prevenção, a fala dos facilitadores ressaltou que antes da implementação do programa sua visão sobre prevenção da violência estava relacionada à repressão policial, e que depois passaram a enxergar que a prevenção pode efetivamente reduzir e prevenir violências e a criminalidade. Houve para os facilitadores uma melhor compreensão sobre “o que funciona” para prevenir a violência e do potencial de atuação dessas ferramentas. Um facilitador explicou:

“a gente fala em violência sempre numa questão mais de repressão, não tanto de prevenção. Falta conhecimento sobre de que forma a gente pode atuar, sobre o que funciona e o que não funciona, eu mesmo nunca tinha visto um estudo de que diz que tu pode trabalhar na prevenção da violência intrafamiliar e atuar diretamente nisso, então mudou muito minha visão” (I5).

Ocorreu também um aprofundamento no entendimento sobre os níveis de prevenção à violência e sobre a prevenção primária, na qual se insere a metodologia. Antes de conhecerem e se tornarem facilitadores do programa, consideravam prevenção à violência apenas aquelas ações dirigidas a adolescentes e jovens, mas

não a crianças. Uma das coordenadoras pedagógicas afirmou: “eu não pensava em prevenção nesse nível tão precoce, não pensava em trabalhar com famílias para prevenir a violência dentro de casa e que isso fosse repercutir no futuro, não tinha essa visão” (I1).

Para os facilitadores oriundos da Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja rotina de trabalho inclui lidar com casos graves de violações de direitos de crianças e adolescentes e de violência intrafamiliar, restou definitivamente estabelecida a necessidade de políticas públicas de prevenção primária da violência e de como elas podem potencializar as ações já existentes de prevenção secundária e terciária, já que na prática os serviços terminam por se dedicar ao tratamento das pessoas que a eles recorrem, mas não logram fazer uma efetiva prevenção. Nas palavras das facilitadoras:

“Tenho experiência em atender crianças e adolescentes vítimas de violência, com a metodologia reforçou a importância de pensar na prevenção, porque a gente não pensa nisso. Essa prevenção muito precoce é fundamental, precisa ter esse atendimento antes, lá na base, que o caso da metodologia”. (I4)
“Os serviços não dão conta de fazer o tratamento e ainda fazer a prevenção”. (I3)

Esses profissionais ratificaram a necessidade de se investir e desenvolver programas de prevenção primária e que tal investimento é fundamental inclusive para que os serviços de mais alta complexidade possam ser efetivos. Isso porque, mesmo os serviços de atenção básica em que os facilitadores atuam não conseguem prevenir a violência e terminam por atuar apenas sobre suas consequências, mesmo sendo serviços em teoria de caráter primário.

Portanto, a metodologia influenciou de forma significativa na mudança do conceito que os facilitadores do ACT tinham sobre violência e sua prevenção. Tratou-se de adquirir “uma visão mais crítica” (I1) sobre o assunto e de ensinar “coisas que a gente que é pedagoga não sabia, que trabalha com isso, então imagina as mães que não têm esse conhecimento”, completou a facilitadora.

Para os implementadores do Conte Comigo não houve mudança de concepção, mas sim reforço da visão que já possuíam sobre prevenção à violência, segundo eles porque trabalham em um programa que se relaciona com esses objetivos, o PIM – Primeira Infância Melhor, e conheciam a importância dessa prevenção desde a infância. O Conte Comigo acrescentou uma nova forma de

intervenção, “novas técnicas de trabalhar o vínculo” entre mãe e criança e a importância do acesso e do contato com livros para o estímulo da criança. Segundo os facilitadores:

“Confirmou o que a gente pensava porque o PIM é uma política de prevenção e que também fortalece o vínculo da mãe com a criança. Sempre acreditei no compartilhamento de livros e no acesso ao livro das crianças. Geralmente se fala em políticas públicas para jovens na prevenção da violência, ensino fundamental e médio, mas as bases do ser humano estão na primeira infância. (I7)

“Quando eu não fazia parte do PIM eu não tinha essa visão, o Conte Comigo só acrescentou. Eu senti que as mães se sentiram vistas”. (I8)

“Defendo muito a primeira infância porque é ela que vai formar o cidadão. O que vai fazer o bom desenvolvimento da criança é o estímulo da pessoa que cuida” (I14).

Um dos gestores referiu que sua visão sobre prevenção à violência “mudou completamente” (G1) com o advento do Pacto Pela Paz, portanto não como consequência das metodologias ACT e Conte Comigo, mas sim da adoção da nova política municipal de prevenção à violência, o Pacto. Ainda assim, quando esteve presente às sessões dos programas ACT e Conte Comigo e ouviu os relatos de mães falando sobre as mudanças de comportamento nelas e em seus filhos, confirmou sua expectativa positiva sobre o impacto dos programas.

Outro gestor relatou que sua percepção foi modificada pelo Pacto Pela Paz. Antes, ele possuía uma visão tradicional de que segurança pública é “polícia na rua prendendo bandido” (G3); atualmente considera que sua percepção se ampliou: “vejo de uma forma mais ampla, através de fatores de risco, família estruturada, gestação precoce, e que também que a violência pode ser verbal, tem várias formas” (G3).

Ainda outro gestor percebeu tanto o processo de mudança em razão do Pacto, como também a mudança de percepção especificamente quanto à metodologia, após ter comparecido a uma sessão do programa ACT, que para ele foi “uma coisa nunca antes vista: uma mãe que batia e gritava com o filho, que achava que o limite era na base da paulada, dizendo que agora ela conversava, pedia pra ele fazer as coisas e ele já entendia que o limite estava chegando de outra maneira. Daquela reunião em diante eu passei a acreditar” (G2).

Para esses gestores a percepção de impacto das metodologias ocorreu quando eles participaram de uma sessão e ouviram os relatos concretos de mudanças de

comportamento das mães. Isso leva a crer que uma das formas eficazes de disseminar políticas de prevenção baseadas em evidências é mostrando os resultados na forma de depoimentos de pessoas que já tenham vivenciado as mudanças provocadas por aquelas intervenções.

4.3.5.2 Quanto ao impacto nos implementadores

Ao longo dos grupos focais os implementadores relataram em diversas oportunidades o quanto as metodologias os impactaram.

Os implementadores do programa ACT relataram que passaram a utilizar os “conselhos e técnicas” (I1) do programa não apenas nas sessões com as mães, mas também nas suas casas, com filhos e companheiros, no seu trabalho e suas comunidades. Exemplos dados por facilitadoras:

“Isso de respirar, de dizer ‘olha, agora eu tô muito brava pra conversar contigo’, então eu vou dar um tempo, vou pensar. Isso foi crucial pra mim enquanto pessoa, porque eu sempre quero resolver tudo na hora, mas se tu esperar o outro dia faz toda a diferença. Tem coisas ali que tu carrega pra vida pessoal e profissional. Tu mesma te pergunta ‘porque que eu causei esse conflito dentro da minha casa que poderia ter sido resolvido de outra forma?’” (I1).

“Hoje eu fico vendo e pensando que a vizinha da frente precisava participar do programa. Do outro lado tem uma família com 3 filhos que os pais gritam o tempo todo, eu até pensei em chamar as mães da minha vizinhança e montar um programa ali, elas precisam muito” (I4).

Essa percepção por parte dos facilitadores de que o programa gera resultados positivos e a incorporação por eles das práticas dos programas torna mais fácil aos implementadores modelarem os comportamentos que devem transmitir às mães nas sessões, possivelmente aumentando a efetividade da implementação.

4.3.5.3 Percepção de diferença entre a aplicação dos programas baseados em evidências e o trabalho cotidiano dos implementadores

Os facilitadores do programa ACT ressaltaram durante o grupo focal que a aplicação do novo programa se diferenciava significativamente do seu trabalho

cotidiano, que não segue um método baseado em evidências. A principal diferença relatada é o impacto por eles observado, isto é, a percepção de resultados concretos do programa nas mães:

“Tu sente a resposta muito rápida, tu te sente fazendo a diferença!” (I1).

“Com o passar das sessões tu vai vendo a diferença nas mães, elas vão contando o que estão conseguindo. O retorno é muito rápido, tu vê que em 8, 9 sessões tu consegue fazer as pessoas repensarem” (I2).

“Eu não acreditava muito em nada. Entrei e pensei ‘bom tenho que fazer, sou uma profissional, mas vou fazer por obrigação’. No final, depois de implementar isso, vou te dizer, se eu tivesse que fazer isso o resto da vida, eu seria uma pessoa muito realizada e feliz” (I1).

Os facilitadores mencionaram alguns diferenciais que observaram: a) se trata de um método que foi pensado e desenhado para obter determinado resultado; b) se trata de um método vivencial, de aprendizagem ativa; c) o programa funciona para alcançar seus objetivos:

“Depois que a gente aplica a gente entende por que uma coisa vem antes e outra depois, que a metodologia tem todo um andamento que vai fazendo a mãe perceber, chega um momento que elas se dão conta das coisas e começam a agir diferente” (I5).

Os facilitadores usaram o termo “estruturado” diversas vezes para se referir ao programa e a grande diferença que perceberam em relação ao seu trabalho cotidiano foi a percepção de impacto. Em relação ao trabalho realizado na Assistência Social:

“acho que isso é muito por conta de ser realmente um programa bem estruturado. Eu trabalho na Assistência, no CRAS, então tu faz algumas abordagens, alguém precisa da tua ajuda e tu auxilia, mas não tem algo estruturado, então aqui como é tudo estruturado, tudo foi pensado para que o resultado aconteça, acho que isso auxiliou muito e aí vem o resultado mesmo. É uma psicoeducação e se consegue transformar. Que é diferente do que a gente faz na Assistência por exemplo” (I4).

A diferença na produção de resultado foi ressaltada pelos profissionais da Educação:

“O retorno imediato aqui foi muito gratificante, coisa que eu nunca tinha percebido. Tu vê progresso nas crianças [nas escolas], mas é muito no longo prazo. Eu gosto do meu trabalho,

mas tô ali e passa dia após dia e não rende, fica apagando fogo, algumas famílias específicas têm resultado, mas o resultado a curto prazo aqui foi muito mais satisfatório” (I1).

Ainda que os facilitadores não tenham domínio do conceito de metodologias baseadas em evidência, eles apontaram elementos próprios dessas metodologias, em particular a capacidade de produzir resultado: “tem uma questão muito prática mesmo, isso aqui funciona” (I4).

Os facilitadores do Conte Comigo igualmente se referiram à importância de perceberem o resultado que o programa estava tendo sobre as mães e que, quando essas reações começaram a aparecer, houve grande aumento na sua motivação:

“Eu fiquei mais motivada ao final do primeiro grupo, elas falaram de quanto elas tinham gostado, a construção do vínculo delas com as crianças, falando que não queriam que terminasse o programa, aquilo me motivou, porque mostrou o resultado imediato” (I8).

“Essa satisfação em relação às mães foi o que nos fez continuar” (I14).

A percepção de impacto tornou a experiência como implementadores mais satisfatória do que quando atuam sem um método baseado em evidências e essa satisfação, que por sua vez está relacionada com a autoeficácia dos implementadores, pode ter importante resultado na efetividade da implementação (NOVINS et al., 2013).

4.3.5.4 Quanto à percepção de impacto nas mães

Os facilitadores de ambos os programas foram unânimes no sentido de que perceberam mudanças de atitude provocadas pelas intervenções junto às mães.

No Programa ACT, a mais comum dessas mudanças seria o início de uma reflexão por parte das mães sobre suas atitudes em relação às crianças. As mães “não veem o prejuízo que elas estão causando aos seus filhos quando agem com críticas, com ações que não são próprias para as crianças. Elas acham que estão educando e [o programa] leva elas a uma reflexão muito, muito grande” (I2), e em particular, “quando trabalhamos a questão da raiva, [elas] trazem toda uma bagagem que passam a repensar” (I5), sintetizaram os facilitadores.

No âmbito dessa reflexão, as mães começariam a perceber que o fato de terem sido educadas de uma forma, em geral com violência, não significa que aquela seja realmente a melhor maneira para educarem seus filhos. O programa “dá o estalo nelas

e até traz culpa e elas dizem ‘ah, então eu estava fazendo errado’” (I5), exemplificou o facilitador, concluindo que o programa “muda a linha de raciocínio” (I5) das mães.

Essa era uma das resistências iniciais apontadas pelas facilitadoras, no sentido de ser muito difícil modificar a cultura de educação violenta arraigada na sociedade e a conseqüente naturalização da violência dentro das famílias. Um dos impactos da metodologia nas mães teria sido a desnaturalização desses comportamentos violentos e a percepção de que a educação violenta, que era a única forma de educar que conheciam até aquele momento, não é a melhor para seus filhos. E a efetiva redução do uso da violência contra as crianças.

Além disso, na percepção dos implementadores, as mães não aplicaram os ensinamentos do programa apenas com os filhos de até 8 anos, que é a idade preconizada pelo ACT, mas os efeitos ultrapassaram as crianças: “teve famílias que aplicaram em filhos adolescentes, com o esposo, a filha mais velha, no fim abrangeu a família inteira e não só os pequenos” (I2).

As mães também contaram aos facilitadores durante as sessões que vizinhas vieram comentar “‘ué, eu achei que tu tinha se mudado porque parou a gritaria’. Aí elas pensam, ‘mas será que eu gritava tanto assim?’ e contam que agora todo mundo consegue se comunicar melhor dentro de casa” (I5).

Os facilitadores relataram grande satisfação quando percebem que as mães “ficam surpresas da mudança delas mesmas” (I1) e que chegam na sessão ansiosas por contar suas vitórias, dizendo que aplicaram uma técnica do programa, que deu certo e trazendo exemplos “da diferença do filho, ‘o quanto ele está me ajudando, agora que eu parei de bater’” (I1).

Uma facilitadora contou da emoção que sentiu num certo dia: “uma mãe chegou e disse: ‘eu só quero te dizer que hoje faz uma semana que eu não bato no meu filho’. Me emocionei” (I2). Os facilitadores do programa ACT informaram que começaram a perceber essa mudança de comportamento das mães a partir da terceira, quarta ou quinta sessões e que é nesse momento que as mães percebem “que elas devem mudar primeiro para depois conseguir mudar seus filhos”. (I3)

No Programa Conte Comigo os facilitadores identificaram que a intervenção provocou diversas mudanças nas mães, entre elas: redução da violência com os filhos; fortalecimento do vínculo entre a criança e a mãe; maior estimulação cognitiva em crianças que não eram estimuladas em casa; aumento da empatia percebidas

pelas mães nas crianças, “a forma de ler o outro” (I10); ampliação do tempo dedicado pelos pais às crianças, porque “as mães achavam que não tinham esse tempo para passar com os filhos” (I8) e melhoria na qualidade do tempo passado juntos entre mãe e criança; e na mudança da visão das mães sobre si mesmas e sobre o que seus filhos podem fazer, já que “muitas diziam ‘eu não imaginei que eu era capaz, não imaginei que meu filho seria capaz de compartilhar um livro inteiro sem levantar da cadeira’” (I9).

Para os facilitadores, a metodologia também provocou a desconstrução de crenças culturais que permeiam o senso comum entre as mães. Um desses conceitos é o de que o vínculo entre a mãe e a criança é naturalmente estabelecido. Na prática, no entanto, as mães não são incentivadas a trabalharem o vínculo com a criança, de forma que a criança fica emocionalmente desatendida, conforme descreveu uma facilitadora:

“está naturalizado na sociedade que a mãe já tem vínculo natural com a criança, mas não é assim. A atenção da mãe geralmente é voltada ao filho menor ou para o que precisa de uma atenção especial, então divide a atenção familiar, às vezes fica evidente que a outra criança está precisando ser escutada. Na sessão do abraço, mostrou que isso falta muito nas casas, não tem abraço nas relações, o cotidiano é muito rápido e não tem esse contato de abraçar ou explicar por que não está bem naquele dia. Ficou claro que as mães não falavam sobre sentimentos com as crianças. Foi a sessão preferida nos grupos porque foi o momento que elas conseguiram demonstrar o sentimento. Não é porque sou mãe que consigo demonstrar essa emoção, precisa ter uma construção desse vínculo” (I6).

A respeito da habilidade de falar sobre emoções, essa foi identificada pelos facilitadores como um dos efeitos mais importantes nas mães. Além de falar quais emoções estão presentes naquele momento, as mães também aprenderam a importância de dizer por que razão se sentiam daquela forma. Foi difícil de discutir esse tema no início, segundo os facilitadores, mas as mães foram ganhando familiaridade com o assunto até perceberem sua importância e começarem a colocar em prática falar dele em casa:

“Começaram a perceber que é importante falar sobre o que estás sentindo para o convívio familiar, já que ninguém tem a obrigação de adivinhar. E falar também porque estão sentindo aquilo. Quando a gente perguntava se elas falavam sobre emoções com as crianças, a resposta era ‘sim, ele sabe o que é

estar triste ou feliz ou bravo’, eram essas emoções que apareciam. ‘Certo, mas eles sabem porque estão tristes?’. O livro ajudava porque conseguiam identificar que o macaquinho estava triste porque não tinha o abraço da mãe. Então elas começaram a se dar conta que não falam sobre emoções. Essa sessão é uma das mais fortes e fica gravada nas crianças e nas mães” (I8).

A partir do novo entendimento e da prática de expressar a razão por trás da emoção, o diálogo e o vínculo intrafamiliares também se qualificaram. Antes as mães conversavam com os filhos dizendo “faz isso porque sim, não faz isso porque não é pra fazer” (I9). Isso mudou depois da quarta sessão, quando elas passaram a dizer o porquê, “meu filho, não faz isso que a tia vai ficar chateada ou quando tu faz isso a mamãe fica muito feliz, então o vínculo deles melhorou porque eles conseguiram melhorar esse diálogo” (I6).

Segundo os facilitadores, aprender a dizer por que estão tristes também fez bem para as mães, que sabiam demonstrar a tristeza, mas não explicavam a razão e estarem tristes. Esse aprendizado das mães constituiu-se em mais uma desconstrução da suposta necessidade permanente de que o foco esteja na criança, para dar às mães a possibilidade de expressarem suas aflições e angústias, e de validar essa expressão: “falar sobre os sentimentos delas foi o mais difícil, porque para elas aquilo não importava. Então ficou claro a importância das mães se mostrarem. O processo de compartilhamento tem que ser bom para vocês também, eu dizia. A metodologia ajudou no vínculo porque também fez bem para elas. Elas disseram: ‘olha, hoje eu sinto que alguém olhou pra mim, escutou as minhas necessidades e me disse que se sentir mal às vezes faz parte e está tudo bem’” (I8).

Os facilitadores observaram que no momento do feedback, quando observavam e comentavam com as mães sobre o seu desempenho na hora de compartilhar os livros, etapa prevista ao final de cada sessão do programa, “as mães viram mais mudanças nelas do que nas crianças: ‘agora eu escuto ele, eu mudei’, elas diziam” (I6). As mães também relatavam perceber que seus filhos estavam calmos e concentrados nos livros, ao contrário da sua expectativa inicial de que a criança “não fosse parar um minuto” (I6). Um facilitador sintetizou os aprendizados:

“Até pouco tempo não se valorizava em nada os sentimentos das crianças, elas não tinham lugar de fala. Mas agora vemos a necessidade de olhar também a figura da mãe. As mães perceberam: ‘eu não sabia falar sobre isso, agora eu aprendi,

então meu filho vai crescer sabendo falar sobre isso também'. Antes elas diziam 'ah, eu olho pra ele e já sei [do que ele precisa]'; mas não é bem assim, é preciso falar sobre essas necessidades e o programa ensina isso" (I13).

4.3.6 Percepções das mães

Nesta categoria passamos a apresentar as informações coletadas junto às onze mães que foram entrevistadas para a pesquisa de mestrado. Apresentamos seu relato sobre as expectativas que tinham sobre os programas, o que ajudou na sua adesão, sua percepção quanto à qualidade da implementação dos programas e sua percepção sobre os efeitos dos programas.

4.3.6.1 Expectativas iniciais

As mães iniciaram os programas ACT e Conte Comigo com expectativas sobre os benefícios que eles poderiam trazer a seus filhos relacionadas à melhora no comportamento da criança, tais como "mudar o comportamento ou rever o conceito de vida" (M2) e que "precisava achar uma forma da minha menina se comportar melhor" (M3). Uma mãe referiu ter pensado após receber o convite "o que poderia estar fazendo de errado" e decidiu "ver como era" (M1) o programa.

Apesar de não manifestar expressamente, as mães referiram em todas as respostas que o Centro de Pesquisa em Epidemiologia da UFPEL as havia convidado, demonstrando que foi relevante o fato de já terem uma relação estabelecida com o Centro, instituição que conhecem e onde têm acesso a exames de saúde e outros benefícios em razão de serem integrantes da Coorte de Nascimentos 2015 coordenada pela Epidemiologia da UFPEL.

Uma mãe fez referência ao formato dos encontros dizendo que pensou que "seria como uma palestra, alguém na frente de um telão explicando e falando com a gente, e se fosse assim [ela] nem ficaria muito, porque não gost[a] de lugares com muita gente" (M1). Essa mãe se surpreendeu positivamente quando foi à sessão e "era uma salinha com algumas mães, todas com filhos, na mesma situação", o que fez aumentar seu interesse em participar, uma vez que ela "já tinha aquela dúvida do

que poderia melhorar, e vendo que era uma forma interessante de apresentar tudo, eu gost[ou] e decidi[u] participar” (M1).

Em relação ao programa Conte Comigo, as expectativas das mães também se relacionaram aos possíveis benefícios cognitivos para as crianças, por exemplo: “que seria bom para o desenvolvimento da criança, que nós iríamos conversar, estudar, ajudar a fazer com que desenvolva os sentidos e números” (M4), ou que “iria ajudar tanto a mim quanto minha filha, na motivação dos livros, então me interessei bastante” (M5). Uma das mães relatou que tinha a expectativa específica de que a filha de dois anos começasse a falar com ajuda do programa.

4.3.6.2 Quanto à adesão

Com o objetivo de avaliar o impacto da primeira sessão na adesão das mães, elas foram questionadas sobre por que razão seguiram comparecendo depois da primeira sessão. Nenhuma delas, no entanto, fez referência específica à primeira sessão, mas novamente a expectativas gerais de mudança, tais como: “ver que meu ensinamento como mãe podia melhorar” (M4), “a curiosidade mesmo, de saber do que se tratava” (M5), “conhecer as outras crianças também e os outros pais” (M2), “poderia me ajudar mais, e realmente ajudou” (M6).

Uma mãe orgulhosamente contou: “consegui ir a todas [as sessões], com chuva ou sem chuva” (M7). A menção à chuva faz referência às primeiras semanas de implementação do Estudo Piá no início de julho de 2018, época de frio e chuvas no Rio Grande do Sul e em Pelotas, o que, segundo relatado pelos facilitadores, fez com que algumas mães decidissem não sair de casa com as crianças por receio de que adoecessem.

Entre as onze mães entrevistadas, apenas uma não aderiu ao programa em razão de que a avó das crianças começou a trabalhar e não havia outra pessoa com quem deixar os filhos. Os facilitadores também relataram sua percepção de que as eventuais desistências de participação pelas mães estiveram relacionadas a situações externas, como ter conseguido emprego e não poder assistir à sessão durante a tarde ou manhã, não ter mais com quem deixar a criança ou algum tipo de enfermidade, seja da mãe ou da criança.

4.3.6.3 O papel do auxílio financeiro

Um auxílio financeiro a título de vale transporte para custear o deslocamento das mães no valor de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) foi oferecido às participantes. Para aquelas mães que residiam próximas aos locais de implementação, o auxílio não foi imprescindível e uma delas afirmou, sintetizando a opinião de outras, que mesmo sem o auxílio teria “ido igual porque morava perto” (M2). Já as mães que moravam mais longe do local das sessões afirmaram que o vale transporte foi importante para se deslocarem. Algumas mães puderam usufruir de uma van que foi contratada pelo Centro de Pesquisas da UFPEL para deslocamento especialmente na primeira sessão de cada grupo. A respeito, uma mãe referiu que “teria ido de qualquer jeito, foi muito bom e por isso fui. Mas o transporte é bom, ajuda bastante” (M5).

Os depoimentos das mães permitem inferir que a proximidade do local de implementação ou a facilitação do transporte quando a residência é distante são fatores importantes para garantir sua adesão. Uma delas sugeriu que o programa tivesse um micro-ônibus próprio e outra pontuou que “o que dificultou bastante foi a distância, moro longe e tenho outro menino em casa” (M8).

4.3.6.4 O papel do vínculo entre as mães participantes

Em ambos os programas as sessões acontecem em grupo, variando de 5 a 10 mães. As usuárias demonstraram interesse em compartilhar e ouvir outras mães: “cada uma tinha uma história e foi legal ouvir a história delas” (M7), ou ainda afirmando que “eu e as outras mães ficamos amigas e tínhamos muito em comum” (M3).

Os implementadores foram instruídos a formarem grupos de *Whatsapp* para fomentar a troca e o vínculo entre as mães e algumas mães, quando entrevistadas, afirmaram seguir e ter o desejo de permanecer em contato pelo grupo com as outras mães, de forma que a troca de experiências nas sessões, o sentimento de pertencimento ao grupo, a semelhança nas situações apresentadas pelas mães parecem ser fatores que auxiliam sua adesão e permanência nas intervenções.

4.3.6.5 Qualidade da estrutura, dos encontros e dos facilitadores

As dificuldades quanto à estrutura física, equipamentos e local reportadas pelos implementadores passou despercebida pelas mães entrevistadas. Nenhuma delas recordou-se de problemas dessa ordem e uma sintetizou dizendo que “tinha tudo, tinha telão, tinha tudo organizadinho” (M7).

Referindo-se aos facilitadores, as mães também foram unânimes em que “tudo era explicado detalhadamente” (M7), que havia oportunidade de participação delas e que foram tratadas de forma equitativa, sem que uma fosse privilegiada em detrimento das demais: “tratava todas as mães igualmente. Não sei se foi por isso que ela cativou mais a gente. Por ela ser professora e ser gentil” (M3). Em quase todos os relatos essas mães, que tiveram altos níveis de presença aos programas, referiram um sentimento de apreço pelos implementadores, o que indica que a relação entre o implementador e o usuário é fundamental para sua adesão e a efetividade da implementação.

4.3.6.6 Função do poder público

As mães foram perguntadas se esse serviço tinha alguma diferença com relação ao que elas estavam acostumadas a receber normalmente do poder público, mas a maioria delas não referiu ter percebido diferença. Apenas duas mães apontaram que sim, “foi diferente do que estamos acostumados, é melhor” (M5).

As mães também afirmaram que oferecer programas como esses é função do poder público, “porque o que a gente faz quando pequeno pesa quando ficamos adultos. Se nós formos trabalhando desde agora, no futuro eles terão outra cabeça. Acho que a prefeitura deveria investir bastante nisso” (M7).

4.3.6.7 Percepção das mães quanto ao impacto do programa ACT

Para as mães entrevistadas, o aprendizado relatado como mais marcante do programa ACT foi o controle da raiva. Uma mãe resumiu refletindo sobre o antes e depois da sua conduta: “a explicação da diferença entre resposta e reação [me

marcou]. Antes eu simplesmente reagia e falava direto, agora eu penso e depois falo. Isso faz muita diferença” (M1).

Outra compreensão mencionada foi a de que o comportamento da mãe molda o comportamento dos filhos: “o jeito de lidar com ela no dia-a-dia. Aprendi que ela também tem suas necessidades, e não apenas eu. Mudei, aprendi a me reeducar, para educar ela. Quando eu parei de gritar, ela parou também” (M3), relatou uma mãe.

A mudança de comportamento foi reiterada pelas mães: “mudei. Eu era uma pessoa muito estressada, não batia, mas deixava de castigo. Agora não, eu converso e já faz muito tempo que não ponho ninguém de castigo” (M2).

4.3.6.8 Percepção das mães quanto ao impacto do programa Conte Comigo

Para as mães que participaram no programa Conte Comigo o aprendizado mais marcante foi o de não dizer “não” aos filhos permanentemente, ainda que esse tenha sido um grande desafio: “no começo foi difícil, porque antes eu sempre dizia não, mas depois ela foi se adaptando e reagia bem, não fazia o que era errado” (M4). Outra mãe relatou que foi elogiada pelo facilitador sobre sua mudança: “ele até me elogiou bastante, de como eu mudei, que é a questão do não, se tu disser um não pra criança é o que ela vai fazer. Então nós trocamos as palavras, tiramos o não e agora está funcionando” (M5).

Além disso, as mães relataram diversas novas habilidades observadas por elas nas crianças: “ele presta mais atenção, aprendeu a contar sobre emoções, perspectivas. Me ajudou a interagir com ele, antes se eu me sentasse pra ler com ele, ele não prestava atenção” (M7).

A mãe que buscava ajuda para que a filha de dois anos começasse a falar teve a expectativa atendida e a criança começou a falar e ampliou seu vocabulário no curso do programa, que é uma das evidências já encontradas no experimento de avaliação de impacto do Conte Comigo (VALLY et al., 2015).

As mães relataram mudanças no seu próprio comportamento: “antes eu fazia só as coisas da casa e não dava atenção para ela. Agora dedico mais tempo e atenção” (M9), ou ainda “eu me sinto mais calma, e sempre que dá, nós nos juntamos

e lemos por mais de quarenta minutos. Ele me obedece mais, não me afronta como fazia antes” (M10).

Outra razão apontada como benefício do programa foi diminuir o uso de telas pelas crianças e estimular o convívio em família: “hoje em dia tu pega uma criança de dois ou três anos e ela está no celular ou no tablet. Nessas reuniões nós aprendemos que dar um livro é muito bom. Eu levei ela para a livraria olhar os livros, os bichinhos, é um ambiente diferente, é um convívio em família” (M8).

*

A respeito de todo o relatado pelas mães, Farrington, Ttofi e Lösel (2017) ressaltam que promover a motivação dos participantes e usuários dos programas é um dos maiores desafios na prevenção da violência no desenvolvimento. Segundo os autores, enquanto mães de classe média frequentemente se mostram interessadas em programas para pais, é mais difícil alcançar pais e mães em situação de maior vulnerabilidade social e que estão em maior risco para a violência (FARRINGTON et. al., 2017).

Nossa análise qualitativa demonstrou que as mães que seguiram atendendo às sessões dos programas apresentaram altos níveis de motivação e interesse e percepção de impacto, conforme os dados apresentados. Os relatos das mães permitem relacionar esse engajamento a dois fatores. Em primeiro lugar, à percepção relatada pelas usuárias de que os programas estavam trazendo benefícios às crianças e a elas mesmas, isto é, a uma percepção de impacto positivo dos programas. Em segundo lugar, ao vínculo estabelecido com os implementadores, unanimemente elogiados pelas mães, e que parece ter tido um papel fundamental em manter a adesão das participantes.

Essa relação pode contribuir não apenas para a adesão, mas para potencializar o aprendizado e o efeito da intervenção sobre as mães. É isso que aponta a revisão sistemática de Novins e outros (2013), afirmando que a relação implementador-usuário é relevante para uma boa entrega do programa e que a qualidade desse relacionamento pode ter tanta influência quanto o tipo de programa. Essa boa relação com os usuários também contribuirá para a sua participação regular, baixa evasão e maior satisfação dos beneficiários. Nossos achados através dos dados qualitativos das mães são condizentes com essas evidências.

4.3.7 Categoria: Satisfação

Nesta categoria apresentamos o relatado por gestores e implementadores foram questionados sobre seu nível de satisfação quanto à implementação dos programas.

Um dos gestores afirmou que sua satisfação foi “enorme” (G1), já que foi impactado pelo relato das mães sobre as mudanças no comportamento dos filhos e nas relações familiares em geral. Observou que se tratavam de mulheres muito vulneráveis, “famílias marginalizadas intelectual e economicamente, e mesmo assim a metodologia teve impacto sobre elas, especialmente para quem mais precisa. Mães experientes estavam mudando sua conduta a partir do programa” (G1). Observou ainda a mudança na postura dos próprios implementadores a respeito dos programas: “a gente vê a força da metodologia porque mesmo a pessoa que aplicava com desconfiança foi convencida de que funciona” (G1).

No entanto, ressaltou que aguarda os resultados do Estudo Piá, que vai medir quantitativamente o impacto dos programas, “para ter evidência científica e ver se o que a gente está sentindo e percebendo realmente se verifica” (G1). Acrescentou que o município tem a “intenção [de] fazer disso uma política pública para ampliar e fazer chegar a todas escolas de educação infantil” (G1).

Outro gestor relatou que, no que tange à educação, seu grau de satisfação foi “máximo”, razão pela qual tem como objetivo “implantar em toda a educação infantil” o programa ACT e para tanto “não faltará recurso” (G2).

Registrou, além disso, que o programa teve também resultado na dimensão pessoal: “foi um trabalho que me fez mudar. Embora eu achasse que sabia tudo, e a gente sempre acha que sabe tudo, eu enxerguei perfeitamente como eu estava na contramão, [...] como eu estava errado. A minha primeira satisfação é essa” (G2).

O terceiro gestor entrevistado referiu que ficou “extremamente satisfeito por ter participado”, mas acredita que “sempre poderia ter feito melhor, [...] por exemplo em como conduzir algumas secretarias para que atuem de forma mais integrada no Pacto, como lidar com algumas pessoas para tirar o melhor delas” (G3).

Os implementadores do Programa ACT se disseram muito satisfeitos em terem trabalhado na implementação do programa e uma facilitadora chegou a mencionar que: “se [...] trabalhasse só com o ACT, eu seria muito feliz.” (I1)

Os implementadores do Programa Conte Comigo relataram grande satisfação pessoal e profissional, apesar dos percalços da implementação. A satisfação pessoal teve relação com o aumento da autoeficácia dos próprios facilitadores, que se disseram muito satisfeitos consigo mesmos, porque conseguiram “fazer o que foi proposto” (I8). Sem dúvidas, no entanto, para eles “a maior satisfação foi ver o resultado das mães” (I14), exemplificado “pela adesão, crescimento, interesse e mudanças nas mães, por ver o crescimento dessas mães, como o programa impactou a vida delas e como eu era um agente desse progresso delas” (I13).

Um dos pesquisadores entrevistados referiu que teve “muita satisfação de ter participado. [...] Foi difícil, mas foi o trabalho que mais significou na minha carreira. Acho que realmente foi um sucesso, especialmente quando a gente pensa nos limites que tivemos” (P1).

Por último, as mães também informaram estarem muito satisfeitas e que “tanto no psicológico quanto no crescimento e ensinamento da criança foi muito bom” (M8), lamentando o fim dos encontros: “foi muito bom. Pena que acabou né” (M3).

4.3.8 Sugestões

Os facilitadores do Programa ACT ofereceram diversas sugestões importantes que podem ser utilizadas para o aprimoramento da preparação e da implementação dos programas no futuro. Alguns temas se destacaram, tais como:

- a) que esse grupo se dedique exclusivamente à aplicação do programa, com isso aumentando muito o número de grupos realizados e famílias que serão beneficiadas;
- b) que esses profissionais tenham mais tempo para se dedicar à implementação do programa, inclusive para preparar as sessões semanalmente;
- c) continuar capacitando mais os profissionais já formados e eles se dedicarem exclusivamente ao programa, inclusive na formação de novos servidores como aplicadores, com isso aumentando o número de mães e pais atendidos;
- d) que os facilitadores recebem uma ajuda de custo durante a implementação para viabilizar deslocamentos e outros gastos;

- e) que a formação seja mais longa e detalhada;
- f) que as sessões tenham menos conteúdo, para que as mães também tenham tempo para falar;
- g) que a aplicação se dê em locais com mais salas de aulas disponíveis e sem distrações.

Os implementadores do Programa Conte Comigo debateram sobre a pertinência de manter a prática do compartilhamento do livro pela mãe com a criança ao final de cada encontro. Cogitaram se não seria mais fácil que as mães não levassem os filhos para os grupos, para que não haja necessidade de cuidadores e entretenimento para as crianças, e compartilhassem os livros apenas em casa, sem a observação direta dos facilitadores.

Opiniões favoráveis à essa mudança e ao fim do compartilhamento dos livros ao final da sessão com a presença das crianças argumentaram que “se as mães não fossem obrigadas a trazer os filhos, elas aproveitariam muito mais e prestariam mais atenção”; que “com as crianças indo é preciso uma estrutura muito maior, elas correm e ficam agitadas demais”, e o tempo necessário de compartilhamento é muito longo ao final dos encontros com as crianças.

Nesse sentido, uma facilitadora contou que observou a prática de algumas mães por meio dos vídeos que elas gravavam pelo celular durante a semana em casa e o feedback era oferecido no início da sessão seguinte.

Opiniões contrárias à mudança no formato atual e favoráveis à manutenção do compartilhamento dos livros ao final dos encontros com a presença das crianças argumentaram que o problema foi a falta de estrutura e o grande número de mães nos grupos. Em grupos pequenos, de até cinco mães, o compartilhamento ocorreu sem transtornos.

Justificaram que, ao praticar com as crianças sendo observadas pelo facilitador, as mães eram instruídas sobre como iniciar as técnicas da semana com aquele novo livro e ficavam mais seguras para seguir o compartilhamento em casa. Não levar a criança poderia também ocultar algumas práticas não desejadas: “muitas mães batiam nas mãos da criança quando elas pegavam o livro, isso é o tipo de coisa que a gente não conseguiria ver se a criança não estivesse ali, para poder corrigir na hora” (18), reportou uma facilitadora. Os facilitadores também aproveitavam esse momento para

reforçar a autoeficácia das mães em compartilhar livros: “algumas mães achavam que seus filhos não conseguiriam, que não ficariam quietos, meu papel era então mostrar ‘olha, faz 15 minutos que vocês estão fazendo o compartilhamento, vocês conseguem!’” (16).

4.4 Resultados e as evidências sobre implementação

A partir dos dados e análises expostas e conforme os relatos dos gestores, implementadores, pesquisadores e mães entrevistados neste trabalho, verifica-se que a implementação dos programas ACT e Conte Comigo, ambos programas de prevenção da violência baseados em evidências, não apenas é possível no âmbito do serviço público, como traz diversos benefícios qualitativos percebidos por todos os atores envolvidos na sua execução.

Sem dúvida, há diversas questões a serem aprimoradas para que essa implementação seja mais satisfatória para os servidores envolvidos. São itens para serem levados em consideração no aprimoramento de outros experimentos quantitativos e, especialmente, na implementação de futuras políticas públicas e os discutiremos abaixo no item implicações para políticas públicas.

A análise qualitativa encontrou que o início do processo de implementação foi marcado por obstáculos como a falta de apoio institucional, descrença quanto à efetividade dos programas e quanto à relevância da parceria com a Universidade, a ausência de informações detalhadas sobre a implementação e seus parceiros e objetivos institucionais, inseguranças pela falta de familiaridade com os materiais de ambos os programas e pelo treinamento de curta duração no programa ACT.

Ao longo de toda a implementação houve dificuldades burocráticas e estruturais, como a ausência ou despreparo dos cuidadores responsáveis por entreter as crianças que acompanhavam as mães, falta de equipamentos e locais de implementação inadequados.

Entretanto, no transcurso da implementação, os facilitadores relataram a aquisição de prática e familiaridade com os programas, seja pela observação de colegas, pelas repetidas aplicações ou pela resolução de dúvidas e reforço positivo por meio da supervisão continuada.

Em particular, o percebido resultado positivo das intervenções junto às mães, na forma de relatos de mudanças dos comportamentos das usuárias junto às crianças e sobre si mesmas e do seu interesse e permanência nas sessões, resultou num aumento significativo de motivação e sentimento de autoeficácia nos implementadores.

A seguir, apresentamos o que funcionou e quais foram os desafios no processo de implementação analisado, de acordo com as fases do modelo EPIS apresentadas no segundo capítulo deste trabalho. Iniciamos com os fatores positivos que favoreceram a implementação dos programas e merecem ser reproduzidos em futuras implementações de programas baseados em evidências:

a) na fase exploratória:

- i. a formação de agenda política favorável ao uso de programas baseados em evidências, no sentido de que foi fundamental para a implementação desses programas a existência prévia do Pacto Pelotas Pela Paz, que estabeleceu uma concepção de segurança pública baseada na centralidade da prevenção da violência e no uso de métodos com evidências de sua efetividade;
- ii. a sensibilização da liderança principal do município, que respaldou a importância dos programas propostos;
- iii. as parcerias institucionais que apresentaram os dois programas ACT e Conte Comigo como solução de prevenção da violência baseada em evidências;

b) na fase preparatória:

- i. a liderança do gestor principal, neste caso a atitude positiva da prefeita municipal em relação a programas de prevenção baseados em evidências e sua intenção de executar os programas ACT e Conte Comigo;
- ii. as parcerias interinstitucionais que viabilizaram a supervisão da implementação dos programas e a formação dos implementadores;
- iii. a sensibilização de outros gestores de nível médio, como o assessor especial do Pacto e a diretora da secretaria da educação.

c) na fase de implementação:

- i. as parcerias interinstitucionais que viabilizaram a supervisão profissional dos implementadores durante a execução e a avaliação de impacto;
- ii. a importância da supervisão qualificada e intensa que ajudou a dirimir dúvidas sobre o programa, aumentar a adesão dos facilitadores ao protocolo das intervenções, e especialmente a fortalecer a autoeficácia e reduzir as inseguranças e a ansiedade dos implementadores;
- iii. a melhor aceitação do programa pelos profissionais do campo da saúde;
- iv. a importância das redes de apoio que permitiram que os profissionais assistissem a outros colegas aplicando a metodologia e contribuiu tanto para seu treinamento como para reduzir sua ansiedade e inseguranças;
- v. o fato de os programas serem baseados em evidências, isto é, que comprovadamente geram impacto, porque esse resultado foi percebido pelos implementadores e teve papel fundamental na elevação da sua motivação, em gerar o sentimento de que eram capazes de executar bem os programas e em reverter a descrença inicial de que era impossível mudar o comportamento das mães;
- vi. a percebida adesão das mães aos programas e sua mudança de comportamento tem efeito importante sobre a autoeficácia e motivação dos implementadores.

d) na fase de sustentabilidade:

- i. a percepção de que os dois programas ACT e Conte Comigo funcionam e por isso vale a pena seguir executando-os;
- ii. compromisso no sentido de viabilizar recursos financeiros para a continuidade da execução dos programas;

iii. valorização pelos implementadores da parceria institucional com a UFPEL e dos resultados de impacto que serão revelados pelos Estudo Piá.

Por outro lado, encontramos também em cada fase diversos desafios e dificuldades enfrentados no processo de implementação analisado. A identificação desses obstáculos serve de alerta para que sejam evitados em futuros processos de execução de programas baseados em evidências:

a) na fase exploratória:

i. a descrença da liderança do setor da educação quanto à possibilidade de executar projetos na área da prevenção da violência.

b) na fase preparatória:

i. a descrença inicial dos implementadores quanto à efetividade dos programas e à possibilidade de gerar mudanças no comportamento das mães, que permeou a fase preparatória e influenciou a implementação;

ii. a atitude negativa do gestor e liderança da área da educação, que pode ter influenciado e alimentado a descrença e as resistências dos implementadores;

iii. a falta de informações claras aos implementadores sobre as evidências científicas de impacto dos programas;

iv. a falta de esclarecimento aos implementadores sobre seu papel no processo de execução dos programas;

v. a curta duração da formação do programa ACT;

vi. a ausência de apoio institucional para a aplicação piloto que o programa ACT exige;

vii. a falta de comunicação sobre a parceria institucional com a Universidade e sobre o estudo quantitativo de impacto que estava sendo realizado;

viii. as resistências e obstáculos burocráticos que levaram a uma excessiva demora na formalização do protocolo de parceria com a UFPEL;

c) na fase de implementação:

i. a descrença inicial dos implementadores quanto à efetividade dos programas e à possibilidade de gerar mudanças no comportamento das mães;

ii. as dificuldades e inseguranças dos implementadores quanto ao uso do manual e demais materiais dos programas;

iii. as dificuldades de resolução conjunta de problemas entre as secretarias e órgãos internos do município que ocasionou problemas de logística para a execução;

iv. a falta de materiais essenciais à implementação, como no caso dos livros do programa Conte Comigo de compartilhamento de livros;

v. a ausência e falta de preparo dos cuidadores responsáveis por entreter as crianças;

vi. a falta de equipamentos suficientes para a implementação, como computadores e projetores;

vii. locais inadequados para implementação dos programas;

viii. as ocorrências de falta de materiais como lanches, brindes e auxílio de transporte às mães;

ix. a falta de comunicação para as mães sobre os objetivos do programa;

x. a não adesão de algumas mães no início da implementação;

d) na fase de sustentabilidade:

i. a ausência de percepção sobre a importância de programas baseados em evidências, ou seja, do reconhecimento de que os programas ACT e Conte Comigo funcionaram em Pelotas porque estão baseados em

conhecimentos já testados sobre o que funciona para mudar comportamentos e reduzir a violência no âmbito das famílias.

Esses achados coincidem com as evidências internacionais sobre os fatores que interferem na implementação de políticas públicas baseadas em evidências. Tanto a metanálise realizada por Farrington e outros (2017) de 3.000 estudos de efetividade de programas de prevenção, como a revisão sistemática de Novins (2013) de estudos de implementação de programas de prevenção na infância, apontam para itens semelhantes aos que encontramos na análise qualitativa, a saber: a relevância do treinamento, fidelidade, monitoramento, apoio e autoeficácia dos implementadores (NOVINS, 2013), do apoio organizacional à implementação, abordagens adequadas aos obstáculos organizacionais tais como financiamento, recursos, disposição para mudança e governança (NOVINS, 2013); a qualidade da implementação, a integridade e fidelidade ao programa são importantes para uma prevenção efetiva (FARRINGTON, 2017); a competência, motivação, treinamento e a supervisão dos implementadores são muito importantes em intervenções psicossociais (FARRINGTON, 2017); a qualidade da relação implementador-usuário (FARRINGTON, 2017) estratégias de feedback da equipe (FARRINGTON, 2017); as redes de aprendizagem e a importância de parcerias interinstitucionais (NOVINS et al., 2013).

No caso de Pelotas, dois grandes fatores influenciaram o processo de implementação analisado: a percebida produção de impacto do trabalho dos facilitadores junto às mães, e a percepção de falta de apoio de institucional. Ambos operaram em sentidos opostos, um contribuindo com a motivação e autoeficácia dos implementadores, e o outro reduzindo-as.

O impacto positivo percebido pelos implementadores dos programas nas mães é um fator relativo ao programa que influencia a implementação. O modelo EPIS não considera na análise da implementação fatores relacionados ao programa aplicado, uma vez que parte do pressuposto de que os programas funcionam, porque são baseados em evidências, e porque o modelo visa a isolar fatores relativos à implementação daqueles afeitos à efetividade dos programas. No entanto, nossos achados qualitativos permitem afirmar que o tipo de programa influencia significativamente a implementação, e essa parece ser a grande diferença entre a aplicação de programas baseados em evidência daqueles que não o são. Isso porque

os implementadores neste caso executaram pela primeira vez programas baseados em evidências, o ACT e o Conte Comigo, e perceberam e relataram a diferença que sentiram em relação à sua prática cotidiana. Na prática habitual, eles não percebem que seu trabalho produza impacto. Já ao aplicar o ACT e o Conte Comigo eles perceberam que sua ação estava produzindo mudança de comportamento nas mães e crianças, que era o objetivo dos programas.

Com base nesses achados podemos levantar algumas hipóteses que poderão ser comprovadas pelos resultados quantitativos do Estudo Piá.

As dificuldades nas condições estruturais podem ter determinado uma efetividade menor na aplicação das intervenções nos primeiros encontros ou nos primeiros grupos realizados, isto é, entre os meses de julho e agosto de 2018.

Os implementadores foram quase unânimes no sentido de que, segundo sua percepção, sua atuação foi melhor no segundo grupo que implementaram do que no primeiro e isso pode ter tornado os implementadores mais competentes na implementação e aumento a sua efetividade, a partir do segundo grupo ministrado por cada implementador, isto é, de agosto de 2018 em diante.

Ou seja, o estudo de impacto nas mães vai informar se a alta motivação e sentimento de autoeficácia relatados pelos facilitadores superou as dificuldades organizacionais, gerando efetividade na implementação.

Outra hipótese é o quanto a motivação pelos resultados representou a adesão dos facilitadores aos programas, se ela se refletiu ou não em mais fidelidade e, assim, em maior efetividade.

Quanto aos facilitadores do Conte Comigo, a avaliação de fidelidade avaliada entre os meses de agosto e novembro não demonstrou diferenças no nível de adesão deles ao método. Isso seria um indício favorável a considerar que a qualidade da formação, da supervisão e da motivação em razão dos resultados do programa superou as dificuldades estruturais e geraram fidelidade, autoeficácia e efetividade.

Quanto à implementação do programa ACT, enquanto desconhecemos o nível de fidelidade dos implementadores na aplicação do programa, sabemos que houve dificuldades com o processo de formação, de aplicação da intervenção piloto, de estranhamento do material e do método rígido da intervenção e em relação aos obstáculos estruturais. Por outro lado, houve grande motivação quanto aos resultados do programa percebidos durante a implementação a motivação e as inseguranças

foram sendo superadas no transcurso da implementação. Os resultados do estudo quantitativo poderão dizer o quanto os aspectos negativos enfrentados pelos implementadores impactaram a efetividade da sua aplicação, ou se eles foram superados pelos aspectos positivos.

Importa ressaltar, ao final, algumas implicações dessas conclusões para futuros experimentos e para futuras políticas públicas.

Existe a necessidade de disseminação do conhecimento baseado em evidências não apenas junto às lideranças, mas também aos gestores de níveis médio e os bucratas de função meio e de nível de rua, que atuam diretamente junto à população e que se tornarão os implementadores dos programas Lum e Koper (2017).

Estabelecer etapas de diálogo e escuta dos atores envolvidos na implementação de novos programas baseados em evidências é necessário para evitar que se construa uma percepção meramente utilitarista da participação dos implementadores.

É relevante que essas etapas prevejam a aquisição de conhecimento sobre as evidências existentes da efetividade dos programas a serem implementados, mostrando que é possível e que já foi feito em outros locais, de preferência com o uso de depoimentos de outros implementadores, para evitar a descrença sobre a efetividade do trabalho.

O processo de formulação desses programas não incluiu a participação dos implementadores, tratando-se de um processo “top down”, que tende a gerar mais atrito e dificuldade de implementação, por não contar com as contribuições daqueles que trabalharão cotidianamente na sua aplicação.

O clima e o engajamento dos implementadores é tão importante quanto o tipo de treinamento que eles recebem. A supervisão intensa e profissional é fundamental para a adesão dos implementadores aos programas, para a resolução de problemas e para o fortalecimento da sua autoeficácia.

O apoio estrutural e organizacional é importante não apenas para dar as condições materiais, mas também porque impacta na percepção e na motivação dos implementadores.

É preciso, por fim, aproximar o estudo da efetividade e a pesquisa sobre a implementação dos contornos reais do poder público, onde os programas de

prevenção baseados em evidência adquirem escala e têm potencial de transformar vidas e romper o ciclo intergeracional de violência.

5. Conclusão

Esta pesquisa buscou avaliar o processo de implementação dos programas ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros e Conte Comigo na cidade de Pelotas a partir da percepção de gestores públicos, pesquisadores, implementadores e usuárias das intervenções.

No primeiro capítulo apresentamos a importância da produção de evidências, o histórico do seu surgimento e seu uso no poder público, com o objetivo de ressaltar a importância da formação de uma cultura de avaliação de políticas públicas e, além disso, do uso de evidências na seleção de alternativas para resolver problemas sociais e para formular políticas.

Discutimos também a produção de evidências, a necessária incorporação do seu uso em áreas sociais e argumentamos estar superada a suposta divisão metodológica entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, e que evidências robustas necessitam de ambas abordagens para serem produzidas.

No segundo capítulo adentramos o campo específico da prevenção da violência baseada em evidências, com seu histórico, conceito e tipologia. Uma vez que nosso trabalho se dedicou a analisar a implementação de dois programas de prevenção baseados em evidência, nos pareceu essencial informar algumas das evidências que comprovam a efetividade desse tipo de intervenção e seus mecanismos de ação. Em particular, apresentamos evidências de efetividade de metodologias socioemocionais e de mudança do perfil parental, já que são a espécie em que se inserem os programas ACT e Conte Comigo. Esperamos ter demonstrado com isso que existem muitas possibilidades de intervenções para prevenir a violência cujo sucesso já está comprovado e embasado em conhecimento científico e que o poder público, ao não utilizar esse conhecimento, retira da população um remédio eficiente para a atual epidemia de violência vivida pelo Brasil.

A seguir, apresentamos os fatores que influenciam a efetividade da implementação desses programas. Partindo do pressuposto de que são programas que funcionam, ainda assim há elementos que aumentam ou diminuem a efetividade da sua aplicação, em particular tomando em conta o cenário de serviços públicos. Tomamos como base de análise do modelo EPIS e apresentamos as evidências

fundadas na análise de dezenas de estudos de implementação do que funciona melhor na execução desses programas.

Por fim, no terceiro capítulo apresentamos os dados coletados por meio de entrevistas e grupos focais com trinta e uma pessoas que estiveram envolvidas na implementação dos programas ACT e Conte Comigo na cidade de Pelotas. A percepção de gestores, implementadores, pesquisadores e mães foi em grande medida convergente entre si sobre o que deu certo e o que deveria ter sido melhor. Apresentamos as diversas dificuldades estruturais e organizacionais pelos diferentes pontos de vista dos entrevistados. Relatamos igualmente a satisfação comum entre todos esses participantes com a execução dessa inédita parceria para a implementação de programas de prevenção da violência baseados em evidências.

Ambos os programas foram vistos como adequadas ao trabalho das áreas em que foram aplicados. Relatamos as percepções dos envolvidos quanto às mudanças de comportamento por eles apreciadas no grupo foco da intervenção. A respeito do programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, essas mudanças foram o entendimento pelas mães de que podem educar seus filhos sem o uso de violência, podem controlar sua raiva e podem dialogar mais com as crianças ao invés de gritar ou bater. Os implementadores perceberam que mesmo comportamentos arraigados nas mães podem ser modificados e que um programa com método estabelecido e baseado em evidências gera resultados visíveis e traz satisfação ao profissional.

No programa Conte Comigo de compartilhamento de livros as mães concluíram a implementação passando mais tempo de qualidade com seus filhos e dizendo menos “não” às crianças; houve fortalecimento do vínculo entre a criança e a mãe; maior estímulo cognitivo em crianças que não seriam tão estimuladas em casa, inclusive desenvolvendo a fala e a concentração, e as crianças aprenderam a falar sobre suas próprias emoções e sobre a perspectiva dos outros, habilidade também conhecida como empatia. Essas mudanças serão ou não confirmadas pelo estudo quantitativo em curso.

Entretanto, nosso trabalho ressaltou outras mudanças igualmente importantes e que não seriam identificadas num estudo experimental e não são objeto do Estudo Piá, mas que a literatura afirma que contribuirão com a efetividade das intervenções e que por si só justificam a realização desta pesquisa: as mudanças de visão,

motivação e comportamento ocorridas junto aos implementadores e aos gestores envolvidos na implementação.

Profissionais antes descrentes sobre o impacto do seu trabalho recuperaram a esperança. Por isso a frase de uma das implementadoras “se eu trabalhasse só nisso, eu seria bem mais feliz” (I1) tem tamanha relevância. Como vimos, a área da educação não é um campo familiarizado com evidências, assim como não o é o da assistência social. No entanto, esses dois serviços são cruciais para a prevenção da violência, porque a evasão escolar é um dos principais fatores de risco para a criminalidade juvenil e porque milhares de famílias em vulnerabilidade são atendidas todos os dias nos CRAS e CREAS do país. O objetivo não é que todos os profissionais da educação, assistência social ou saúde se tornem facilitadores dos dois programas analisados, mas sim que esses profissionais e suas lideranças percebam que há conhecimento de qualidade e disponível para tornar seu trabalho mais efetivo e mais satisfatório.

Aliás, um dos nossos principais achados foi de que um importante efeito da aplicação de programas baseados em evidências é a o aumento da satisfação do servidor público, claramente demonstrada pelos relatos dos implementadores. Esse fator não consta como resultado de análises quantitativas de eficiência desses programas, mas foi verificada por esta pesquisa qualitativa. Esse elemento motivacional, por sua vez, como já referido, é chave na efetividade de qualquer política pública e a adoção de práticas baseadas em evidências pode assim passar a ser vista não apenas como beneficiando o usuário do serviço, mas também como uma política de valorização do servidor público.

O desafio é ultrapassar a barreira que separa o serviço público do conhecimento científico. O relato dos pesquisadores da UFPEL mostra o abismo entre a expectativa e as possibilidades de realização existentes entre a Universidade e o poder público, permeados por dificuldades políticas e burocráticas. Ainda que a pesquisa sofra diuturnos revezes no Brasil como a retirada de financiamento e que pesquisadores que poderiam estar totalmente dedicados à pesquisa tenham a obrigação de lecionar, com isso limitando seu tempo para a produção de conhecimento, ainda assim cabe à universidade pública federal no Brasil a tarefa de produzir conhecimento voltado a melhorar o serviço público.

Por outra parte, como vimos o poder público tem uma grande dívida com a sociedade por permitir-se não estar aberto à inovação. As dificuldades impostas por pessoas e por instituições que se negam a absorver novos conhecimentos denotam um personalismo e um patrimonialismo que precisam ser combatidos. Felizmente há gestores humanistas e ousados, mas que precisam de maior apoio e menos amarras internas e externas para colocar em prática a inovação. As lideranças têm um papel fundamental em soprar novos ventos nos seus redutos de atuação.

Acreditamos que o trabalho respondeu aos seus objetivos específicos, quais sejam, descrever e identificar os fatores que favoreceram e aqueles que dificultaram a implementação dos programas ACT e Conte Comigo em Pelotas; demonstrar as semelhanças e ressaltar as diferenças de percepção entre os distintos atores envolvidos no processo de implementação, e analisar esses dados à luz das evidências que demonstram o que funciona na implementação de programas e práticas baseadas em evidências. Desejamos que, além disso, ele possa ser útil para o planejamento de futuras aplicações desses e outros programas de prevenção da violência como políticas públicas.

Entre as muitas limitações do estudo estão seus limites metodológicos, de abrangência e de análise, porque estamos certos que outras conclusões poderiam ter sido desenvolvidas e retiradas do que conteúdo apresentado.

Em todo caso, esperamos ter colocado mais um pequeno tijolo na tortuosa rota de construção de políticas públicas de prevenção da violência mais igualitárias, eficientes e protetoras de direitos no Brasil. Sem perder de vista que numa democracia a definição sobre políticas públicas é atividade própria da disputa política, essa verdade não é incompatível com a existência de evidências que podem tornar as políticas públicas melhores. O Brasil vem perdendo a luta contra a violência e isso significa milhões de crianças e jovens lenta e silenciosamente sendo vitimizados todos os dias nas ruas, nas escolas e em suas próprias casas. Há quem defenda que o problema da insegurança no país seja resolvido com armas e execuções. É preciso que este outro caminho, de prevenção, de âmbito escolar e familiar, de cuidado com o ser humano, seja disseminado.

Em particular nesta época de extremada polarização política no país, em que o obscurantismo se manifesta nas instituições e em que até as descobertas mais básicas da era do Iluminismo são questionadas, é fundamental defender e mostrar os

caminhos para a implementação de políticas públicas preventivas, protetivas e embasadas na ciência.

6. Referências

AARONS, G. A.; HURLBURT, M.; HORWITZ, S. M. C. Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. **Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 4–23, 2011.

ABT, T. P. Towards a framework for preventing community violence among youth. **Psychology, Health and Medicine**, [s. l.], v. 22, n. May, p. 266–285, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13548506.2016.1257815>>

ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. **Psychosocial Intervention**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 27–38, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>>

ASCENZI, L. D. D ASCENZI LIMA L Implementação de políticas públicas perspectivas analíticas Revista de sociologia e política. [s. l.], p. 101–110, 2013.

BANDURA, A. Self-efficacy, Corsini Encyclopedia of Psychology. **John Wiley & Sons, Inc. doi, 10, 9780470479216.**, [s. l.], p. 1–3, 2010.

BIERMAN, K. L. et al. Executive functions and school readiness intervention: Impact, moderation, and mediation in the Head Start REDI program. **Development and Psychopathology**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 821–843, 2008.

CARTWRIGHT, N.; DEATON, A. Understanding and misunderstanding randomized controlled trials. **Social Science & Medicine**, [s. l.], v. 44, n. 667526, p. 0–63, 2016. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0277953617307359%0Ahttp://www.princeton.edu/~deaton/downloads/Deaton_Cartwright_RCTs_with_ABSTRACT_August_25.pdf>

CERQUEIRA, D. et al. No Title. [s. l.], 2019.

COLAGROSSI, A. L. R.; VASSIMON, G. Construção psicopedagógica. **Construção psicopedagógica**, [s. l.], v. 25, n. 26, p. 17–23, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542017000100003>

DAVIES, HUW T. O., & NUTLEY, S. M. **Evidence Policy and Practice: moving from rhetoric to reality.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://www.cem.org/attachments/ebe/P086-P095 Huw Davies and Sandra Nutley.pdf](https://www.cem.org/attachments/ebe/P086-P095%20Huw%20Davies%20and%20Sandra%20Nutley.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2018.

DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M.; SMITH, P. C. Editorial: What Works? The Role of Evidence in Public Sector Policy and Practice. **Public Money and Management**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3–5, 1999. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/1467-9302.00144>>. Acesso em: 9 jan.

2019.

FAMEGA, C.; HINKLE, J. C.; WEISBURD, D. Why Getting Inside the “Black Box” Is Important: Examining Treatment Implementation and Outputs in Policing Experiments. **Police Quarterly**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 106–132, 2017.

FELITTI, V. J. Experiences and adult health : Turning gold into lead. **The Permanente Journal**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 44–47, 2002.

FERREIRA COSTA, C. G.; DA SILVA, E. V.; SILVA, E. V. Da. O que Realmente Importa no Processo de Tomada de Decisão Considerando Políticas Públicas Baseadas em Evidência. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 124, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/20315>>. Acesso em: 2 set. 2018.

FIXEN, D. et al. Core Implementation Components. Research on social work practice. **Research on social work practice**, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 531–540, 2009.

HEAD, B. W. Toward More “Evidence-Informed” Policy Making? **Public Administration Review**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 472–484, 2016. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/puar.12475>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HECKMAN, J. J.; KARAPAKULA, G. Intergenerational and Intragenerational externalities of the Perry Preschool Project. **Working Paper**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://econresearch.uchicago.edu/sites/econresearch.uchicago.edu/files/Heckman_Karapakula_2019_inter-intra-externalities-perry-r2.pdf>

HOEVE, M. et al. The relationship between parenting and delinquency: A meta-analysis. **Journal of Abnormal Child Psychology**, [s. l.], v. 37, n. 6, p. 749–775, 2009.

HORTA, B. et al. Evidence on the long-term effects of breastfeeding: systematic reviews and meta-analyses. **Who**, [s. l.], p. 1–52, 2007. Disponível em: <<http://www.quenooosseparen.info/documentos/LMIlargoplazo.pdf>>

How effective is drug abuse resistance education? A meta-analysis of project DARE outcome evaluations. **American Journal of Public Health**, [s. l.], v. 84, n. 9, p. 1394–1401, 1994.

HYMAN, S. E. **The Science of Mental Health: Personality and personality disorder**, 2001.

(GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL ESTADUAL DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, 2019) Carta dos Gestores e Profissionais Parceiros do Programa Saúde na Escola aos Gestores e Profissionais de Educação e Saúde pela Paz nas Escolas O que mais mata nossas crianças e jovens ? [s. l.], 2019.

MARINO, J. M. F. Fundamentos do “Paradigma Metodológico Causal” nas ciências sociais. **Sociologias**, [s. l.], v. 14, n. 31, p. 20–50, 2012.

MEAD, MARGARET (Ed). **THE WORLD AHEAD: AN ANTHROPOLOGIST ANTECIPATES THE FUTURE**. Berghahn Books, 2005.

MURRAY, J. et al. Moderate alcohol drinking in pregnancy increases risk for children's persistent conduct problems: Causal effects in a Mendelian randomisation study. **Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, [s. l.], v. 57, n. 5, p. 575–584, 2016. a.

MURRAY, J. et al. The effects of two early parenting interventions on child aggression and risk for violence in Brazil (The PIÁ Trial): Protocol for a randomised controlled trial. **Trials**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–12, 2019.

MURRAY, L. et al. Randomized controlled trial of a book-sharing intervention in a deprived South African community: effects on carer–infant interactions, and their relation to infant cognitive and socioemotional outcome. **Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, [s. l.], v. 57, n. 12, p. 1370–1379, 2016. b.

NAOOM, S. F. et al. of the Research : [s. l.], 2005.

NOVINS, D. K. et al. Dissemination and implementation of evidence-based practices for child and adolescent mental health: A systematic review. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, [s. l.], v. 52, n. 10, p. 1009- 1025.e18, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jaac.2013.07.012>>

NUTLEY, S.; DAVIES, H.; WALTER, I. **ESRC UK Centre for Evidence Based Policy and Practice: Working Paper 9 Evidence Based Policy and Practice: Cross Sector Lessons From the UK**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/politiceconomy/research/cep/pubs/papers/assets/wp9b.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ODOM, S. L. Science , and Outcomes for Children. **Topics in Early Childhood Special Education**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 53–61, 2009.

PEDRAZA, L. M. The examination of the implementation of the second step program in a public school system. **Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences**, [s. l.], v. 71, n. 9- A, p. 3211, 2011. Disponível em: <http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqdiss&rft_dat=xri:pqdiss:3420638%5Cnhttp://ovidsp.ovid.com/ovidweb.cgi?T=JS&PAGE=reference&D=psyc7&NEWS=N&AN=2011-99051-024>

PEDRO, M. E. A.; ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Programa ACT Educando a Niños en Ambientes Seguros para promover prácticas educativas maternas positivas en distintos contextos socioeconómicos. **Psychosocial Intervention**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 63–72, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.10.003>>

PETROSINO, A. **Formal System Processing of Juveniles: Effects on Delinquency**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://campbellcollaboration.org/library/formal-system-processing-of-juveniles->

effects-on-delinquency>

PIQUERO, A. R. Taking stock of developmental trajectories of criminal activity over the life course. **The Long View of Crime: A Synthesis of Longitudinal Research**, [s. l.], p. 23–78, 2008.

RAMOS, M. C.; NUNES DA SILVA, E. Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública? How to use the Evidence-informed Policy approach in public health? [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0296.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

SANDERS, M. R. et al. Erratum to “The Triple P-Positive Parenting Program: A systematic review and meta-analysis of a multi-level system of parenting support” [CPR (2014) 337-357]. **Clinical Psychology Review**, [s. l.], v. 34, n. 8, p. 658, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2014.04.003>>

SHENDEROVICH, Y. et al. Methods for conducting systematic reviews of risk factors in low- and middle-income countries. **BMC medical research methodology**, [s. l.], v. 16, p. 32, 2016. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26979282>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SHERMAN, L. Ideas in American Policing; Evidence based policing. **Policing Foundation**, [s. l.], p. 17, 1998.

SKOUFIAS, E. PROGRESA and its Impacts on the Human Capital and Welfare of Households in Rural Mexico: A Synthesis of the Results of an Evaluation by IFPRI. **International Food Policy Research Institute**, [s. l.], n. December, p. 107, 2001.

SROUFE, A.; SIEGEL, D. The Verdict Is In. **Psychotherapy Networker Magazine**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 34–53, 2011. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=59578793&site=ehost-live>>

The Problem with Evidence-Based Policies - The Daily Outlook Afghanistan - Ricardo Haussman. [s.d.].

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **What Works in Reducing Community Violence?** [s.l: s.n.]. Disponível em: <www.democracyinternational.com>

VALLY, Z. et al. The impact of dialogic book-sharing training on infant language and attention: a randomized controlled trial in a deprived South African community. **Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, [s. l.], v. 56, n. 8, p. 865–873, 2015.

VAN DIJK, J.; DE WAARD, J. A two-dimensional typology of crime prevention projects. **Criminal Justice Abstracts**, [s. l.], n. December 2015, p. 483–503, 1991.

WALTER, I.; NUTLEY, S.; DAVIES, H. What works to promote evidence-based practice? A cross-sector review. **Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate**

and Practice, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 335–364, 2005. Disponível em: <<http://openurl.ingenta.com/content/xref?genre=article&issn=1744-2648&volume=1&issue=3&spage=335>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. Early Developmental Prevention of Delinquency and Later Offending: Prospects and Challenges. **International Journal of Developmental Science**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 247–259, 2009. Disponível em: <<https://content.iospress.com/articles/international-journal-of-developmental-science/dev3-3-04>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. The Benefits and Costs of Early Prevention Compared With Imprisonment. **The Prison Journal**, [s. l.], v. 91, n. 3_suppl, p. 120S-137S, 2011. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032885511415236>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

WHITE, H. The twenty-first century experimenting society: the four waves of the evidence revolution. **Palgrave Communications**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1–7, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1057/s41599-019-0253-6>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sixty-Seventh World Health Assembly. **Wha67/2014/Rec/1**, [s. l.], n. May, p. 1–5, 2014. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/maternal-child/WHA67.8_resolution_autism.pdf>

Apêndice A - Roteiros de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores públicos, pesquisadores e mães

GESTORES MUNICIPAIS:

Qual sua função?

Qual sua expectativa inicial sobre os programas ACT e Conte Comigo?

Mudou seu conceito de prevenção da violência antes e depois dos programas ACT e Conte Comigo?

Qual sua opinião hoje sobre os programas ACT e Conte Comigo?

É função do município trabalhar esses assuntos?

Qual sua opinião sobre a parceria institucional com a UFPEL?

O que poderia ter sido diferente?

Qual seu grau de satisfação?

PESQUISADORES DA UFPEL:

Qual sua função?

Qual sua expectativa inicial sobre a implementação dos programas ACT e Conte Comigo?

Qual sua opinião hoje sobre a implementação programas ACT e Conte Comigo?

Qual sua opinião sobre a parceria institucional com o Município de Pelotas?

Qual seu grau de satisfação?

MÃES:

BLOCO 1 – Adesão

Por que razão você compareceu à primeira sessão?

Porque você seguiu indo às sessões?

A ajuda financeira que você recebeu foi importante para você comparecer às sessões? porquê?

Que outras razões fizeram você comparecer às sessões?

O que mais poderia ter sido feito para você ir às sessões?

Qual a diferença entre esse serviço e outros serviços públicos que você já recebeu?

BLOCO 2 – Percepção quanto à qualidade do serviço

Como você classifica a qualidade das sessões do programa?

Como você classifica o grau de ajuda recebida no programa?

Qual o seu grau de satisfação com a ajuda recebida?

O facilitador foi atencioso?

Você acha que criou um vínculo com as outras mães?

Você vai manter contato com essas mães?

Você percebeu alguma diferença no contato que você teve agora com esses profissionais do que outras vezes em que você usou serviços do município? Quais diferenças?

BLOCO 3 – Percepção quanto ao resultado dos programas**CONTE COMIGO:**

A participação no Conte Comigo te ajudou no cuidado com seu(a) filho(a)?

Você praticou o compartilhamento de livros com seu filho/sua filha em casa?

O que dificultou a prática do compartilhamento de livros para você?

O que ajudou na prática de compartilhamento de livros?

Você já tinha pensado em ensinar o seu filho como identificar e nomear emoções, como falar sobre sentimentos, perspectivas e as intenções dos outros? O que você pensa sobre isso agora?

ACT:

A participação no ACT te ajudou no cuidado com seu(a) filho(a)?

Você conseguiu compreender melhor o comportamento do seu filho?

Você praticou o controle da raiva em casa? Como foi?

Você entendeu as consequências da violência para a vida das crianças?

Qual a diferença entre reagir e responder?

Você já tinha pensado que controlar a sua raiva pode te ajudar a se relacionar melhor com teu filho e saber o que esperar do comportamento dele de acordo com o nível de desenvolvimento dele também? O que você pensa sobre isso agora?

Apêndice B - Roteiros dos grupos focais aplicados aos implementadores

Conte Comigo:

Mudou seu conceito de prevenção da violência antes e depois do programa Conte Comigo?

Como foi para vocês usarem um manual e um roteiro pré-definido?

O que facilitou fazer os grupos?

Como foi a supervisão?

Vocês perceberam alguma mudança nas mães por meio da metodologia?

Houve dificuldades na implementação do programa?

Qual a opinião de vocês sobre a parceira com a Universidade?

Qual o grau de satisfação de vocês com a experiência de implementação do programa?

Vocês têm sugestões para o programa?

ACT:

Mudou seu conceito de prevenção da violência antes e depois do programa ACT?

Como foi para vocês usarem um manual e um roteiro pré-definido?

O que facilitou fazer os grupos?

Como foi a supervisão?

Vocês perceberam alguma mudança nas mães por meio da metodologia?

Houve dificuldades na implementação do programa?

Qual a opinião de vocês sobre a parceira com a Universidade?

Qual o grau de satisfação de vocês com a experiência de implementação do programa?

Vocês têm sugestões para o programa?

Apêndice C - Transcrição das entrevistas Gestores

G1

1. Formação da agenda: o Pacto Pelotas Pela Paz

O que te motivou a fazer o Pacto:

Na campanha de 2016 o plano de governo era Pelotas Mais Humana e Mais Segura, era demanda na cidade pelo aumento dos crimes na cidade, 500% de aumento e de roubos, jovens de outras cidades sofrendo roubos e a população clamando por resposta do poder público. Fui atrás de quem pudesse me ajudar porque eu não tinha noção de onde começar. Sabia que era possível fazer discurso e se comprometer com a secretaria, mas isso pode não dar em nada, mudar as coisas é mais difícil do que apenas uma secretaria. Fui atrás de pessoas de pudessem me ajudar, falei com Rolim que era referência, depois o ICS, depois da nossa conversa fiquei entusiasmada, antes era só obrigação depois fiquei encantada com esse tema. Pacto nasceu daí, com o apoio da Comunitas, viabilizando consultorias em outras áreas, inovei porque eles não tinham trabalho nessa área, sugeri o ICS como consultor que eu queria, vocês passaram na prova e começaram a organizar um plano municipal de segurança, uma grande chamamento da cidade em seus vários setores, movimentos de empresários, verados universidades, mov social, chamados para quem apresentamos uma proposta básica com nova visão de segurança mais humanista, visão de segurança construída em rede, não mais tudo com a polícia, em que a prevenção tem grande papel, e que a polícia também trabalha de forma integrada, isso motivou a todos e fez todos confiarem no Pacto. As forças de segurança estavam também se sentido sozinhas e dispoveisnes para o plano, um terreno fértil que fez o Pacto avançar.

2. O que te fez fazer diferentes de outros líderes, porque tu buscaste outro caminho

Tivemos experiencia de aproximação com a BRIGADA MILITAR pelo policiamento comunitário em que pagávamos para eles morarem nos territórios. Tinha audiências públicas nos bairros. Foi interessante, mas a expectativa não foi cumprida, se desmobilizou. A Brigada Militar se ressentia de ter um efetivo localizado e não ter em outros lugares, emergências etc. Isso ajudou a eu buscar outros caminhos, repassar

recursos eu já achava que não daria resultado. Tenho formação humanista professora de literatura, me ajudou a enxergar de outra forma. A buscar o Rolim isso foi determinante o encontro com vocês foi um marco porque eu não estudava o tema. A conversa com vocês teve um impacto grande em mim, me faltava informações e impulso. Mas por mais que eu imaginasse o sucesso, eu não tinha como prever tudo que conseguimos em um ano de Pacto. Tive também muita sorte de ter lideranças nas instituições de segurança pessoas com perfil aberto e aceitando diálogo e compartilhamento de informações. Essa abertura foi em todas as instituições Susepe, Ministério Público, Judiciário, líderes estavam conectados com esse momento. E muita eficiência na comunicação pra chegar por exemplo no setor empresarial que abriu portas e sempre tinha sido um fechado. Sorte de ter o Joe aqui, são características de pelotas de ter um centro que atrai pessoas do mundo todo. Então alguns encontros que deram sorte. Anos antes as lideranças era outras. Agora mesmo que venham outros o rumo já está dado, a cultura de colaboração já está dada, de planejamento integrando, há uma mudança de cultura, então permanecesse, eu vou sair, outros líderes também vão sair, se deixarmos esse rescaldo cultural, se a sociedade estiver engajada, e com transparência a gente consegue deixa isso para a sociedade.

3. *Conceito de prevenção à violência*

Mudou completamente. Eu sabia que prevenção era algo importante, eu sabia que repressão não era suficiente, mas isso era muito teórico e pouco concreto para mim. O cada jovem conta foi a primeira projeto, me impactou demais, fiquei muito impressionada e emocionada com tudo que vi e ouvi ali, o primeiro choque foi perceber o quanto tempo se perdeu no não encontro das equipes, o não compartilhamento de vivencia e informações entre equipes que lidavam com as mesmas famílias nos mesmos territórios. Foi chocante perceber que cada case que era trazido pela escola, sendo explicitado ali, dizia respeito as enfermeiras do posto de assistência do CRAS, porque as famílias são as mesmas. Como que nunca pensamos nisso, foi o primeiro choque. Por outro lado, aquelas professoras com tantos casos delas, muitos meninos cuja vida estava sendo apresentada, hoje adultos já cometeram crimes, já mataram, ou já morreram, e quando a gente via os casos sendo apresentado ali, a gente vê que são crianças, porque o relato era das professoras que lidam com eles, então a gente vê bem que aquela pessoas ainda estava ao nosso alcance. Os municípios são

responsáveis pelo que está acontecendo no país, porque quando a gente olha pro presídio e vê que a maioria não tem ensino fundamental, a falha foi lá atrás, nos municípios porque o ensino fundamental é nossa responsabilidade. Mas nunca tinha ficado claro pra mim o quanto essas crianças ainda estava em tempo de salvar elas , o quanto isso era nossa responsabilidade mesmo, e o quanto ainda dá pra fazer algumas coisa, eles ainda não indo a escola, mas eles estão no limiar, o CJC traz essa visão perfeita do limiar, então é muito impactante. E os resultados, quando a gente vê que 90% dos alunos mudaram o comportamento na escola, com ações que são simples, se vê o quanto se pode fazer. Não se gastou dinheiro, o Cada Jovem Conta foi um marco de mudança nisso tudo,

O trabalho que se faz na prevenção terciária com os meninos do case o Mão de Obra no presídio, o cjc mostrou o quanto precisamos entrar na escola e agir sobre as crianças para elas não chegarem no limiar. Aí o quanto foi importante as metodologias, que foi outro momento do Pacto, quando vieram as propostas das metodologias, e ouvir os relatos das mães que passaram pela formação, é impressionante.

“mudou completamente. Eu sabia que prevenção era algo importante, eu sabia que repressão não era suficiente, mas isso era muito teórico e pouco concreto para mim. O Cada Jovem Conta foi o primeiro projeto, me impactou demais, fiquei muito impressionada e emocionada com tudo que vi e ouvi ali. O primeiro choque foi perceber quanto tempo se perdeu no não encontro das equipes, o não compartilhamento de informações entre equipes que lidavam com as mesmas famílias nos mesmos territórios. Foi chocante perceber que cada caso que era trazido pela escola, sendo explicitado ali na reunião, dizia respeito às enfermeiras do posto de saúde e às assistentes sociais do CREAS porque as famílias são as mesmas. ‘Como que nunca pensamos nisso?’, foi meu primeiro choque. Por outro lado, aquelas professoras contando os casos delas, muitos dos meninos cuja vida estava sendo apresentada, hoje adultos, já cometeram crimes, já mataram, ou já morreram, e quando a gente via os casos sendo apresentado ali, a gente vê que são crianças, aquelas pessoas ainda estavam ao nosso alcance. Os municípios são responsáveis pelo que está acontecendo no país, porque quando a gente olha para o presídio e vê que a maioria não

tem ensino fundamental, a falha foi lá atrás, nos municípios porque o ensino fundamental é nossa responsabilidade. Mas nunca tinha ficado claro para mim o quanto ainda estava em tempo de salvar essas crianças, o quanto isso era nossa responsabilidade mesmo, e o quanto ainda dá para fazer muitas coisas, eles ainda estão indo à escola, mas estão no limiar. O CJC traz essa visão perfeita do limiar, então é muito impactante. Aí quando vieram as propostas das metodologias, que foi num segundo momento do Pacto, eu acreditei rapidamente. Depois, ouvindo os relatos das mães que passaram pela formação, é impressionante”.

Metodologias.

Quando veio a ideia, eu já tinha vivido algumas mudanças dentro do Pacto, primeiro ouvindo vocês falarem, depois de novo o CJC que foi o primeiro ao qual eu atribuo maior aprendizado onde eu um clic acendeu luzinha, o trabalho no Gabinete de Gestão Integrada, o interesse das pessoas, o general o chefe regional de polícia, o comandante do 4 mbp, o comando geral do sul, delegado chefe da PF, PRF, bombeiros, presidente da OAB, diretor do Foro, MP, pessoas super ocupadas que passaram horas das suas vidas discutindo o Pacto. Então quando chegou as metodologias eu acreditei porque eu já tinha vestido a camiseta da prevenção. Vocês me apresentaram as metodologias dizendo que os resultados já estavam comprovados, já tinham sido testados. A gente sempre acreditou, um dos novos pilares dessa concepção é fato de ter evidências científicas. Eu me motivei porque percebia que temos que ter um trabalho forte antes dos meninos chegarem no limiar do cjc, para evitar que os meninos cheguem ali. É isso, é nessa fase anterior que temos que atuar. Acredito muito nisso. O próprio centro de epidemiologia já mostrou ao mundo a importância dos estímulos nos anos iniciais, quando todo o trabalho do PIM também tem a ver com isso. Se além dos estímulos cognitivos a gente tive estímulos para não violência, certamente isso também vai produzir outros tipos de personalidades, então eu fiquei muito motivada. E foi bom eu ter ficado muito motivada porque tivemos muitas resistências, porque ninguém acredita muito nisso.

Por que as resistências?

Talvez eu também tivesse resistido se eu fosse Secretária e não tivesse tido esse percurso de aprendizado anterior. De aprendizado de uma matéria que calou fundo em mim porque fechou minha personalidade e interesses, mas as pessoas têm resistência a qualquer mudança, “sempre foi assim, isso são novidades que não mudam a realidade” as pessoas tendem a ser reativas à mudança. São metodologias são muito transformadoras, eu não esperava que fosse ser tanto eu pensava “será que só dizendo para as pessoas como deve ser vai fazer alguma diferença”. É o que as mães e as próprias professoras, todo mundo que esteve no primeiro encontro com o ACT ninguém achava que fosse dar certo. É aí que entra propriamente a metodologia, tu fazes aquilo de um certo jeito que se interioriza nas pessoas. As pessoas têm tantas coisas da vida real que tem que lidar, falta de professores etc., que é difícil. Mas eu era a liderança e foi importante eu acreditar. E é gratificante pra mim ver que os Secretários já entenderam que dá certo. As equipes nem se fala, quem trabalhou diretamente já apaixonado e motivado e os secretários também mudaram a sua visão. Entendem hoje a prioridade que tem de ser dada.

“Talvez eu também tivesse resistido se eu fosse secretária e não tivesse tido esse percurso de aprendizado anterior que calou fundo em mim com as ações de prevenção do Pacto. Mas as pessoas têm resistência a qualquer mudança, dizem ‘sempre foi assim, isso são novidades que não mudam a realidade’. Eu mesma pendei ‘será que só dizendo para as pessoas como deve ser vai fazer alguma diferença pra elas?’. É o que as mães e as próprias professoras, todo mundo que esteve no primeiro encontro com as metodologias duvidou, ninguém achava que fosse dar certo. É aí que entra propriamente a metodologia, tu fazes aquilo de um certo jeito que se interioriza nas pessoas. Os gestores têm muitas coisas para lidar, falta de professores, infraestrutura das escolas, é difícil. Mas eu era a liderança e foi importante eu acreditar. E é gratificante ver que os secretários entenderam que dá certo. As equipes nem se fala, quem trabalhou diretamente está apaixonado e os secretários também mudaram a sua visão e entendem hoje a prioridade que tem de ser dada. São metodologias muito transformadoras, eu não esperava que fosse ser tanto.

Processo de implementação o que poderia ter sido diferente

O poder público tem muitas regras e muitas limitações. Estávamos muito entusiasmado e não conseguimos fazer um planejamento adequado. Tínhamos que ter contado com o período de aceitação de vencimento de resistências, humanas e burocráticas, porque isso é inovação e tudo que é inovação no poder público encontra resistência. Porque as pessoas que estão aqui para proteger a prefeitura me diziam, olha prefeita tu podes vir a te incomodar com o Tribunal de contas, com o MP, porque isso não está dentro das caixinhas que existem previstas para o trabalho de implementação de políticas públicas. Tudo está em caixinhas, processo licitatório etc., agora quando é diferente, uma parceria com universidade, um método que vem do exterior etc., qualquer coisa que fuja desse padrão é um problema. É preciso encontrar soluções também para isso. Em relação aos órgãos de controle que são importantíssimos, mas tem que prever inovação. Como que se evolui se não tiver espaço para ousar. Os órgãos de controle estão sempre muito mais focados no processo, e menos no resultado. Então um processo todo certinho, mas que não teve resultado, ninguém é punido por isso. Mas alguém que teve um resultado excelente lá na ponta de transformação e atendimento do interesse público, mas que teve um processo um pouco fora do padrão, porque é processo inovador, esse pode se incomodar. Então essa visão também tem que ser revista. Esse sistema é punitivo e pouco produtivo para a sociedade. Então tínhamos que ter previsto essas questões. Então não teria dado dentro do tempo que tínhamos. Eu não me incomodei com isso ainda, porque a gente teve um resultado muito transformador.

Forma caixinhas do que é feito na ponta – rotinas das secretarias e a entrega das metodologias – foi diferente? As metodologias contribuíram?

Contribuíram para mudanças de comportamento e mudanças internas. O Pacto vem contribuindo para a percepção de que se pode trabalhar em rede e conectado, para a execução das metodologias se formou uma rede de colaboração. Isso deu uma arejada e tirou as pessoas do padrão convencional e isso é positivo. Nós também acertamos na escolha das pessoas para coordenar, isso mostra que as pessoas estão preparadas para uma forma diferente e mais ousada, precisam ter a oportunidade e o projeto com credibilidade. Conseguimos convencer de que valia a pena investir nisso.

Agora temos o resultado então é mais fácil. Colaborou para arejar as secretarias, que não somos ilhas.

Impacto

A gente vê a força da metodologia porque mesmo a pessoa que aplicava com desconfiança foi convencida de que funciona.

Função do poder público

Estou convencida de que Segurança pública é também função do município. Sobretudo na área da prevenção. Mesmo na presença essa liderança é importante, ajuda na aproximação entre as forças de segurança, o Prefeito pode ser um interlocutor porque não somos uma força de segurança. Ele não está numa disputa de espaço e podemos ser um elo entre essas forças. Mas a prevenção é basicamente função do poder público municipal, porque quando as crianças chegam no ensino médio já pode ser tarde demais. Tem que agir antes. Se a gente não tiver dinheiro para fazer mais anda, a gente foca na primeira infância. Por todos os estudos, se a gente conseguir fazer essa criança ter uma família melhor, uma mãe mais amorosa e não só interessada em reprimir como era o relato das mães, a gente já entrega uma criança mais segura e com outra preparação para se relacionar com os colegas, já vai ter uma capa de proteção pra se relacionar na sociedade e com mais força pra se proteger da violências e a gente puder investir mais ainda no ensino fundamental. É obrigação porque prevenção à violência está relacionado com todas as funções do poder público municipal, prestar saúde básica, assistência, educação básica, pra isso tudo acontecer tu tens primeiro que proteger a criança e ao adolescente, então é uma obrigação do poder público tão fundamental quanto as outras.

Interesse em continuar parcerias com a universidade

Já antes tínhamos trabalhado com eles porque temos aqui profissionais renomado no mundo e seria um desperdício não contar com eles. Primeiro as dificuldade materiais e burocráticas e também uma certa desconfiança, a questão política, uma das manifestações contrarias ao Pacto, inclusive de associações de docentes, veio da universidade federal, que eu acho escandaloso, o próprio reitor foi pressionado a se

manifestar, mas as parcerias não podemos prescindir desses profissionais e desse apoio.

O resultado da pesquisa vai ainda ter muito impacto espero que tenha pra estimular que isso seja levado a outros municípios.

Satisfação

Enorme. De zero a 10, quero esperar os resultados da pesquisa. Eu fui a uma reunião do ACT, eu vi um pouco de como é a formação e a metodologia, mas o que me impactou foi o relato das mães do comportamento dos filhos, de como aquilo está mexendo nas relações familiares, com o marido outros filhos, então eu fiquei impressionada. As usuárias as mães são muito carentes famílias marginalizadas tanto intelectual e economicamente e mesmo assim a metodologia teve impacto sobre elas, especialmente para quem mais precisa, de mães experientes, mas que estavam mudando sua conduta a partir da metodologia. Pela emoção delas e das facilitadoras e coordenadores, minha tendência é dizer 10, mas eu quero esperar os resultados da pesquisa, pra isso estamos fazendo o estudo, pra ter evidência científica e ver se realmente o que a gente está sentindo e percebendo se verifica. Aposto tudo de que vai ter um impacto positivo. E nossa intenção é fazer disso uma política pública para ampliar e fazer chegar a todas escolas de educação infantil. Enquanto a gente não puder investir em outras metodologias para o ensino fundamental.

Transcrição áudio G2

Quais os objetivos da secretaria?

270 milhões de orçamento. 30.000 alunos, 2.800 professores, 5.000 funcionários, mais de 50% do pessoal público. Ensino infantil, fundamental e médio convencional e curso normal, que formam professores melhor preparados que somente pedagogia.

Melhor ensino na escola e professores com formação continuada.

Feitos mais importantes?

1. **Reforma e ampliação das 29 escolas de educação infantil.**
2. **Introdução da Avaliação externa com descritores de dificuldades dos alunos e aumento do IDEB de 8,7 nas iniciais e 5,7 nas finais feito com a Comunitas e Claudia Costin.**

Principal desafio?

Legislação permissiva com a mão de obra. Impede o planejamento de uso da mão de obra. Hora planejamento é utilizada par ficar em casa ao invés de melhorar as condições do professor, que precisa ser motivado em formações para estar bem na sala de aula.

Qual sua opinião sobre o Pacto?

Num primeiro momento, achei que a prefeita estava sonhadora, para não dizer outra coisa. Eu tinha a convicção do velho pensamento de que o município não tem nada a ver com a segurança. Mas o Pacto é muito mais do que colocar polícia na rua. Ele trouxe as condições necessárias para que a sociedade entenda que o convívio harmônico pode acontecer se a gente respeitar um ao outro. **Em se tratando das escolas, o Pacto Pela Paz mudou o entendimento dos professores nas escolas. Eles se sentiam sozinhos, o professor tinha um problema com o aluno e ele não tinha a quem recorrer, ele já tinha até a visão de que o melhor era esperar que esse menino ou menina fizesse 15 anos e transferisse ela pro EJA para se livrar dele. Hoje não, hoje a prefeitura trabalha não mais em caixinhas. Hoje a secretaria de educação tem o apoio da saúde, a saúde da educação e com a assistência junto. Hoje o aluno tal não é mais conhecido porque ele é um problema, não é porque a família tem essas e aquelas dificuldades, hoje ele é conhecido de maneira geral, o que facilita trabalhar com essa criança e a família é vista de forma conjunta. Então o Pacto Pelotas Pela Paz mudou isso e mudou no secretário de educação, que não acreditava.**

Qual sua opinião sobre as metodologias?

Vou me referir mais ao ACT porque a outra metodologia foi trabalhada mais pela secretaria da saúde. Elas se interligam uma complementando a outra. Quando o ACT chegou, pela vivência que eu tinha de trabalho com a universidade, eu sempre tive muita dificuldade de trabalhar com a universidade federal, porque eu nunca sei o que a universidade quer, onde ela quer chegar, e no que ela quer explorar os municípios.

Então aqui eu primeiro resisti um pouco, depois quando a diretora de ensino Loreni chegou aqui e me disse que nós vamos usar as nossas coordenadoras como facilitadoras, eu disse ‘tu tá ficando louca, as mulheres já são assoberbadas de trabalho e nós vamos colocar mais coisas?’ E ela me disse ‘nós não podemos pensar em trabalho, temos que pensar que esta é uma metodologia que depois nós vamos aproveitá-la nas escolas e se hoje nós estamos trabalhando com a universidade, amanhã isso estará a serviço da educação infantil em Pelotas.’, então vamos tocar e depois eu fui numa sessão do programa e cheguei em casa e a minha esposa que é assistente social eu contei pra ela do que eu tinha assistido que era uma coisa nunca antes vista, ver uma mãe que batia e gritava com o filho que achava que o limite era com paulada se dava pela violência, dizendo que agora ela conversava, pedia pra ele fazer as coisas e ele já entendia que o limite estava chegando de outra maneira. Daquela reunião em diante eu soube que todo recurso que colocarmos aqui, eu disse no ato de encerramento, não podemos esperar 30 anos, a academia pode esperar pra saber os resultados, a sociedade não. A sociedade vai ter o ACT funcionando nas escolas, as nossas mães e professoras vão ter nas mãos uma ferramenta de convívio e de transformação pro bem que mostra que autoridade é uma coisa e autoritarismo é outra. A gente entende por que elas foram criadas de outra maneira, mas estão compreendendo que pode ser de uma outra maneira. Não precisa esperar 30 anos, a gente pode esperar 30 dias.

É papel do município trabalhar esses assuntos?

Hoje eu não tenho dúvida nenhuma de que é papel do município. Porque no município que a vida acontece. Quando tem um problema de uma criança sendo tratada com violência ele se transforma num aluno problema no fundamental, não precisava ter acontecido se já tivesse essa metodologia antes. O município precisa ter esse entendimento de que todos os marginais e presidiários passaram por uma escola e isso inicia aí na tenra idade, se nós não fizermos nada, não adianta depois com 14, 15 anos a gente querer atacar, é muito mais difícil e demorado. A cabeça já está feita com a revolta que ele tem da sociedade porque ele teve a violência dentro de casa. Ele se torna uma pessoa violenta. Quando tem um problema dessa família, ela não bate na porta do governador e sim Prefeito. Se os funcionários tiverem esse

entendimento, se isso se transformar numa cultura dentro do corpo funcional municipal, dentro de uma geração, vai estar diferente.

Hoje os professores se veem como agentes de prevenção à violência?

Na educação infantil os professores estão preparados para absorver isso. No fundamental nós temos dois tipos, os professores de series iniciais agem de uma forma, são permeáveis a esse tipo de formação, pra trabalhar isso. Mas os de séries finais, pela formação que eles têm na universidade, eles chegam e dão uma aula como se fosse um recado e vão embora, já são mais difíceis porque eles não têm o comprometimento que os das séries iniciais e da educação infantil têm.

A experiência da implementação das metodologias modificou ou confirmou o que a Sra. pensava sobre a UFPEL?

Absolutamente não confirmou. Foi um trabalho da universidade através do departamento de epidemiologia que teve um comportamento completamente diferente da experiência que eu tive com a universidade em outras oportunidades. Eles foram parceiros sempre, quando tinha dúvida e dificuldades eles tentavam se colocar ao lado da nossa equipe, junto, pra fazer a coisa acontecer.

O que poderia ter sido diferente?

Pela própria programação da pesquisa, nós iniciamos atropelando o tempo, mas o serviço público tem passos que não dá para saltar. Passos legais, como parecer da procuradoria, tanto do lado da prefeitura como da universidade. Demorou muito a assinatura do termo com a universidade por isso, foi muito atropelado. Outra coisa foram os livros que foram comprados e estão aqui ainda, ~~e que eu acho que eles nem precisavam porque não distribuíram~~. Esses pontos foram negativos. O resto, o trabalho em si, houve dificuldades, mas inerentes ao projeto. Levar pessoas que achavam que sabiam tudo porque são mães é complicado, então nas primeiras vezes tinha que agarrar e colocar dentro da van, na segunda ela já estava esperando e na terceira se precisasse ela ia a pé.

Institucionalmente foi isso?

A universidade tinha prazos a cumprir, mas nós não tínhamos a noção de tempo que a coordenação do Estudo Piá tinha, então a maior dificuldade no início foi essa.

Uma melhor comunicação teria ajudado no processo?

Quando aqui na secretaria trouxeram a ideia e se identificou que precisava de um convênio, ficou indefinido quem faria o convênio, se nós ou a procuradoria. Se tivéssemos sentado e conversado juntos, talvez aquele parecer tivesse saído na hora. Dificultou muito o isolamento de cada ente, nós mesmos dentro da prefeitura, a secretaria da saúde fazendo de um jeito, nós fazendo de outro e parando na mesma procuradoria pra eles perguntarem 'estão fazendo a mesma coisa de formas diferentes?'.
A sessão do ACT é diferente das atividades normais das professoras?

A sessão do ACT é diferente das atividades normais das professoras?

Completamente diferente, é um método inovador. Não tem como imaginar o que é sem assistir. Quando tu assistes é uma condução da pessoa para que ela mesma identifique quais as dificuldades de relacionamento ela tem com seus filhos. No início a resistência, mas daqui a pouco ela se dá conta de quanta coisa errada ela já fez e o caminho que ela tem que seguir.

O Método dá menos liberdade para a professora, isso é bom ou ruim?

O manual tem que ser mantido, senão cada um dá o seu toque pessoal e fica completamente distorcido. E o objetivo que é mudar o comportamento não vai acontecer.

É uma metodologia que já tinha sido testada e tinha evidência, isso fez diferença?

As pessoas que trouxeram isso para cá transmitiram isso aos facilitadores que eram os primeiros que tinham que acreditar. Se elas não acreditassem, nem iniciava. O treinamento prático, elas tiveram que aprender fazendo. Foram as primeiras que se deram conta de que era algo diferente. Isto eu vou aplicar agora com a UFPEL e depois na minha escola.

Qual seu grau de Satisfação?

Alto. **A primeira satisfação que eu sinto é que foi um trabalho que me fez mudar. Embora eu achasse que sabia tudo, e a gente sempre acha que sabe tudo, eu enxerguei perfeitamente como eu estava na contramão e, como responsável pela gestão da educação no município de Pelotas, como eu estava errado. Foi**

alto para mim próprio. E em relação à educação de Pelotas é máximo, se nós conseguirmos implementar em toda a educação infantil, e vamos conseguir, 2019 será um ano difícil, mas para isto aqui não vai faltar recurso.

G3

Qual sua visão sobre prevenção da violência?

Minha visão era polícia na rua prendendo bandido. Hoje vejo de uma forma mais ampla, a violência pode ser verbal, vejo através de fatores de risco, família estruturada, gestação precoce,

Qual tua motivação para o cargo de assessor na prefeitura?

Conhecer o trabalho na gestão pública e aumentar a rede de contatos. O que fez permanecer foi ver era bem pautado por administração, buscar analisar e processar a informação e direcionar o foco das ações. Não é diferente do que gerenciar uma empresa e este projeto.

Tem diferenças?

Sim porque este projeto é diferente.

Um dos grandes problemas na gestão é que não pauta decisão em cima de dados. Já o Pacto ajuda nisso

Metodologias: qual percepção

Depois que entendi o que é violência e papel dos fatores risco, foi fácil fazer o link a ver a importância das metodologias. Já tinha trabalhado em escolas sobre comportamento empreendedor das crianças e adolescentes. Prevenção tem relação com isso, trabalhar a criança e a família pra que quando adulto tenhamos uma sociedade mais pacificada.

Experiencia anterior foi importante

Sim, esse projeto anterior foi importante pra eu entender e ele mesmo tem relação com

Processo de implementação

Difícil, porque o ponto mais forte é o mais difícil que é a quebra de barreiras entre as secretarias e os partidos que compõem um governo. A separação entre as secretarias faz com que trabalhem em ilhas. O Pacto tem como proposto que interajam para solução conjunta. Isso exige saber ceder, resiliência. Foi o mais difícil, mas também a parte mais encantadora e a que gera mais benefícios para a prefeitura. As metodologias não geram só resultados para o Pacto Pelotas Pela Paz, mas também pra gestão da prefeitura e seus processos.

Quais benefícios

Na greve dos caminhoneiros a prefeita chamou o Gabinete de Gestão Integrada e o Comitê Integrado de Prevenção e vi ambos trabalhando junto com a PRF, ajudando a trazer caminhões que a saúde precisava com medicamentos, Brigada Militar apoiando esse traslado, a GM acompanhava quando chegava aqui até o pátio para descarregar os produtos. Várias outras cidades decretaram situação de emergência e Pelotas estava funcionando. O colega de rio grande me disse que nossa integração das forças deveria ser um case nacional, essa interação foi consequência do Pacto. Outros processos de prestação de contas a e tal mesmo que não tivesse relação com o Pacto, ficou mais fácil de solucionar problemas.

Quais problemas surgiram na implantação das método?

Inúmeros. O primeiro a dificuldade de algumas secretarias compreenderem o seu papel e a necessidade do seu envolvimento, não apenas de ser demandado e cumprir uma função, mas de entender que ele é o protagonista e puxar pra si a ação e seu gerenciamento. Até quase terminar o projeto as secretarias não puxaram pra si isso então ficou para um pequeno grupo de pessoas fazer isso. Outro problema também foi a documentação dos convênios com a UFPEL.

Por que os problemas das secretarias?

Atribuo a não entenderem o papel deles dentro do Pacto e acharem que trabalhavam por demanda. A PGM por exemplo no início aconselhou de uma forma sobre um

assunto, depois a Fazenda disse que tinha que ser de outra forma, meses depois a Fazenda entendeu que a primeira forma sugerida poderia ser feita. Então faltou as secretarias e órgãos da prefeitura chamarem para si a responsabilidade de resolver as coisas, sentarem juntas e acharem uma solução para o problema. Quando isso aconteceu, que infelizmente foi quase no fim do projeto, as coisas começaram a andar mais tranquilamente, sem penalizar tanto o pessoal da parte da implementação do projeto.

Sentiam que não era atribuição delas?

Fazer com essa engrenagem seja um trabalho de várias mãos. Quando não há o entendimento que aquilo também é uma atividade minha, mas para ser realizada com outras secretarias, e que não interessa se o recurso está saindo da secretaria A ou B, mas sim que o recurso vai beneficiar a população, então aí tende a ter um resultado melhor quando todos entendem isso.

Documentação dos convênios (burocracia)

O primeiro problema foi de modelo de convênio entre município e prefeitura. O primeiro modelo era um termo de parceria sem repasse de recursos, e o município faria o pagamento de todos os custos, auxílio às famílias, lanches etc. Quando isso chegou na Fazenda, entenderam que não era possível fazer, especialmente o pagamento do auxílio às mães, então tivemos que voltar atrás em algo que estava com tudo pronto para ser assinado. Tivemos que fazer então outro termo de cooperação técnica e financeira em que teríamos que fazer o repasse de recursos. Como existe toda um regramento e uma burocracia quando há repasse de recursos envolvidos, então teve que entrar em cena a Fundação da UFPEL, então só pela Federal eram 3 figuras jurídicas, a Universidade, a Fundação e o Centro de Pesquisa em Epidemiologia, e de outro lado o município. Então mudou tudo e o prazo para início do projeto já tinha se esgotado e nós começamos o projeto sem ter esse convênio firmado e isso foi um dos grandes desafios.

O que aconteceu depois foi que sem ter esse convênio tivemos que encontrar formas diferentes para que o benefício chegasse na mão das famílias, então pessoas tiveram que usar uma figura de XXXXXXXX junto à prefeitura para repassar o recurso às famílias na expectativa de serem ressarcidos depois da assinatura do convênio. Outro

desafio foi também foi junto à Secretaria de Educação cooperar e entender que ela deveria fazer com que os lanches fossem disponibilizados e os espaços das escolas, que pudessem liberar profissionais para apoiar a implementação como foi o caso dos cuidadores, assim como as coordenadoras pedagógicas que foram as facilitadoras do ACT, dentro das escolas foi o desafio o entendimento de que era importante liberar essas coordenadoras e dar também tempo para que se preparassem. Mas o interessante foi que o grupo que estava à frente deixou de acreditar. Estava chovendo forte, mas o pessoal seguiu caminhando debaixo de chuva sabendo que um dia bonito em algum momento ia aparecer e foi isso que aconteceu. Então a gente resolvia os problemas daquele dia.

Quanto tempo tu colocaste nesse processo?

Não sei, houve muitos dias em que foi desde a hora que eu acordei até 8 ou 9 da noite. O setor de convênios da UFPEL por exemplo fica aberto até mais tarde então teve dias que eu fui 6 vezes lá no setor. Aí fazia com eles o termo, levava na PGM, o procurador olhava e dizia que tinha um erro, voltava no setor de convênios, fazia de novo. Era difícil fazer uma reunião com o procurador e o pessoal dos convênios juntos, então tinha que ir e vir. Na PGM os procuradores as vezes eles tinham ideias divergentes sobre o mesmo tópico e ficavam em dúvida sobre o que fazer. Isso sobre o convênio, mas teve toda a função do auxílio às famílias, desde o envelope, o recibo ao carro para levar, a Guarda Municipal Integrado de Prevenção nos ajudou, mas às vezes não tinha carro, tinha que correr pra pedir carro emprestado nas secretarias; os notebooks que os facilitadores precisavam para a sessão, quem tem computador e tal. Tinha muitos pequenos problemas para serem resolvidos. Já mais para o final, as coisas entraram mais nos trilhos, os secretários começaram a apoiar mais. Até problemas de comunicação, tem sempre aqueles que torcem para dar errado, então às vezes era papel de um secretário fazer tal coisa, não fazia e ia dizer à prefeita que eu que não tinha feito. Já tinha bastante trabalho e ainda assim tinha que apagar os incêndios que as pessoas causavam.

Isso foi em razão de ser um projeto intersetorial?

Muito disso aconteceu porque era um projeto intersetorial e porque era um projeto novo no município. Fazer um projeto para avaliar se há resultado, para então aplicar

como política pública? Eu nunca tinha ouvido falar, nem as demais pessoas envolvidas.

O que poderia ter sido feito?

Algumas coisas não podiam ter sido diferentes. Coisas novas sempre geram stress e atrito, num lugar tão grande como uma prefeitura é difícil encontrar uma uniformidade. Mas algumas coisas poderiam ter ajudado, por exemplo, uma reunião com o Cip da saúde, educação, fazenda e da PGM poderíamos ter tido um consenso sobre o formato da parceria para executar as ações. Porque o problema não foi tanto o volume de trabalho do projeto, mas sim o volume de retrabalho que se teve e o Cip nesse sentido foi a falta de alinhamento. E com a UFPEL. Talvez tenha faltado essa reunião geral.

Por ser um estudo com a universidade impactou?

Impactou de forma negativa em alguns setores, que acreditavam que o recurso que estava sendo investido era para que “algumas pessoas pudessem concluir seu doutorado” e falavam isso abertamente. Eu acho que isso faz parte por ser algo tão novo para todos. Num segundo momento, quando se entendeu o papel e a importância da Universidade no projeto, foi muito bom porque deu credibilidade a todo o processo. Quem está de fora vê com bons olhos porque a implementação

O que mais tinha de diferente nesse projeto?

O pessoal da Federal tinha brilho nos olhos via com bons olhos o poder público buscando apoio na pesquisa, também como algo inédito.

O que fez mudar o entendimento?

Um dos fatores foi o evento que houve em que o professor Joe palestrou, ajudou a alinhar a percepção. Mas também muito a prefeita na conversa dela com os secretários que dizer que era prioridade do governo de forma direta e objetiva com os secretários. Demorou um pouco para cair a ficha de algumas secretarias, mas a constância de fala dela vez com que todos se alinhassem do meio para o final. No evento de encerramento, já nos discursos houve um até um mea-culpa de reconhecer que não se tinha o entendimento da importância do que estava sendo feito ali e isso me chamou a atenção.

Diferencial das metodologias:

Sim, uma das coisas que o Pacto tem gerado nos profissionais na ponta é eles poderem enxergar a contribuição ou o papel deles. Por um lado, se a cidade hoje está violenta é porque o trabalho da rede na ponta talvez não tenha cumprido com todos os objetivos e o Pacto fez com que os servidores vissem isso. A rede começou a enxergar melhor seu papel dentro do tema da violência, e as metodologias ajudaram eles a ver isso no sentido de que é como o ditado 'o que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; e o que eu faço, eu aprendo'. Então, por outro lado, a aplicação das metodologias, esse fazer, fez com que todos os envolvidos e mais, porque isso certamente teve eco dentro da prefeitura, eu vi dar eco, fez com que as pessoas vissem a importância do trabalho delas e o Cip efetiva de todos nos resultados.

Satisfação:

Eu fiquei extremamente satisfeito por ter participado do Cip e agradeço a oportunidade de estar aqui, à prefeita, aos consultores do Instituto Cidade Segura, ao município, a forma como sou recebido em todas as secretarias e outras entidades relacionadas ao Pacto e ver as polícias falando sobre como esse processo tem contribuído para diminuir o crime na cidade e de como isso impacta para encontrar soluções para todos os problemas da cidade. Mas eu também acho que sempre poderia ter feito melhor, eu entrei muito cru, errei em muita coisa, ainda que melhorar muito, por exemplo em como conduzir algumas secretarias para que atuem de forma mais integrada no Pacto, como lidar com algumas pessoas para tirar o melhor delas etc. Eu acho que tem como fazer melhor.

Apêndice D - Transcrição das entrevistas com Pesquisadores da UFPEL**P1****Qual o seu papel nessa pesquisa? Qual sua função?**

Eu sou coordenador da pesquisa/estudo piá, sou professor na UFPEL. Eu sugeri as duas metodologias que foram aplicadas e fiquei responsável por avaliar estas metodologias no projeto.

Qual foi a motivação inicial deste processo?

A motivação, num sentido bem longo, na minha carreira estudando violência e trabalhando sobre fatores de risco para a violência, mas eu nunca tinha entrado na área de prevenção no meu trabalho. E vindo para pelotas... (3:35), três anos atrás, eu percebi que gostaria de trabalhar mais nesse sentido, fazendo pesquisas de fatores de risco, especialmente tenho interesse na primeira infância, então eu já tinha decidido que eu iria trabalhar mais na corte de 2015 aqui. Eu tenho uma influência pela minha mãe que trabalha em ensaios randomizados avaliando metodologias, além do meu treinamento nessa área que enfatiza a importância disso também. Eu tento lembrar onde surgiu a primeira ideia,... (4:41), quando eu cheguei aqui as crianças tinham pouco menos de dois anos e eu pensei “Essas crianças vão continuar crescendo e teremos apenas uma oportunidade, agora, de fazer qualquer intervenção para estudar os efeitos”. Eu já tinha contato com o Conte Comigo por minha mãe então eu sabia da metodologia e das promessas de ajudar com atenção, linguagem e eu, ela e... (5:33) já conversamos sobre a possibilidade de que isto também poderia diminuir a agressão. Então eu já tinha um desejo para implementar a Conte Comigo como uma subamostra da corte e avaliar o impacto então eu já estava preparado e com uma motivação quando vocês do Instituto junto com o Bruno, eu me lembro a primeira vez vocês vieram até mim e me contaram do Pacto e o Pacto foi bem interessante para mim e para minha área de pesquisa. Então como eu lembro nós tivemos uma conversa comigo desenvolvendo e aprendendo um pouco sobre pactos e pensamos juntos no que eu poderia ajudar e perceberam que eu trabalhava mais na primeira infância e começamos a conversar mais sobre isso. Até então eu só tinha motivação para estudar a Conte Comigo, mas eu olhei o Pacto e assumi, sem perguntar a ninguém, que para vocês era importante prevenir violência contra as crianças também, ou seja,

eu imaginei que Conte Comigo sozinho não seria suficiente para seus fins e eu sugeri também essa outra metodologia para prevenir a violência contra o Act. Então a resposta final é que eu já tinha o desejo de avaliar a Conte Comigo e eu achei a proposta do pacto bem interessante e eu vi uma oportunidade de encaixar interesses em comum para realizar o projeto.

Você já tinha alguma experiência trabalhando com algum parceiro que não estritamente a universidade?

Essa com certeza foi a maior experiência e em termos de projeto de pesquisa nunca tive um objeto em comum, como o que estamos tentando realizar. Por exemplo, eu fiz meu doutorado indo para um presídio e fazendo entrevistas, eu tinha que trabalhar com o pessoal de lá. Mas nunca trabalhei em um projeto junto de pessoas de fora da universidade como parceiro nesse sentido.

Porque o Pacto te pareceu importante?

Porque o objetivo é diminuir a violência, e é minha área de pesquisa, eu acho bem importante e porque teve dois princípios que eu entendi que o Instituto trouxe e a prefeitura gostou muito de basear a proposta do Pacto em evidencia e de ter muito de prevenção além de repressão.

Qual foi sua expectativa quando essa parceria começou a ser montada?

Eu esperei que a gente conseguisse realizar um ensaio randomizado onde nós realizaríamos as duas metodologias e no final conseguíssemos resultados sobre o impacto, esta era a esperança básica. Tinha uma coisa que nós dois conversamos em particular no início, e eu acho que não resolvemos muito bem. Eu tinha uma esperança, que eu basicamente ficaria envolvido somente no centro de pesquisa, e a Prefeitura e o Instituto não sabiam fazer a parte das metodologias, então eu tinha essa esperança de como ia funcionar, mas no final o que eu estava esperando era o projeto de realizar esse estudo.

E então se deu início a um processo que levou em média um ano. Que obstáculos surgiram nesse processo de implementação?

O primeiro era financeiro, porque eu não tinha nenhum real no início, aqui na universidade, para o projeto. E a prefeitura tava querendo fazer o projeto igual a mim. Nós tivemos uma conversa sobre o orçamento e não nos comunicamos muito bem, e sem fazer nenhuma planilha eu acabei simplesmente chutando os valores que eu precisaria aqui para realizar a parte de avaliações. E a gente deveria ter tido mais

conversas claras sobre tal. Eu deveria ter pensado melhor no que seria necessário. Porque eu imaginei muito mais dinheiro para o Pacto total. Hoje eu vejo que o que foi dedicado foi significativo dentro do que a Prefeitura tem. Mas eu comecei a observar que talvez desse para implementar isso onde tenha as avaliações, então como sabe eu fiz um pedido para...(14:25) imaginando que eu iria acabar realizando a pesquisa de qualquer forma sem ganhar desses lugares e eu faria alguma coisa, o melhor possível, bem baratinho. Com a dificuldade de disponibilidade da Clínica... (15:00) eu sabia que tudo tinha que ser feito esse ano então eu não tinha a possibilidade de esperar a resposta da...(15:10) e ao invés disso planejar tudo com a possibilidade de não ganhar dinheiro, não sabendo muito bem quando ia vir pra cá e sem dinheiro para fazer todo o planejamento. Então aqueles primeiros meses felizmente foram difíceis, sem recursos e sem saber quanto recurso teria, esta foi a primeira dificuldade. O segundo obstáculo era o de não saber como fazer um ensaio randomizado, não ter experiência de fazer, porque lendo um artigo de ensaio randomizado parece que a teoria é simples, mas eu não sabia do número de complexidades das coisas envolvidas que não são escritas em artigos, felizmente... (16:33) tem muita experiência e eu pedi muita ajuda dele sobre varias coisas. E isto esta ligado ao terceiro problema que era ser docente com muitas outras responsabilidades, uma questão de tempo principalmente, que só aumentava o quanto eu precisaria dedicar nesse processo, mas eu tenho muitos outros compromissos, então isso foi difícil. Ao lado disso, na verdade eu percebo que tem outro fator individual, eu não sou brasileiro, então coisas básicas que outros entendem sem ter que pensar eu não entendo. Isso principalmente impactou a questão da Prefeitura e como funciona a Prefeitura e o que eu posso esperar da Prefeitura. Talvez um outro professor aqui teria a experiência de saber, isso vai envolver tudo que envolveu, eu não tinha noção disso. Então isso chega nas dificuldades logísticas que a gente tinha. Se a gente chega no projeto começando, tinha os dois lados, aqui avaliando a logística de implementar as metodologias, eu acho que tinham questões aqui nas avaliações, mas a maior dificuldade foi em relação à logística das metodologias, aqui só brevemente então as dificuldades foram a rapidez quando a gente recebeu a noticia...(19:23) e o prazo pra começar a avaliar as mães era excepcionalmente curto, então para começar a preparar os instrumentos, etc era bem difícil. E eu não tinha experiência aqui de coordenar este tipo de projeto. E tinha outras coisas pequenas que era mais quando

estávamos começando, a greve impactou as avaliações começando, a copa, todas essas coisas. Basicamente a equipe, as pessoas aqui, já estavam mais acostumadas avaliar amostras da população, das cortes, então tinham mais experiência que eu. No final a gente montou uma equipe que conseguiu fazer essa parte bem. Ai essa parte da logística, das metodologias, por minha parte, a primeira coisa foi em relação à act a gente tinha dificuldade de ter um compromisso e organizar para o treinamento, com o Conte Comigo são meus pais então era mais fácil pegar um compromisso. **No contato com a prefeitura?** Não, não sei se você lembra, mas começou na verdade com a PUC... (21:36). Ai claro, depois de tudo funcionar quais foram os principais problemas, os facilitadores... (21:50) conhecimento para aprender o programa, a metodologia facilmente, e tempo, então as principais dificuldades para o act. Ai é aquela questão de tudo ficar sincronizado, primeiro a logística da implementação, necessitava dos livros vindo... (22:50) tudo organizado sobre o treinamento, os lanches, etc, principalmente para mim uma prefeitura, qualquer uma no Brasil não estão aptas a organizar realizar projetos bem porque eles trabalham, parece para mim, com regras bem rígidas que constroem o que é possível. Porque por exemplo os livros não foram organizados e chegaram aqui só no final do projeto, e como eu entendi tinha dinheiro alocado, pelo menos na teoria, pela prefeita em janeiro. E eu, aqui em outro ambiente, comprei livros que chegaram na próxima semana, e eu fiz isso varias vezes porque senão projeto iria parar. Então era tudo novo para mim, é claro, qualquer instituição publica você espera mais dificuldade que isso. No final de dez, onze meses esse é o exemplo principal de varias outras dificuldades para os livros.

Nós fizemos um papel de ponte neste projeto. Como foi o processo de comunicação neste processo de implementação, no seu ponto de vista?

Eu me senti muito bem para conversar com vocês e pensar sobre o projeto, mas eu tinha essa sensação que a prefeitura era esse edifício enorme e escuro que eu não tinha noção de como funciona. Eu acho que foi bem colocado que vocês foram pontes para mim nesse sentido, e eu cheguei a trabalhar mais perto deles do que eu imaginei e tudo bem, eu percebi que sem vocês terem se envolvido nesse sentido teria sido muito mais difícil até um ponto onde pudesse ser impossível ter realizado o que fizemos.

Alem dos livros, claro, houve uma serie de outras dificuldades logísticas. Você apontaria a questão dos livros como mais emblemática?

Eu acho que sim, mas claro que foi um problema que sem eu resolver, com o recurso que dispúnhamos, o projeto poderia ter acabado. Então foi talvez um dos mais graves problemas, que felizmente tinha uma solução. Mas como emblemáticos existiam outros parecidos. Parece por mim uma falta de experiência, eu sentia uma boa vontade das pessoas que estavam trabalhando comigo, queriam fazer as coisas mesmo com complicações, mas a falta de experiência, dentro dos limites, era muito grande. Então essa questão de entregar, por exemplo, os livros para as mães... (4:44) eles fizeram, talvez se a gente pensar em termos gerais, muito bem uma tentativa, mas não conseguiram atingir o que era necessário. Felizmente com os recursos que eu tinha... (5:08) eu consegui preencher essas lacunas, etc. a gente assumiu isso de novo. Então no projeto minha experiência era isso, eu não estou culpando ninguém, mas existiam várias falhas e felizmente com a experiência da equipe aqui, com recursos amplos, eu consegui colocar coisas para isso ser resolvido.

Você faria novamente um projeto em parceria com a prefeitura?

Olha, esse ano, durante o período mais difícil, eu tive que refletir muito sobre a vida e o trabalho. Eu não deveria assumir coisas que vão impactar na minha vida, com a minha família como isso. Para mim foi difícil muito do trabalho, mas foi o trabalho que significou mais na minha carreira. Eu faria de novo para poder conseguir onde estamos hoje, mas um novo projeto eu acho que não faria.

A prefeitura fez isso com o objetivo de aplicar uma política pública depois. De que forma, como pesquisador, você enxerga essa ponte entre a Academia, o Mundo Científico e o Mundo Político/Público? Tendo visto todas essas dificuldades que são impactadas na prefeitura por diversas razões, inclusive pela política, inclusive por questões que fogem, que são estranhas ao Mundo Acadêmico. Por outro lado tem um conhecimento sendo produzido aqui e ele ficando apenas dentro da Academia, ele tem uma amplitude e o Setor Público esse lugar que ele pode ganhar uma amplitude maior. Então de que forma você enxerga tendo visto essas dificuldades todas que a gente pode pensar em ter uma política pública baseada em evidência ou seria muito difícil de isso acontecer?

Uma política pública baseada em evidencia não requer esse tipo de parceiro, porque o objetivo desse projeto é de conduzir evidência, e na verdade é possível fazer isso sem ser entre esse parceiro. A grande maioria das pesquisas só pode ser feita pela Universidade. Por exemplo, com o ACT no Brasil, todos os outros estão fazendo só dentro da Universidade.

E você acha que só fazendo essa experiência, impacta de alguma forma sua visão? Você percebeu uma mudança de alguma forma ou não? Alguma mudança aqui de dentro e também nos atores que eram da prefeitura. Sobre essa comunicação, essa parceria entre a Academia e o Setor Público.

Você perguntou antes se eu faria de novo, provavelmente não, mas não é certo, então se eu fizesse de novo seria com uma visão e com um entendimento das dificuldades, dentro de uma prefeitura para realizar esse tipo de projeto. Mas o que mais mudou, os valores para os pesquisadores trabalharem um pouco fora da Universidade, eu ganhei muito em termos de experiência, eu conheci pessoas diferentes, pessoas trabalhando fora da Universidade. O que eu acho interessante, conhecendo mais realidade de onde este tipo de metodologia seria implementado. Eu acho que tem uma tensão entre uma Universidade fazer uma pesquisa sozinha e talvez realizar intervenções com menos problemas desse tipo e implementar uma qualidade alta para um estudo de eficácia e a questão de uma política pública precisa saber que realizando essas metodologias na realidade do contexto não é como é feito na Universidade. Então eu tenho uma nova visão dessa tensão e sei bem como deve ser resolvido. Provavelmente os estudos iniciais de eficácia devem ser feitos dentro da Universidade e essa questão de escala maior é quando passaria mais... (12:23) no geral.

Qual seu grau de Satisfação?

Eu tive muita satisfação de ter participado e de no final ter sido um sucesso. A verdade é que não existiam culpas pra colocar, mas eram muito frustrantes as experiências, que na minha visão, eram falhas nos parceiros para realizar algumas coisas necessárias. E eu tinha a sensação de no final ter que colocar minha equipe e meus recursos para resolver. Eu tentei fazer isso sem sentir um mal estar porque eu tinha que entender porque estava falhando para culpar pessoas, mas eu carreguei um pouco de dificuldade nesse sentido para me manter, temos que olhar isso de forma prática e eu acho que as vezes a comunicação sobre essas dificuldades não era

perfeita. Mas eu acho que o Samuel, assim como você e Maria, fizeram muito bem sobre isso. Mas eu tinha a sensação que talvez a Prefeita até hoje, talvez não saiba como estava acontecendo. Então na verdade eu sinto que coloquei muito mais no projeto do que estava comprometido. Mas eu estava querendo uma coisa para mim e querendo ajudar o Pacto, talvez eu estivesse querendo um pouco mais de reconhecimento do fato de que eu estava assumindo mais coisas do que, pelo menos eu, tinha imaginado nessa colaboração. Mas eu também nunca deixei isso bem claro, nunca chamei a Prefeita para deixar isso claro. No final estou muito feliz, acho que foi bem legal e acho que realmente foi um sucesso, especialmente quando a gente pensa nos limites que tivemos.

P2

Me fale um pouco do seu papel no Estudo Piá.

Meu papel foi relacionado a logística dos grupos das intervenções. Tudo relacionado ao acontecimento: ao acontecimento desses grupos, das mães irem pros grupos, da logística do grupo, onde vai acontecer o grupo, os grupos durante todas as semanas. A questão das vans: quais mães iam, quais não iam nas vans, etc.

Você já tinha tido alguma experiência relacionada a isso?

Eu sou formada em Engenharia de Produção, o que tem a ver, mas a experiência em si não. O inicial, pelo que entendi do projeto, eu não ficaria tanto com esse geral, mas acho que eles não tinham a dimensão do que seria a logística, tanto que começou só comigo, era apenas eu que ia até as reuniões na Prefeitura, aquela coisa toda, então ficou eu e mais outra colega, e no fim, eu e mais cinco. Acho que eles não tinham a dimensão, foi aumentando o número de grupos, controle, planilhas e muitas coisas para controlar que não dava só para uma pessoa. Mas experiência em si eu não tinha tido, o que eu tinha era a parte teórica, que eu apliquei e no fim deu tudo certo.

Qual era sua expectativa no início?

Confesso que me assustei um pouco, no início era uma coisa bem menor e começou a aumentar e aumentar e eu comecei a me assustar com aquilo. Então lá em agosto já eram trinta e tantos grupos, imagina você gerenciar trinta e tantos grupos com dez mães, mas agora eu olho pra trás e vejo tudo o que eu consegui fazer e é fantástico, uma experiência incrível.

Especificamente, quais eram as suas funções e as da equipe que acabou coordenando?

Eu gerenciava todos, mas tinha uma pessoa pra fazer os reagendamentos que lidava só com os reagendamentos das mães que não iam nos grupos, tinha duas meninas relacionadas às vans, tinha outra só com relação às chamadas para verificar qual mãe ia, qual mãe não ia para poder marcar na planilha e tinha outra trabalhava só com ligações, pra confirmar porque a gente ligava uma semana antes pro agendamento e falávamos: “Seu grupo é tal dia semana que vem”, e depois ligávamos um dia antes para lembrar elas de ir no grupo. Então cada uma dessas meninas tinha essa função e eu gerenciava todas elas, eu criava todas as planilhas que a gente organizava. Claro, nas reuniões com o Joe eu ia passando para ele, ele ia me passando alguma coisa que precisava melhorar e assim íamos fazendo. Eu era mais o gerenciamento de todas as áreas, criação de planilhas, criação de controles de orçamento.

Muitas coisas surgiram no caminho e você foi criando as planilhas, correto?

Desde o início a gente criou, não tínhamos nada, teve uma ou duas planilhas eu acho que a Rafa me ajudou, a Rafa e a Adri me ajudaram, porque elas eram do Banco de Dados. Então o resto eu fui criando, mas não tínhamos nada no início, foi montado conforme a necessidade.

Entre essas funções que vocês fizeram, qual era a mais difícil, o que vocês tinham menos retorno das mães?

Os reagendamentos, era bem difícil, ou porque elas não atendiam, ou porque elas diziam que iriam e não iam, ou nós não conseguíamos falar com a mãe em específico e falava com um parente dela e ele ficava de dar o recado e não dava, o que fazia com que perdêssemos aquele grupo. E isso vai passando, vai passando e acaba atrapalhando um pouco porque a mãe não conseguiu acompanhar aquele grupo, então ela ia para outro grupo. Acabou que tiveram mães que acabaram “pipocando”, terminaram, mas não em seu grupo correto. Esta parte foi bem difícil.

Elas [as mães] davam alguma justificativa, por não ter ido?

Algumas davam, outras você via que davam mas não era verdade. Algumas, quando tínhamos muita dificuldade ou não conseguíamos contato, nós íamos até a casa e mesmo assim às vezes elas não iam. Então essa era a parte mais complicada, não digo nem o reagendamento, o problema era o próprio agendamento e consequentemente o reagendamento.

Alguma coisa foi feita para aumentar essa adesão?

As vans, os sorteios dos tablets pras mães que foram todas as sessões.

E quando vocês decidiram contar para as mães sobre os sorteios?

Não foi no início, mas foi logo em seguida. Já começamos a ver nas reuniões da Prefeitura que a adesão não estava tão boa e começamos a pensar em alternativas. Então foram as vans, os tablets, acho que foram essas duas. Foi uma pena que as vans não pudessem ter ido em todas as sessões, desde o início, assim a adesão teria sido bem melhor.

Teve um crescimento, do meio para o fim, de adesão?

Na realidade não, o que aconteceu foi que a partir do momento que colocamos as vans, os grupos aumentaram e as coisas começaram a melhorar.

Existiu uma mudança em algum momento da forma como o convite era feito aqui, você lembra que uns vídeos foram feitos e mostrado pras mães, você percebeu algum impacto nesse momento do convite?

Até mesmo nas vans eram mostrados os vídeos, mas sinceramente não fez tanta diferença, com certeza o que mais impactou foi a van. E pra algumas foi o sorteio dos tablets, porque a gente sabe que algumas mães foram em todos os encontros pelos tablets.

Por outro lado, você fazia essa interlocução com a prefeitura, como foi esse processo pra você?

As reuniões pra mim eram tranquilas, talvez lidar com algumas pessoas tenha sido mais difícil pelo próprio jeito, mas tranquilo, consegui lidar com todo mundo. Também tinha as limitações da prefeitura, limitações que nos faziam ter que arcar com certas coisas aqui, mas no resto foi tudo tranquilo, consegui trabalhar e fazer tudo o que eu precisava.

Você acha que a característica das metodologias, impactou de alguma forma, justamente dessa execução da prefeitura? O que você identifica que foram coisas difíceis pra prefeitura com seu olhar de observadora externa? O que você acha que dificultou um pouco na execução da parte deles?

A função dos livros, por exemplo, dificultou um pouco porque tivemos que ficar comprando aqui, e ficava aquela função de “será que vai dar, será que não vai dar” e acabar gastando mais. Então aquela coisa de você ter uma previsão e não acontecer, isso várias vezes e por vários meses só não chegou a impactar nos grupos porque a

gente teve suporte, mas poderia ter impactado se não tivéssemos o dinheiro pra conseguir comprar. Mas o negocio da van que mais me surpreendeu, as mães comemoravam quando tinha van. Porque assim, era eu quem decidia quando teria van e pra onde iriam, se chovesse, se fosse muito longe, etc. Algumas tiveram privilégios e outras não porque senão sairia muito caro, van para todas. Mas era visível a diferença, as crianças adoravam e as mães também.

Na sua visão como pesquisadora faz sentido a universidade fazer parceria com o poder publico?

Total, faz todo sentido, até porque agora vai se tornar uma política pública e eu acho fantástico isso, porque não adianta nada tu pesquisar e não ir adiante, só ter a pesquisa e não utilizar nada do que tu pesquisou. Então se você fizer uma parceria com o poder publico fica mais fácil isso virar uma política publica, de conseguir utilizar na comunidade, conseguir utilizar e dar exemplo. Então faz todo sentido, mesmo com dificuldades aqui e ali, mas também temos dificuldades aqui, não é só na prefeitura.

Quais dificuldades vocês tiveram aqui?

As dificuldades que eu vejo é quando tínhamos que dar suporte pras coisas que a prefeitura não conseguia. Os livros, os auxílios que foi quando a Prefeitura começou a pagar e depois foi pela gente aqui, foi uma burocracia enorme. No inicio quando a gente começou a pagar, eu só fazia isso, passei muita coisa pras gurias, porque era um monte de papeis, colocar nome, identidade, etc. Isso acabou atrapalhando o andamento do setor, claro, eu consegui passar pras gurias, mas era ruim. As dificuldades que tivemos foi quando precisamos dar auxilio pra Prefeitura.

Qual teu grau de satisfação nesse projeto?

Alto, altíssimo, adorei fazer parte desse projeto, foi fantástico. Escutar algumas mães e alguns relatos, ver o quanto fez bem pras crianças. Ainda mais por serem crianças de poder aquisitivo bem baixo, então você sabe que ajudou, querendo ou não você ajudou. Valeu a pena, com certeza faria tudo de novo.

Apêndice E – Transcrição das entrevistas com as mães dos Programas Conte Comigo e ACT

PROGRAMA CONTE COMIGO

1. M1

O que fez você comparecer a primeira sessão do curso?

Eu decidi comparecer por causa da minha filha. Me disseram que seria bom para o desenvolvimento da criança, que nós iríamos conversar, estudar, me ajudar a fazer com que desenvolva os sentidos e números. Então eu fui, acabei gostando e fui até o final. E foi bom, aprendi a lidar com as emoções, como ensinar ela os números e sentimentos. Gostei muito.

Você continuou indo às sessões?

Fui a todas.

Quais suas expectativas antes de começar?

No começo teve um sorteio pra decidir se seria o das mães ou o das crianças. Eu tive uma maior expectativa sobre as mães. Por juntar todas nós e a gente poder falar sobre o dia-a-dia das crianças. Mas esse não teve e ficou só o Conte Comigo, que é o das crianças.

A ajuda financeira foi importante para você ter estado presente nas sessões ou você teria ido mesmo sem ela?

Teria ido mesmo se não tivesse, porque era bem pertinho de casa.

Como você classifica a qualidade desses encontros?

Foi muito bom, eu gostei e fiquei muito triste quando acabou. E a gente foi convivendo né, e eram todos os sábados, era muito bom.

Sobre a estrutura física, local, equipamentos, qual é sua opinião?

Tinha tudo, tinha telão, tinha tudo organizadinho. Tudo era explicado detalhadamente, foi feito até um grupo no whatsapp pra gente se envolver.

E a instrutora Francine foi atenciosa?

Foi atenciosa sim, para todas as mães, tratava todas iguais. Era bem clara nas explicações, dava para entender nitidamente.

E como foi sua relação com as outras mães? Foi possível estabelecer um vínculo?

Eram poucas mães né, no início eram só eu e mais uma. Ai no final apareceu outra mãe. Mas nos ainda mantemos contato, somos amigas.

Você sabe que esse projeto é uma parceria aqui do centro com a prefeitura de Pelotas né. Por exemplo, a Francine trabalha na prefeitura. Você sente alguma diferença entre esse contato com a Francine e o contato que você teve com algum outro projeto da prefeitura?

Acho que não, não tinha nenhuma diferença. Eu até tive um conato com o PIM que foi muito interessante, eles ajudavam não só a criança como a família, iam até a casa, ensinavam pras crianças as cores, mas era bastante pra a família em geral, eles tinham psicólogos, ajudavam bastante a família toda, era bem legal.

E agora que você sabe que esse projeto é uma parceria com a prefeitura. Você acha que é função deles tratar desses assuntos vistos no Conte Comigo?

Com certeza, acho que assim ajudaria as crianças. Assim, no meu ponto de vista a gente aprendeu a ensinar mais as crianças com livros, viver num ambiente mais em família. Hoje em dia tu pega uma criança de dois ou três anos e ela tá no celular ou no tablet. Nessas reuniões nós aprendemos que dar um livro, ir à biblioteca ou fazer uma poesia é muito bom. Eu a levei pra livraria pra ela olhar os livros, os bichinhos, é um ambiente diferente né, é um convívio em família. Eu gostei muito do Conte Comigo por que ele era um ambiente muito familiar, ensinava a criança a ler um livro, tirar um pouco do celular, isso tudo é muito bom. Me ajudou bastante.

Você acha que hoje comparando com antes do curso, você consegue compartilhar livros melhor com a Madalena?

Claro. Oito horas da noite eu chegava do serviço e ela ia direto pro celular, agora não. Oito horas da noite a Madalena vai pro banho e depois pede pra eu ler um livro. Antigamente eu era a única na cama só no celular e se me pedisse pra ler eu dizia que não podia, ai a criança se torna rebelde pra poder chamar atenção.

E agora você consegue ficar alguns minutos com ela compartilhando um livro. Quanto tempo vocês ficam lendo?

Consgo. Fico uma meia hora, brincando e lendo um livro.

Antes você conseguia fazer isso?

Não, não conseguia. Antes a gente colocava um desenho ou algo pra ver se ela ficava quieta.

E no curso eles falam muito de não dizer “não” pra criança. Como foi isso para você?

Isso foi difícil. Eu falei com a Fran e ela disse para nos comunicarmos e se desse uma vontade de dizer não, que eu ligasse pra ela. No início foi difícil mas depois fui aprendendo. Foi muito bom, porque tu incentiva a criança né. Quando você diz não, parece que isso trava a criança, ai ela fica emburrada e já não quer mais ler o livro. Mas com o sim você já vai puxando outras coisas.

Você viveu alguma situação de violência na sua infância?

Não, não vivi.

Então isso não teve uma influência forte.

Eu não vivi com meu pai e minha mãe né, vivi com minha vó. Só eu, minha vó e meu tio.

Você sentiu alguma necessidade de mudar a educação que você da pra Madalena?

Muito, eu não consigo bater na minha filha, eu não consigo gritar. Porque eu vivi em um ambiente de muita turbulência, de brigas. Até hoje eu sofro com isso, ficou no meu psicológico. Mas eu tento não passar isso pra minha filha, eu tento ser a mãe que eu não tive, a que eu gostaria de ter tido. Mas sempre no limite, claro. Quando tem que ser não, é não. Quando precisa de castigo eu coloco.

E o curso te ajudou em talvez te tornar uma mãe melhor?

Me ajudou bastante.

Você tem só a Madalena ou tem mais filhos?

Não, eu tenho mais três meninas. Mas as outras já são grandes, a mais velha vai fazer 15 anos.

O curso te ajudou de alguma forma com as suas outras crianças?

Não, na verdade as outras crianças são mais calmas. Eu não sei por que a Madalena é diferente das outras, mais elétrica. Mas ela nasceu antes do tempo porque eu tomei muita medicação, ela foi prematura. Então ela não nasceu com os órgãos totalmente maduros, eu não consegui tomar o Corticóide. Então ela nasceu com problema de coração, não formou o coração, não formou o pulmão, nada. Então a família se reuniu, como se a Madalena fosse um cristal. A turma do Conte Comigo me deu mais estrutura do que os de casa, e eu tava precisando. A Francine por exemplo, disse que se eu visse ela chutando era pra por de castigo, aí chega meu esposo, vê ela chorando, e diz que eu to matando a guria. Mas a Francine pediu pra chamar o meu esposo, pra ela ensinar ele também. Ai ela interpretava a Madalena, meu esposo ria com isso, e quando ele viu como ela agia ele falou: “Caramba, assim até parece uma criança manipuladora”. Então ela explicou que não é por ser má, mas a criança é manipuladora. E no momento em que a mãe xingar ela e o pai corrige, quando acontecer de novo ela sabe que o pai vai estar lá pra salvar ela. A partir do momento em que nós nos juntamos e o pai falou que não iria se meter porque foi a mãe que colocou de castigo, isso me ajudou um monte.

Você acha que esse curso ajudaria outras pessoas também?

Eu acho sim. Em matéria de tudo isso. Tanto no psicológico quanto no crescimento e ensinamento da criança.

O seu relacionamento, seu vínculo com a Madalena, melhorou depois do curso?

Melhorou muito.

Qual sua opinião geral sobre o programa?

É um programa bom, muito bom. Pena que acabou né. Se tivessem mais coisas seria melhor, era apenas nos sábados e não podíamos mexer em nada. Mas era realmente muito bom.

ENTREVISTA CC: M2

Você recebeu o convite do centro pra fazer a metodologia, como foi a partir disso?

Eu não pude ir, porque minha mãe pegou serviço, e eu precisei ficar com a Helen e com meu irmão e fiquei nessa função deles. E quando me chamaram eu enviei uma mensagem explicando o porquê não fui. E não conseguimos escolinha pra eles, quinta feira passada eles até foram no sorteio da escolinha, mas de novo não conseguiram. E por esse motivo não consegui ir, senão teria que levar os dois e bem na semana do curso estava chovendo, não tinha como levar os dois junto.

Você chegou a ter algum tipo de expectativa? O que te disseram quando o pessoal ofereceu aqui?

Eles falaram que era na rodoviária e que era pra fazer umas leituras com a Helen, interagir com ela.

E o que você pensou a respeito disso quando recebeu esse convite?

Eu achei bom, é uma coisa boa. Porque antes da mãe pegar serviço eu não ficava muito com ela, eu sou manicure então trabalhava de dia e estudava de noite, ai eu ficava com ela só de noite. Agora fico com eles o dia todo, e quando me chamaram eu achei bom porque ficaria um pouco mais com ela, mas como minha mãe pegou serviço não tinha com quem eles ficarem. E quando minha mãe não tava trabalhando ela ficava com eles e eu trabalhava.

Se houver uma próxima vez, alguma coisa poderia ser feita pra te ajudar, repensando o que aconteceu, para você poder ir aos cursos?

Não sei dizer, até falaram de ir me buscar mas como tinha que cuidar dos dois não deu. Porque ficaria difícil levar os dois, eles não param e ficaria meio chato, puxado entende.

ENTREVISTA CC: M3

O que fez você ir à primeira sessão do curso?

A primeira eu não cheguei a ir porque estava trabalhando. Mas fui a todas as outras.

E você teve alguma razão especial que te moveu a ir às outras reuniões?

Eu resolvi ir mais pela fala dela. Ajudou bastante na melhora da fala.

E você percebeu logo no início que os encontros poderiam ajudar na fala dela?

Foi mais durante as sessões mesmo.

Você tinha alguma expectativa antes de começar a ir?

Não. Fora a expectativa de ela aprender a falar, claro. E a facilitadora ajudou um pouco nisso.

A ajuda financeira que você estava recebendo ajudou? E se você não tivesse recebido teria ido mesmo assim?

Ajudou bastante, mas mesmo sem ter recebido eu teria ido. Eu fui mais pra ajudar na fala dela.

Alguma outra coisa poderia ter facilitado pra você ir?

Não, acho que não.

Como você classifica a qualidade dos encontros?

Ótima.

E a facilitadora foi clara, facilitava a participação de vocês?

Muito clara, quando perguntávamos as coisas ela respondia prontamente. Ela deixava as mães falarem e facilitava bastante.

Não sei se sabe, mas ela é uma facilitadora do PIN. Esse programa que foi uma parceria aqui do centro de pesquisa e a Prefeitura de Pelotas. Você sentiu a forma como esse serviço foi entregue, digamos assim, os encontros, com as outras interações que você tem com outros serviços públicos?

Sim, até agora ela vai ao PIM e a alguns outros. Mas eu gostei. Adorei esses programas.

Você acha que faz sentido, que é função da Prefeitura, ter um curso como esse que você fez?

Acho que sim, muitas mães podem fazer proveito assim como eu.

Você conseguiu praticar o compartilhamento de livros com ela?

Consegui, não foi aquela coisa que ela parava, mas consegui.

Quanto tempo em media você conseguia ler para ela?

Uns 10 minutos.

E essa coisa que o programa fala de não dizer não. Como foi?

Eu sempre digo não. Se ela fizer algo errado eu digo não.

E você conseguiu mudar um pouco isso, por conta do programa recomendar?

Consegui. Consegui trabalhar um pouquinho e seguir o interesse dela na leitura.

E você conseguiu ensinar ela esse processo de aprender as emoções, de olhar a perspectiva do outro?

Eu acho que sim, ela se emocionava com o livro, foi aprendendo.

E você se sentiu melhor de alguma forma ao fazer esse exercício dos livros com ela?

Me senti sim, sinceramente antes eu não pegava muito nos livros para ler pra ela.

Você pretende continuar fazendo essa leitura com ela?

Sim, pretendo.

Seu vínculo com ela mudou de alguma forma?

Mudou sim.

ENTREVISTA CC: M4

Como foi sua expectativa no início? Logo que te convidaram o que você achou que era o projeto?

Eu achei que era só ir lá e ler um livro com ele. Não sabia que tinha a ver com as atividades dele dentro de casa. A expectativa no final foi maior que no início.

O que você observou que ele tenha mudado?

Ele presta mais atenção, ele aprendeu a contar sobre emoções, perspectivas.

E para você como foi essa metodologia, esse conhecimento te ajudou?

Me ajudou a interagir com ele, antes se eu sentasse pra ler com ele, ele não prestava atenção. Agora ele se tornou mais participativo.

Ele está conseguindo se concentrar mais agora?

Sim. Ele já pega a história e sai lendo sozinho, interpretando na verdade, e continua por um bom tempo.

Quanto tempo você consegue manter ele atento à leitura?

O tempo que eu quiser ficar ao lado dele lendo ele fica.

E você pretende continuar aplicando a metodologia mesmo agora?

Com certeza.

Você foi a quantas sessões, foi a todas?

Eu faltei uma só, porque tive que levar ele na médica.

O que mais te motivou? A ajuda financeira, o convite?

A curiosidade mesmo, de saber do que se tratava. E as outras crianças também, outros pais.

Vocês continuam em contato? [as mães]

Sim, nós temos um grupo no whatsapp.

E o facilitador foi bacana?

Claro, ótima pessoa. Muito legal.

E era homem ou mulher?

Homem, era o Marcos.

Você sabe que esse projeto é uma parceria aqui do centro com a prefeitura de Pelotas né. Você acha que é função do poder público fazer isso?

Eu acho que é interessante, porque ele está incentivando as mães a prestar mais atenção nos filhos.

E você sente que te ajudou?

Eu fui mais pela expectativa de aprendizado.

E foi atendida essa expectativa?

Foi sim, com certeza. No começo foi meio entediante, mas depois começamos a interagir uma com as outras e começamos a ouvir histórias de outras crianças, o que aprenderam, aí ficou mais interessante.

Qual teu grau de satisfação?

90%

E o que poderia fazer chegar a 100%?

Acho que poderia ter mais reuniões dos grupos. Ele ficava uma semana inteira lendo a história esperando pra poder pegar outra historinha. Então ele ficava na expectativa até a próxima reunião. Uma frequência maior seria muito bom.

ENTREVISTA CC: M5

Porque você decidiu ir à primeira sessão?

Decidi ir para ver se poderia me ajudar, para eu ver se iria aprender algo.

Você já tinha pensado que precisaria melhorar a forma como educa ela?

Eu não tinha esse contato com ela antes, me ajudou muito.

E porque você continuou indo depois da primeira sessão?

Porque achei que poderia me ajudar mais, e realmente ajudou.

A qualidade dos encontros foi boa?

Foi muito boa.

A facilitadora foi atenciosa?

Foi bem atenciosa e clara nas explicações.

Você conseguiu estabelecer uma relação com as outras mães?

Sim.

Você pretende continuar mantendo contato?

Sim, nós temos o whatsapp uma da outra e ainda nos falamos.

Você teve alguma situação de violência na tua infância?

Não.

Você entendeu que seguir o interesse dela durante a leitura e tentar ser positiva com ela gera resultado?

Sim.

Você conseguiu dizer não para ela durante a leitura?

Consegui.

Como foi pra você essa experiência?

No começo foi difícil, porque antes eu sempre dizia não, mas depois ela foi se adaptando e reagia bem, não fazia o que era errado.

Você conseguiu seguir o interesse dela enquanto estavam compartilhando livros?

Consegui.

Ela mudou de alguma forma?

Ela mudou o relacionamento dela comigo, ela está bem mais apegada a mim agora.

O que te ajudou ou dificultou na prática de compartilhamento de livros?

O interesse dela facilitou bastante porque ela gostou de ler.

Qual a prática que durava mais tempo, a que você fazia nas sessões ou em casa?

Em casa.

Você acha que esse conhecimento que adquiriu seria útil pra outras pessoas?

Sim.

Você sabe que esse programa é uma parceria entre o Centro de Pesquisa e a Prefeitura. O facilitador de seu curso era um agente do PIM. Você acha que é função da Prefeitura ensinar o que aprendeu no curso?

Sim.

Se você fosse pensar em algum serviço que você conhece da Prefeitura, você diria que esse projeto se encaixa: Saúde, Educação ou Assistência Social?

Educação.

Qual sua opinião geral sobre o programa?

Foi muito bom, gostei bastante. E ajudou muito ela.

ENTREVISTA CC: M6

Porque você foi à primeira sessão, depois de receber o convite?

Eu não tinha nada pra fazer em casa e precisava achar uma forma da minha menina se comportar melhor. E deu resultado.

E suas expectativas foram atendidas?

Foram sim, foram bem atendidas.

A ajuda financeira que você estava recebendo foi importante para você ir ao curso?

Na verdade foi mais pelo comportamento dela, pelo curso em si, do que pelo dinheiro.

Alguma outra coisa poderia ter facilitado mais você ir às sessões?

O que dificultou bastante foi a distancia, moro longe e tenho outro menino em casa.

Sobre a estrutura do lugar onde você fez o curso. Era boa?

Era boa, muito boa.

E o facilitador Roberto era claro, dava a chance de vocês participarem?

Sim, foi bem claro e deixava que participássemos.

Quantas mães estavam no seu grupo?

No começo eram quatro e depois vieram mais para recuperar sessões perdidas.

Você conseguiu ir a todas ou faltou alguma?

Consegui ir a todas, com chuva ou sem chuva.

Não sei se o Roberto comentou mas ele é um visitador do PIN, então esse foi um programa que foi uma parceria aqui do centro de pesquisa e a Prefeitura de Pelotas. Você acha que faz sentido, que é função da Prefeitura ter um curso como esse que você fez?

Sim, acho que é. Nunca tinha ouvido falar de algo parecido.

Comparado a outros encontros com projetos públicos. O que você acha do tratamento dado pelo Conte Comigo?

O Professor Roberto foi muito atencioso e gentil.

Você acha que outras pessoas se beneficiariam do projeto?

Acho que sim.

Você chegou a comentar com mais alguém sobre o projeto?

Só com meu esposo. Ele gostou bastante, o comportamento dela deu uma melhoria.

De que forma foi essa mudança no comportamento dela?

Ela era agressiva e depois que ela parou de ir nesse colégio ela ficou nervosa, não sei por quê. Todo sábado ela se arruma e espera a vã chegar.

Você sentiu a necessidade de melhorar a sua relação com ela?

Mais a questão do tempo. Antes eu fazia só as coisas da casa e não dava atenção pra ela. Agora dedico mais tempo e atenção.

Você consegue compartilhar mais livros com ela?

Um pouco antes de dormir, mas apenas cinco minutos. Porque ela quer brinquedos, quer a boneca.

Você se sente diferente depois da experiência do curso?

Eu consegui ensinar bastante pra ela, ela aprendeu a contar, aprendeu as cores, ta falando mais, parou de usar a frauda de dia.

A metodologia usa muito a questão do não, como isso foi pra você?

Diminui muito, só dizia não quando necessário.

E na leitura do livro, como foi?

Antes ela nem segurava o livro direito, agora ela já sabe como é, e faz tudo certo.

E como é a sua postura relacionada a isso?

Antes eu auxiliava, agora já deixo ela perceber sozinha as coisas. Vou seguindo o interesse dela e ela mesma se da conta.

Você já tinha pensado que falar sobre sentimentos pudesse ajudar?

Não. Antes eu já tinha colocado ela de castigo e dito que o que ela fizera tinha sido errado e que eu estava brava, mas nunca falado sobre isso realmente. Agora ela entende melhor as emoções.

A sua relação com ela melhorou?

Melhorou muito.

Você conseguia ficar esses minutos parada com ela antes?

Não. Agora eu consigo um pouquinho mais.

Acha que isso pode melhorar se for praticando?

Pode. To tentando melhorar, quando ela quiser ler eu leio, e deixei os livros ao alcance dela.

Qual sua opinião geral sobre o programa?

Queria que continuasse, ele foi muito bom.

E você continua em contato com as outras mães?

O Roberto fez um grupo do Conte Comigo, lá tem, algumas mães que falam, outras que não falam. E tenho contato com a Maiara. Acho importante compartilhar nossas experiências.

ENTREVISTA CC: M7**O que fez você comparecer à primeira sessão?**

Bom, já compartilhávamos livros com o Miguel, mas era só na hora do sono. Não mostrávamos figuras nem explicávamos então achei que isso pudesse ajudar, por isso fui, e com certeza ajudou muito.

Você acha que hoje compartilha livros melhor que antes?

Com certeza, antes eu lia, mas não mostrava figura, não explicava, não tirava dúvidas dele, eu simplesmente lia o que estava ali pra ler. Agora ele participa e pede pra eu ler.

Uma das coisas que a metodologia fala é sobre não dizer não. Como foi isso pra você?

Na verdade eu não era muito de dizer não, eu corrigia bastante ele.

Você observou alguma mudança nele?

Ele ficou mais calmo, conta dos livros pros amigos, ele não quer ficar só pra ele, ele compartilha com as outras crianças também. Ele está se comunicando melhor, tirando dúvidas.

Você observa alguma mudança em você?

Sim, eu me sinto mais calma, e sempre que dá, nós nos juntamos e lemos por mais de quarenta minutos.

Que consequências isso teve na sua relação com ele?

Ele me obedece mais, não me afronta como fazia antes.

A metodologia trabalhou também com as emoções. Como foi isso pra você?

Foi bem tranquilo na verdade. O Miguel sempre foi bem empático. Mas melhorou porque agora ele expressa e entende mais os próprios sentimentos.

Suas expectativas foram atendidas?

Claro, até mais do que eu imaginava.

A ajuda financeira que você recebeu foi importante para você comparecer às sessões? Por quê? Se não tivesse ajuda, você teria comparecido?

la dificultar. Eu não ia desistir de ir, mas ia dificultar pra eu ir.

Qual sua opinião sobre os facilitadores? Você teve dois, certo?

Eu tive dois, mas não tive muito contato com o segundo porque ele foi só a duas sessões. Minha experiência maior foi com Jonathan, que foi muito atencioso tanto com as mães como com as crianças. Tratava todos de igual para igual.

Como foi sua relação com as outras mães?

Foi legal, todas participavam.

Você sabe que esse projeto foi uma parceria do Centro de Pesquisa e da Prefeitura de Pelotas. Tanto que o Jonathan é um visitador do PIM. Você acha que é função da prefeitura trabalhar temas como esse?

Com certeza, porque eu acho que o que a gente faz quando pequeno pesa quando ficamos adultos. Se nós formos trabalhando desde agora, no futuro eles terão outra cabeça. Acho que a prefeitura deveria investir bastante nisso.

Você pensa que outras pessoas se beneficiariam com esse projeto?

Eu falei com minha sobrinha que tem filho e acho que ela ia se beneficiar muito com o projeto. Enquanto eu estava no curso eu contava pra ela o que aprendi.

Qual a diferença entre esse serviço e outros serviços públicos que você já recebeu?

Não tenho contato com outros serviços da prefeitura.

Você vivenciou alguma situação de violência na sua infância?

Não me lembro, mas acredito que não.

Você acha que a violência influencia na forma como as crianças são educadas?

Com toda certeza, percebo isso vendo outras pessoas.

Você acha que um programa como esse pode contribuir para reduzir a violência?

Acredito que sim, toda história tem um final feliz né.

Você faria o programa novamente?

Faria e recomendaria.

E sua opinião geral?

Ótimo, incrível.

ENTREVISTA CC: M8

Conte-me porque foi no primeiro dia, depois que recebeu o convite o que te interessou?

Eles me explicaram que iria ajudar tanto a mim quanto minha filha, na motivação dos livros, então me interessei bastante.

Então você não lia muitos livros com ela, e agora como você está?

Agora eu leio todo dia, ajudou bastante, porque ele ensinou não só a questão dos livros como eu e ela. Antes tu dizia não, eu dizia não, ai ele mesmo até me elogiou bastante, desde o começo, de como eu mudei, que é a questão do não, se tu disser um não pra criança é o que ela vai fazer. Então nós trocamos as palavras, tiramos o não e agora ta funcionando.

E você conseguiu fazer isso, tirar o não, deixar de dizer tanto o não pra ela. E isso foi um facilitador? Ajudou?

Ficou mais fácil. Ajudou bastante porque antes tu dizia um não e era a mesma coisa que não dizer nada.

Então suas expectativas foram atendidas?

Sim, com certeza.

E a ajuda financeira que você estava recebendo foi importante pra você ir ou você teria ido mesmo se não recebesse?

Não, eu teria ido igual porque morava perto.

Isso foi importante. Alguma outra coisa poderia ter sido importante, que teria facilitado mais você ir nas sessões?

Não, na verdade não.

Então como você classificaria a qualidade das sessões do programa?

Foi muito boa.

E o facilitador, foi atencioso? Quem era?

Foi, até hoje conversamos. Fizemos um grupo no whatsapp e até marcamos um dia de nos encontrarmos, todo mundo. O facilitador era o Roberto.

Não sei se o Roberto comentou mas ele é um visitador do PIN, então esse foi um programa que foi uma parceria aqui do centro de pesquisa e a Prefeitura de Pelotas. Você acha que faz sentido, que é função da Prefeitura ter um curso como esse que você fez?

Eu acho que sim. Nunca tinha visto um curso como esse para ensinar as mães.

E na relação que você estabeleceu com esse facilitador nesse curso, você já tinha tido algum outro serviço municipal ou publico, dessa mesma natureza? E se sim, esse foi melhor?

Já tinha tido, mas esse foi melhor.

Você acha que outras pessoas se beneficiariam desse curso?

Sim, acho que todas as mães, é um projeto legal.

Ajudou na sua relação com sua filha?

Ajudou muito.

Você consegue fazer ela ficar uns minutinhos contigo pra praticar?

Consigo sim.

Você pretende continuar praticando, mesmo agora, depois do fim do curso?

Sim, até tu falou da questão dos livros, é difícil achar livros só com figuras, mas aí ele nos orientou diretinho a como continuar.

E você já tinha pensado que falar sobre emoções, sobre a perspectiva dos outros, seria importante?

Nunca, foi nesse curso que aprendi bastante, e acho que isso serve pra nós duas. Assim como ela aprendeu eu também aprendi bastante.

Me conte algo que aprendeu para sua vida.

É aquela função do não, que era bem difícil e eu consegui mudar.

Você tem outros filhos?

Não, só ela.

E a sua relação, o seu vínculo com ela, está igual, está diferente?

Ta igual, eu sempre tive uma boa relação com ela, estamos sempre grudadas.

E qual sua opinião geral sobre o programa?

Muito bom, maravilhoso.

PROGRAMA ACT

ENTREVISTA ACT: M9

O que te fez comparecer a primeira sessão do programa?

Quando eu fiquei sabendo aqui pela Corte, me disseram que seria bom para uma mãe, para mudar o comportamento ou rever o conceito de vida. Fiquei pensando o

que poderia estar fazendo de errado e fui ver como era. Depois de ter ido a primeira aula, não deixei de ir a nenhuma outra.

E porque você continuou indo as sessões?

Por questão de interesse. Foi interesse meu estar naquele lugar e foi muito relevante pra mim estar lá. Então foi por isso, ver que meu ensinamento podia melhorar.

Quais as suas expectativas antes de começar?

Eu achei que seria como uma palestra, alguém na frente de um telão explicando e falando com a gente, e se fosse assim eu nem ficaria muito, porque não gosto de lugares com muita gente. Ai quando cheguei lá vi que era uma salinha com algumas mães, todas com filhos, na mesma situação. Eu já tinha aquela duvida do que eu poderia melhorar, e vendo que era uma forma interessante de apresentar tudo, eu gostei e decidi participar.

Vocês mães criaram uma união como grupo?

Cada uma tinha uma história e foi legal ouvir a história delas. Cada uma tinha uma quantidade de filhos diferente e não tratamos só do Elias como aqui na Corte, falamos de todas as mães.

A ajuda financeira que você recebeu foi importante pra sua participação?

Pra eu poder estar na aula sim. Por que senão eu não conseguiria chegar a tempo e o vale ajudou, assim pude me deslocar. Sem essa ajuda eu só poderia ir se fosse perto, o que não era o caso.

Que outras coisas poderiam tornar mais fácil sua ida às sessões?

Um microônibus quem sabe, que fosse próprio do grupo.

Qual seu grau de satisfação com o programa?

De 1 a 10? 9, eu gostei muito.

Pretende continuar em contato com as mães?

Nós mantemos contato.

A facilitadora foi atenciosa?

Sim. Tratava todas as mães igualmente.

Você sabe que a facilitadora é coordenadora de uma escola de educação infantil?

Não sei se foi por isso que ela cativou mais a gente. Por ela ser professora e ser gentil. E todos nossos filhos estavam na escolinha né. Então toda sessão tinha uma situação, e ela fazia com que vissemos os pontos positivos e não só negativos dessa situação. Uma coisa que aprendi no ACT, não é o filho que mansa, é a mãe, então se é não é não e não adianta.

Esse programa é uma parceria entre o Centro de Pesquisa e a Prefeitura. Você acha que é função da Prefeitura tratar desses assuntos discutidos no programa?

Eu não sei se é função, mas se for pra melhorar, porque não.

Se você fosse pensar em algum serviço que você conhece da Prefeitura, você diria que esse projeto se encaixa: Saúde, Educação ou Assistência Social?

Educação.

Você já vivenciou alguma situação de violência na sua infância?

Não com meus pais, mas sim com meus parentes.

E isso que você vivenciou, assistiu ou ficou sabendo interferiu na forma como educava seu filho?

Não. Mas a forma como eu educo, depois que fiz o ACT, mudou bastante.

E você mudou com o programa?

Mudei. Eu tenho que pensar duas vezes antes de fazer alguma coisa porque sei que terão consequências.

Você já tinha pensado antes que a forma como controlamos a raiva tem impacto na forma como educamos as crianças?

Sim, já tinha pensado, mas nunca tinha parado pra analisar isso, agora eu entendo.

Você acha que esse conhecimento que adquiriu seria útil para outras pessoas?

Com certeza, já falei com pessoas sobre.

Quais desses conhecimentos você acha que seria importante pras pessoas?

Não discutir na frente do filho, não é porque você não concorda com algo que vai discutir na frente da criança. Toda minha vida reflete no meu filho. Tudo que eu faço agora vai afetá-lo, agora ou depois.

Mais alguém da sua família se interessou por esses conhecimentos?

Minha mãe adorou. Ela é muito parecida comigo, então se identificou bastante.

Qual sua percepção geral sobre o programa?

Eu penso que se pra mim fez bem, tem muitas famílias que estão precisando. Que o programa devia ser levado à comunidade.

ENTREVISTA ACT: M10

O que fez você comparecer à primeira sessão?

Eles me explicaram o que era o programa e eu me interessei.

Porque você continuou indo às sessões?

Achei que me ajudaria nas dificuldades dela, em me ensinar a lidar com tudo.

Suas expectativas foram atendidas?

Foram sim.

A ajuda financeira que você recebeu foi importante para você comparecer às sessões? Por quê? Se não tivesse ajuda, você teria comparecido?

Teria ido de qualquer jeito, foi muito bom e por isso fui. Mas o transporte é bom, ajuda bastante.

Como você classifica a qualidade das sessões do programa ACT?

Foi muito bom.

O que você mais gostou?

Foi das crianças expressando seus sentimentos, todas elas.

E para você? Trataram de algo que fez você pensar em si mesma?

Sim, o jeito de lidar com ela no dia-a-dia. Aprendi que ela também tem suas necessidades, e não apenas eu. Mudei, aprendi a me reeducar, para educar ela.

Ela mudou de alguma forma, sua filha Betina?

Mudou, quando eu parei de gritar, ela parou também.

A facilitadora foi atenciosa? Deu atenção diferenciada a alguma mãe?

A Thais foi muito boa, era dedicada, ajudava e explicava tudo pra gente. Tratava todas as mães igualmente.

Como foi tua relação com as outras mães? Você acha que criou um vínculo com elas?

Eu acabei perdendo o contato.

Você falou antes da raiva. Conseguiu compreender melhor o comportamento da Betina depois disso?

Com certeza, enxergo tudo melhor agora.

Você acha que vai seguir aplicando os conhecimentos adquiridos no curso?

Com certeza, foram muito bons e me ajudaram muito. Vou levar pra vida essas técnicas.

Você sabe que quem a implementação foi uma iniciativa pública, com a participação da prefeitura. Qual a diferença entre esse serviço e outros serviços públicos que você já recebeu?

Foi diferente do que estamos acostumados, é melhor.

Você acha que é papel do Município ter serviço que trate desses assuntos?

Sim, com certeza. E seria bom que isso seguisse.

Conhece mais alguém que se beneficiaria desse conhecimento?

Sim.

Quem, por exemplo?

Minhas primas que também são mães.

Você chegou a compartilhar com alguém sobre o curso?

Sim, com minhas primas mesmo, elas gostaram.

Qual a ideia que você mais lembra do curso?

Foi quando explicaram a diferença entre resposta e reação. Antes eu simplesmente reagia e falava direto, agora eu penso e depois falo. Isso faz muita diferença.

Qual sua satisfação geral sobre o curso?

Muito bom.

ENTREVISTA ACT: M11

O que fez você comparecer à primeira sessão?

Porque falaram que ia ajudar na minha casa, e ajudou mesmo, foi muito bom.

A ajuda financeira que você recebeu foi importante para você comparecer às sessões? Por quê? Se não tivesse ajuda, você teria comparecido?

Eu gostei e teria ido mesmo sem a ajuda.

O que você mais gostou no programa?

Foi a forma de como lidar com as crianças, como separar a raiva e não descontar nos filhos.

Como foi seu facilitador?

Foi bom, foi gentil, paciente e tratava todas as mães igualmente.

Você estabeleceu uma ligação com as outras mães?

Sim, eu e as outras mães ficamos amigas e tínhamos muito em comum.

Como você classificaria os encontros?

Foram bons.

O que você não sabia e aprendeu no curso?

O controle da raiva. Foi muito interessante e importante.

E como foi para as crianças?

Elas aprenderam bastante também, a questão da raiva é o que mais ajudou.

Depois disso você conseguiu compreender melhor o comportamento do seu filho?

Hoje eu entendo melhor como ele se comporta, nós conversamos, mudou muito dentro de casa.

E você mudou de alguma forma?

Mudei. Eu era uma pessoa muito estressada, não batia, mas deixava de castigo. Agora não, eu converso e já faz muito tempo que não ponho ninguém de castigo.

Você sabe que quem a implementação foi uma iniciativa pública, com a participação da prefeitura. Você acha que é papel do Município ter serviço que trate desses assuntos?

Eu acho que sim, pra mim foi bom, recomendaria pra outras pessoas.

Qual seu grau de satisfação com o projeto?

Achei muito bom.

Apêndice F – Transcrição das entrevistas com os implementadores do Programa Conte Comigo

1. Conceito de prevenção à violência de vocês mudou?

Só reforçou o que eu já acreditava, que é fazer uma política pública baseada em evidência. Normalmente vemos muitos discursos tratando só o superficial e sem aprofundar. Então não tive diferença de visão porque vai muito ao encontro do que eu já acreditava. (V1)

Confirmou o que a gente pensava porque o PIM já é uma política de prevenção e que também fortalece o vínculo da mãe com a criança. (V2)

Eu sempre acreditei, então confirmou mais ainda. O PIM já nos mostrava o melhor pro desenvolvimento infantil (V2)

V4: antes de entrar no pim eu não pensava assim, então o conte comigo me ajudou muito, em reforçar como as mães precisam, que é pra elas, tu tá ali e vê o resultado muito imediato, que realmente adianta e de uma semana pra outra. Eu não pensava nisso. Olha como é muito rápido, às vezes eu achava que não estava adiantando, mas depois via que está fazendo efeito (V2)

V5: função de começar com a primeira infância, sempre acreditei muito nisso. Outra coisa, sempre acreditei no compartilhamento de livros, esse contato das mães e no vínculo e o acesso ao livro das crianças, que tudo isso é fundamental. Geralmente se fala em pp para jovens, ensino fundamental e médio, mas as bases do ser humano estão na primeira infância, então confirmou o que eu já pesquisava sobre a primeira infância (V2)

6: por ser parte do pim eu já tinha essa visão, o ponto de vista dessas famílias, confirmou o que eu já pensava. Ver o interesse das mães, no fundo a gente não acredita, mas aí quando tu ve o resultado tu ve que elas estavam com vontade ali, que elas estavam por vontade própria, isso foi legal do conte comigo (V2)

7 – quando eu não fazia parte do pim eu não tinha essa visão, o cc só acrescentou. Eu senti que as mães se viram vistas, que alguém enxergou elas, elas se sentirem enxergadas por outras pessoas. (V2)

8- defendo muito a primeira infância porque é ela que vai formar o cidadão. A gente fala de quando a violência já está instaurada. Então a pp de primeira infância tem que ser baseada no vínculo na família. O que vai fazer o bom desenvolvimento da criança é o

estímulo da pessoa que cuida. O cc veio acrescentar um nova forma de trabalhar, novas técnicas de trabalhar esse vínculo (V2)

9 – estudo primeira infância já há algum tempo, esse programa veio acrescentar. O programa é sonhador, tu fazer algo na primeira infância que não vai dar resultado tão logo, uma proposta de governo que não vai colher os frutos neste governo, então isso é incrível. Participar do processo ver as mães trazendo relatos positivos é incrível. Quando a família não abraça, o crime vai abraçar. Achei proposta incrível e fiquei lisonjeado de fazer parte. Emocionado me sinto. (V2)

2. Como foi usar um manual e um roteiro fixo?

“No início a gente ficou meio assustado de seguir os slides, tem que ler e mostrar todos. Mas depois vimos que o programa foi feito do jeito que tinha que ser passado para as mães. Mesmo assim nenhum grupo é exatamente igual porque nós somos pessoas diferentes, então sempre vai ter um toque individual. Mas é fundamental ter a metodologia.

No meu caso que estudo psicologia, o programa usa técnicas de TCC, então eu sei que isso vai dar resultado seguindo o roteiro. Sendo bem estruturado tu consegue conduzir os caminhos todos iguais (V1).

Segui muito a Lilian, eu mesma, dava exemplos meus e isso foi muito bom. Mesmo seguindo o manual, eu mostrava que eu também era como elas, tinha dúvidas e acho que isso as fez mais seguras. Usei muito o manual, mas também minha experiência como mãe ajudou muito. V2

A política precisa ser igual para todos, porque justamente nós somos aplicadores diferentes. Então para o resultado ser parecido precisa ter esse roteiro. Mesmo que eu traga coisas minhas, tem que ter um roteiro. V3

O manual foi fundamental. (V4)

Já tive experiência de fazer apresentações sem roteiro. Vira uma bagunça. Então era fundamental ter aquela estrutura pra seguir. Foi ótimo ter os slides, eu gostei muito dos manuais, tinha muitas perguntas, muitas conexões para fazer. (V5)

Com a prática, os facilitadores perceberam que “a metodologia é pensada numa crescente de dificuldade, antes de chegar na sessão da contagem as mães viram algo menos complexo pra embasar aquilo, então para essa metodologia não poderia ser diferente e é positiva essa estrutura”.

Apesar das falas positivas dos facilitadores sobre a necessidade e importância do uso do manual para uniformizar a implementação da metodologia, eles não referiram outras razões pelas quais o manual é imprescindível, demonstrando uma falta de compreensão sobre o que é uma metodologia baseada em evidências, o que isso significa e porque é importante.

3. O que facilitou fazer os grupos?

“para mim favoreceu muito ver as gurias apresentando antes e ver que depois eu ia passar por aquele conteúdo, que aquela situação ia acontecer comigo. Me ajudou a me preparar, foi muito bom” (V9).

4. Como foi a supervisão?

“No início a gente questionou se era tão importante fazer semanal e se não seria melhor quinzenal. Aí a gente chegava aqui dizendo ‘ai eu tenho um problema e parece que é o fim do mundo’, e a supervisora acalmava a gente, e chegava outro facilitador com o mesmo problema e a gente achava uma solução em conjunto. A supervisora fazia com a gente o mesmo que nós éramos treinados para fazer com mães: se alguém tinha uma dúvida no grupo, primeiro perguntava para o grupo se outra pessoa tinha passado por uma situação parecida, o que poderia ser feito para resolver aquele problema, para melhorar. Os nossos grupos com as mães foram ficando melhores por causa das nossas reuniões de supervisão. Meu segundo grupo foi muito melhor que o primeiro em razão da supervisão.

Para mim também fez muita diferença, a supervisora nos dava um feedback positivo, como a gente fazia com as mães.

Aquela insegurança se dissipava, porque todos tinham o mesmo problema. Reforçava até o consenso sobre as dúvidas que surgiam sobre a metodologia. Por exemplo a questão de ‘não dizer não aos filhos’, que é um dos princípios do programa, as mães perguntavam se era o tempo todo ou só na hora do compartilhamento e na supervisão nós chegamos ao consenso e todos os facilitadores passaram a dizer às mães que a regra valia apenas durante o compartilhamento de livros e na hora de educar os filhos cada uma faz do jeito que quiser.

Muitas inseguranças se dissiparam, no início tudo parecia muito maior e eu ficava muito insegura, então a supervisora nos acalmava e dizia que ia melhorar e a gente acreditava nela e melhorava mesmo (risos).

5. *Vocês perceberam alguma mudança nas mães por meio da metodologia?*

Os facilitadores identificaram que a metodologia alcançou diversos resultados nas mães, entre eles: redução da violência; maior aproximação entre a criança e a mãe; fortalecimento do vínculo com a mãe; maior estímulo cognitivo em crianças que não seriam tão estimuladas em casa; aumento da empatia, “a forma de ler o outro” (V5); maior tempo dedicado pelos pais às crianças, porque “as mães achavam que não tinham esse tempo para passar com os filhos” (V3) e melhoria na qualidade do tempo passado juntos entre mãe e criança; e mudança na visão das mães sobre o que os filhos podem fazer, já que “muitas diziam que o seu filho não ia parar quieto, não ia conseguir compartilhar o livro” (V2)

Na percepção dos facilitadores, a metodologia também provocou a desconstrução de crenças culturais que permeiam o senso comum entre as mães. Um desses conceitos é o de que o vínculo entre a mãe e a criança é permanente e naturalmente estabelecido. Na prática, no entanto, muitas vezes as mães não são incentivadas a trabalharem o vínculo com a criança, de forma que a criança fica emocionalmente desatendida, conforme descreveu uma facilitadora:

“está naturalizado na sociedade que a mãe já tem vínculo natural com a criança, mas não é isso que acontece. A atenção da mãe geralmente é voltada ao filho menor ou para o que precisa de uma atenção especial, então divide a atenção familiar, às vezes fica evidente que a outra criança está precisando ser escutada. Parece que isso tem que ser natural, mas não é, então na sessão do abraço, mostrou que isso falta muito nas casas, não tem abraço nas relações, o cotidiano é muito rápido e não tem esse contato de abraçar ou explicar por que não está bem naquele dia. Ficou claro que não tinha esse contato e que as mães não falavam sobre sentimentos com as crianças. Foi a sessão preferida nos grupos porque foi o momento que elas conseguiram demonstrar o sentimento. Não é porque sou mãe que consigo demonstrar essa emoção, precisa ter uma construção desse vínculo” (V3).

A respeito da habilidade de falar sobre emoções, essa foi identificada pelos facilitadores como um dos efeitos mais importantes nas mães. Além de falar quais

emoções estão presentes naquele momento, as mães também aprenderam a importância de dizer por que razão se sentiam daquela forma.

“Foi difícil porque inicialmente as mães não reconheciam que era importante falar sobre aquilo. Elas então começaram a notar o quanto as crianças eram empáticas com o macaquinho do livro da sessão. Começaram a perceber que é importante falar sobre o que estás sentindo para o convívio familiar, já que ninguém tem a obrigação de adivinhar. V3

Não só o que está sentindo, mas também porque estão sentindo aquilo. Quando a gente perguntava se elas falavam sobre emoções com as crianças, a resposta era ‘sim, ele sabe o que é estar triste ou feliz ou bravo’, eram essas emoções que apareciam. ‘Certo, mas eles sabem porque estão tristes?’ a gente questionava, então o livro ajudava muito porque conseguiam identificar que o macaquinho estava triste porque não tinha o abraço da mãe. Então elas começaram a se dar conta que não falam sobre emoções, só dizem que está triste ou feliz e ao longo dos grupos essa sessão é uma das mais fortes e fica muito gravada nas crianças e nas mães”.

Boa parte das mães além de não ter um espaço para falar sobre os próprios sentimentos, normalmente conversavam com os filhos dizendo ‘faz isso porque sim, não faz isso porque não é pra fazer’. Isso mudou depois da quarta sessão, quando elas diziam o porquê, ‘ah meu filho, não faz isso que a tia vai ficar chateada’ ou ‘filho, quando tu faz isso a mamãe fica muito feliz’. Então o vínculo deles melhorou porque eles conseguiram melhorar esse diálogo. (V3)

Elas passaram a conseguir estabelecer um diálogo melhor com as crianças, a partir de falar sobre emoções, de porque está se sentindo daquela forma. (V5)

Como elas se sentem melhor depois dizer porque estão se sentindo daquela forma, faz toda a diferença, tanto pra elas quanto para as crianças, explicar porque elas estão tristes, do que apenas demonstrar a tristeza”. (V6)

Falar sobre os sentimentos delas foi o mais difícil, como elas se sentiam em relação aquilo não importava. Então ficou claro a importância das mães se mostrarem. A mãe se sente obrigada a ter esse vínculo, que também te dá o direito de às vezes não estar bem. O processo de compartilhamento tem que ser bom para vocês também, eu dizia sempre. Mas essa mãe também tem que estar bem. A metodologia ajudou no vínculo porque também fez bem para elas. Elas diziam: ‘olha, hoje eu sinto que alguém olhou

pra mim, escutou as minhas necessidades e alguém me disse que isso [me sentir mal] faz parte' da relação e dessa construção diária de vínculo" (V3).

Até pouco tempo não se valorizava em nada os sentimentos das crianças, elas não tinham lugar de fala. Mas agora vemos a necessidade de olhar também a figura da mãe. Aqui as mães percebiam 'alguém está me ouvindo, eu não sabia falar sobre isso, agora eu aprendi, então meu filho vai crescer sabendo falar sobre isso também', no caso das emoções e dos assuntos que o programa trabalha. Antes elas diziam 'ah, eu olho pra ele e já sei [do que ele precisa]'; mas não é bem assim, é preciso falar sobre essas necessidades todas, e o programa ensina isso" (V9).

6. Houve dificuldades na implementação?

"Para mim apareceu muito no feedback das mães a questão do clima, crianças resfriadas, muita chuva por ser no inverno, então elas não iam sair de casa com as crianças" (V3).

"Os primeiros grupos tiveram muitos problemas de estrutura, de falta de organização, alguns lugares não abriram, a van que não foi, muita chuva, Copa do Mundo. O local não tinha um lugar para as crianças ficarem. Muita dificuldade com os cuidadores. Fatores que quebraram o vínculo com as mães" (V5).

Eu ouvia muito delas que estavam ali porque ia ajudar seus filhos na escola. Também muitas deixavam por questões pessoais. Uma foi hospitalizada e não pode mais ir. Apesar de várias complicações no caminho, elas queriam fazer. Quando a estrutura está fechada, quando tudo estava certinho, ajuda muito elas a irem" (V9).

"As mães também comentavam que não sabiam o que estavam fazendo ali, então uma melhor apresentação dos programas para elas desde o início poderia ter ajudado".

"eu não tive desistência no meu grupo. No primeiro grupo elas não entendiam bem, mas no segundo grupo elas já sabiam bem melhor do que se tratava o programa" (V4).

"No primeiro grupo eu também estava muito insegura. Mesmo que eu soubesse o conteúdo, eu estava muito nervosa, então fazendo uma autocrítica, isso deve ter ajudado algumas mães a desistirem no início. No segundo grupo eu melhorei muito, estava mais segura, então foi muito diferente e eu reconheço isso" (V3).

“Eu antes tinha dificuldade de apresentar um trabalho na faculdade e agora fui facilitadora dois meses de um grupo com as mães, ficou fácil apresentar um trabalho” (V5).

“Para nós como facilitador também fazia diferença. Quando tudo estava organizado, era uma dinâmica. Mas um dia o cuidador não tinha chegado, as crianças vieram pra sala, foi uma confusão. Os grupos funcionavam e as mães respondiam de forma muito diferente, dependendo se as coisas estavam organizadas ou não.

A falta de estrutura nos deixa ansiosos. O facilitador ansioso acaba deixando as mães ansiosas também. São estressores importantes.”

“Mas os cuidadores ainda foram o maior problema. Elas precisam conhecer o programa e ter um treinamento para atividades apropriadas para aquele momento. Mais de um cuidador para grupos a partir de 5 mães. Ser sempre o mesmo cuidador, porque isso facilita a confiança das mães e do vínculo das crianças com o cuidador.

Faltou orientação da administração. Eles não sabiam quanto tempo tinham que ficar ali, do que se tratava o programa, o que deveriam fazer. Também é preciso selecionar os que têm desejo de participar.

Faltava vontade dos cuidadores. Eles ficavam sentados nos olhando dar o curso, enquanto eles deveriam estar com as crianças. Ou então ficavam mexendo no celular. Outros não tinham formação para trabalhar com crianças, não sabiam o que fazer.

Cuidadores mais capacitados não deixariam as crianças ficarem apenas correndo de um lado para outro, o que incomodava as mães e o facilitador, além de deixar as crianças super agitadas e era muito difícil depois elas pararem para compartilhar o livro com a mãe, conforme estava previsto em cada sessão”.

7. Qual a opinião de vocês sobre a parceira com a Universidade?

“Me senti super importante porque nós fomos os primeiros a participar.

Se tornou concreto com a pesquisa. Tem gente que precisa olhar o resultado escrito, e a pesquisa vai mostrar isso.

O estudo era o momento de errar, para adaptar o funcionamento da metodologia à Pelotas, era o momento de testar.

Me senti grata por estar participando, custou tempo, foi cansativo, mas eu aprendi, foi gratificante saber que é real as diferenças a mudança nas mães. (Lilian)

Para políticas públicas é super importante mostrar o resultado.

Hoje só nós estamos vendo o resultado.

As mães se sentem também valorizadas por terem participado de um curso, por terem recebido esse conhecimento.

A universidade tem tudo a ver com políticas públicas, é fundamental que tenha essa parceria. Está formando profissionais que vão trabalhar.

Os dois têm que se unir”.

“Faltou conversa entre as partes na relação entre a Prefeitura e Universidade. Faltou conversa conosco, sabíamos que era para uma pesquisa, mas não tivemos nenhum acesso ao andamento da pesquisa, não tivemos muitos detalhes na verdade. (Jéssica) No início me senti prestando um serviço. Se não der certo, a culpa é nossa. Através da supervisora a gente conseguia participar indiretamente e aos poucos a universidade passou a nos escutar, nós que estávamos na ponta. Parecia que a responsabilidade de dar certo era só nossa. A Universidade avisava em cima da hora que vinha uma mãe extra, então tinha que sair correndo para levar livro e lanche extra”. (Tatiana)

Parecia que que nós éramos só uns peões, como no xadrez, coloca ali e vamos ver o que acontece. Isso foi ruim.”

8. Qual o grau de satisfação de vocês com a experiência de implementação do programa?

“Muito satisfeita comigo mesma, porque eu consegui o que foi proposto. Fiquei satisfeita com o comprometimento das mães, orgulhosas delas. Elas diziam: ‘tu tá vendo o que eu consegui?’, ‘eu não imaginei que eu era capaz, não imaginei que meu filho seria capaz de compartilhar um livro inteiro sem levantar da cadeira’.

Eu me senti satisfeito pelo lado das mães, mas insatisfeito pelo meu lado, porque eu me senti muito desvalorizado no começo. Mas depois teve o outro lado das mães, que aderiram e gostaram do programa, então nesse outro lado fiquei muito satisfeito.

Eu me senti bem e disposta e a capacidade de fazer o novo, em como me mostraram o projeto e como me explicaram e eu sabia, eu aceitei, eu me dispus a fazer e aí não tem como não dar certo. Grata em todos os aspectos, por eu ter crescido como pessoa, por ver as mães crescerem, eu gostei muito. (Lilian)

Eu me senti muito satisfeita, não só porque eu acredito no Conte Comigo, mas principalmente por ver o crescimento dessas mães, como o programa impactou a vida

delas e como eu era um agente desse progresso delas. Uma satisfação incrível, a cada grupo que termina eu me sinto melhor, porque as mães aproveitaram muito e eu aprendi muito com elas e com o programa também.

Minha maior satisfação foi ver o resultado das mães. No início eu estava bem insegura sobre não conseguir fazer e depois vi que deu certo. Houve pontos negativos em relação à estrutura, mas para mim foi muito bom.

Eu fiquei mais motivada ao final do primeiro grupo, elas falaram de quanto elas tinham gostado, a construção do vínculo delas com as crianças, falando que não queriam que terminasse o programa, aquilo me motivou, porque mostrou o resultado imediato.

Essa satisfação em relação às mães foi o que nos fez continuar.

Ver que o caos está se transformando em organização. Estás mostrando mais cultura, construindo vínculo, criança aprendendo, tu não vai mais ler historinha, vai compartilhar segundo o interesse da criança. As inseguranças vão diminuindo. Como pessoa, é muito gratificante ver tudo isso acontecendo e saber que tu tens uma parte nisso tudo. As técnicas do programa são fáceis de serem implementadas. Pessoas com qualquer nível estudo podem implementar. A metodologia tem tudo para dar certo”.

9. Vocês têm sugestões para o Programa Conte Comigo?

“Se as mães não fossem obrigadas a trazer os filhos, elas aproveitariam muito mais e prestariam mais atenção.

Com as crianças indo é preciso uma estrutura muito maior. Não tem como ter 7 crianças com um único cuidador. As crianças correm e ficam agitadas demais, não dá para compartilhar e fazer comentários, porque a sala ficava um caos. Então as crianças mais atrapalharam do que ajudaram. Outro modo de observar é com os vídeos que as mães mandam pelo celular e no início da sessão seguinte eu dava o feedback dos vídeos.

Outra questão é o tempo de observação e comentários sobre o compartilhamento, que fica muito longo com as crianças estando junto. Com 7 ou 8 mães eu tinha que cronometrar, senão fazia mais tempo de observação do que de sessão”.

“Por outro lado, com as crianças ali, as mães conseguiam ver como iniciar as técnicas da semana com aquele novo livro. E eu conseguia ver isso com elas e as crianças na sessão.

“Acho importante a criança estar, prefiro olhar a criança teimosa ali e tenho uma ideia de como é essa criança. Então quando a mãe da criança super agitada chegava na

semana seguinte dizendo que tinha feito 5 vezes, eu sabia que não era verdade; já a outra que dizia que fez 2 vezes eu podia acreditar.

“Não trazer a criança muitas coisas ficam escondidas, algumas mães batiam nas mãos da criança quando pegavam o livro, isso não é o tipo de coisa que a gente conseguiria ver se a criança não estivesse ali.

“Os meus grupos eram menores então era muito mais fácil. Novamente é uma questão de estrutura. Algumas mães achavam que seus filhos não conseguiriam, que não iriam parar para fazer, meu papel era então mostrar ‘olha, faz 15 minutos que vocês estão fazendo o compartilhamento, vocês conseguem!’.

Meu grupo tinha 4 cuidadores, quase um cuidador por criança, porque eram os cuidadores do próprio PIM. Já o outro grupo que era um cuidador só, era bem mais difícil fazer a observação” (V8).

Apêndice G – Transcrição das entrevistas com os implementados do Programa ACT

1. O conceito de vocês de prevenção da violência mudou?

“Eu não pensava em prevenção nesse nível tão precoce, não pensava em trabalhar com famílias para prevenir a violência dentro de casa e que isso fosse repercutir no futuro, não tinha essa visão” (C1).

“A gente fala em violência e sempre numa questão mais de repressão, não tanto de prevenção. Falta conhecimento sobre de que forma a gente pode atuar, sobre o que funciona e o que não funciona, eu mesmo nunca tinha visto um estudo de que diz que tu pode trabalhar na prevenção da violência intrafamiliar e atuar diretamente nisso, então mudou muito minha visão” (A1).

“Trabalhei com violência doméstica e os serviços não dão conta de fazer o tratamento e ainda fazer a prevenção. Já este programa vai bem na base, as mães também refletem sobre suas histórias, é fantástico para fins de prevenção” (A3).

“Tenho experiência em atender crianças e adolescentes vítimas de violência, com a metodologia reforçou a importância de pensar na prevenção, porque a gente não pensa nisso. Essa prevenção muito precoce é fundamental, precisa ter esse atendimento antes, lá na base, que o caso da metodologia”. (A2).

“Também eu enxerguei outras formas de violência a que as crianças. As mães dizem ‘ah, eu nunca bati no meu filho’, aí dentro da metodologia tu percebe que a criança passa o dia inteiro assistindo desenho ou videogame violento, por exemplo, então chamou minha atenção para casos não só de violência contra a criança, mas toda uma condição do entorno de violência que eu não percebia, realmente antes da metodologia eram fatores que eu não me dava conta. Chamou a atenção para coisas que eu não percebia, nem falo mais das mães, mas que eu mesma não percebia. E a gente trabalha com isso há quanto tempo, trabalhamos com educação, trabalhamos com violência e eram coisas que para nós passavam despercebidas”.

“É, coisas que a gente que é pedagoga não sabia, que trabalha com isso, então imagina as mães que não têm esse conhecimento” (C2).

“Eu percebi que as mães não veem o prejuízo que elas estão causando aos seus filhos quando agem com críticas, com ações que não são próprias para as crianças. Então fez elas refletirem sobre esse mal, elas acham que estão educando e [a metodologia] leva elas a uma reflexão muito, muito grande. Eu como facilitadora percebi essa mudança de comportamento delas a partir da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª sessão, como elas progrediram e se deram conta que elas devem mudar primeiro para depois conseguir mudar seus filhos”. (C3)

“Tu muda a linha de raciocínio dessas mães. Porque elas dizem ‘eu fui criada assim, então tá tudo bem’ até que [a metodologia] dá o estalo nelas e até traz culpa e elas dizem ‘ah, então eu estava fazendo errado’. Então é a falta de conhecimento, as famílias não têm esse conhecimento, então acham que estão fazendo certo” (A1).

2. ***Como foi aplicar um método pronto e ter que seguir um manual?***

“Eu entrei meio no susto. Quando eu vim pra capacitação me disseram ‘tu vai ter que fazer’, mas eu nunca segui um manual de trabalho, nunca trabalhei dessa forma, então foi muito assustador. E outra, a minha descrença, eu não acredito que vou mudar uma pessoa que há gerações vem fazendo isso, que tem uma cultura para agir daquela forma. Eu não acreditava muito em nada. (C1)

No começo tu nem acredita. Depois que tu viu que dá resultado, aí tu começa a te interessar. (C2)

C1: “Só aplicando, quando tu te vê fazendo a diferença. Porque às vezes tu fica um ano dentro da sala de aula, ou anos de terapia e tu não vê o retorno, e ali tu vê o retorno muito rápido. Esse retorno de perceber ‘olha, aquela mãe está dizendo que fez isso diferente’, então esse retorno das famílias é que te incentiva e te motiva e tu diz ‘bah, tô fazendo a diferença”.

C2: “No tema de casa que a gente vê, que é tão importante pra elas.

C1: “Elas adoram fazer aquilo.

C2: “Porque ali é o momento de elas falarem o que aconteceu de bom e o que não foi bom, e elas trocam e vão aprendendo entre elas também.

A2: “Outros colegas no meu setor também acharam muito legal e ficaram com vontade de aplicar algumas dessas técnicas com as famílias que a gente trabalha lá também, ou outros profissionais, netão o pessoal fica interessado em saber, então com esses resultados, mostrar isso, e a gente que participou sabe que tem resultados porque

elas mudanças de comportamento delas mesmas, reforçar esses resultados, a partir disso vai vendo o resultado e fica interessando, então vamos fazer, mostrando que foi efetivo vai ter uma abertura e motivação”

C1: “Uma estratégia motivacional para outros grupos são os nossos relatos. Dizer aos colegas, ‘olha, gente, funciona, no início é mais difícil, mas vocês vão se apaixonar. Isso faltou pra nós.”

A1: “E também não ser uma coisa pela metade, ‘olha, vocês vão fazer um curso para depois aplicar essa metodologia, são 9 encontros de duas horas, nas escolas’, tem que ter uma informação”.

C2: “E dizer como isso vai ser feito”.

A3: “Mesmo assim, mesmo com mais informação, o treinamento tem que durar mais tempo. Claro que a prática é fundamental, mas se a gente tivesse tido um treinamento mais longo, com mais detalhamento, teria também sido mais fácil todo o processo”.

E sobre o manual?

“Principalmente a gente que é professora, a ideia sempre é do construtivismo, tem que ter dialética, liberdade, então pra nós isso de ter uma coisa pré-programada me causou um estranhamento, medo e dificuldade no início” (C1).

“Eu apliquei a metodologia 3 vezes e assisti a uma aplicação de uma colega, então tu percebes que a prática te dá segurança, a apropriação do material e do manual. As 3 vezes que eu apliquei foram totalmente diferentes. Tu te apropria do material, tem mais certeza, essas várias aplicações te dão mais segurança e tu consegue já saber ‘aqui posso ir mais rápido, aqui não’. A partir do momento que tu te apropria do material fica mais fácil [usar o manual]” (C1).

“Foi bem difícil no início, mas foi uma forma de organizar. É mais difícil no começo até se acostumar porque tem que fazer a sessão, mas sem ficar colada no manual. Mas é interessante, porque tem um encadeamento e a coisa flui, eu gostei” (A2).

“O que eu achei mais difícil no manual é que tem certas sessões que têm muito conteúdo. Então a gente não consegue desenvolver todo ele, a gente quer ouvir as mães também e aí chega no final da sessão e não deu para desenvolver tudo que era para aquele dia” (C2).

3. Houve dificuldades no processo de implementação?

“Olha, quando me chamaram, eu nem sabia para o que era, só me disseram que ‘ah não tem outra pessoa, vai tu mesmo’” (A1).

“Tinha a necessidade de saber porque estava ali, eu não tinha nem ideia do que vinha depois” (A2).

“Eu não sabia nem que eu ia ter que aplicar aquilo, a gente veio pra uma formação apenas. Então coisas que podem ter sido ditas, passaram batidos, porque eu não sabia para o que era aquilo” (C1).

a) ***Foi difícil a prática recomendada pelo Programa ACT?***

“Foi muito difícil. Eu levava todas as sessões minha máquina de cappuccino de casa, para fazer um agrado para aquelas mães que estavam ali. Elas faltavam e a gente tinha que correr atrás, convencer a vir. Quase desisti, porque foi muito desgastante”. Outro facilitador reforçou: “tive que cancelar sessões porque as mães não iam, demorei para concluir essa parte, porque foi muito difícil para nós”.

“A observação facilitou. Ver que eu faço diferente, mas posso fazer dessa outra forma que a colega está fazendo”. “Ajudou a gente a se apropriar melhor do material”.

“Conforme tu vai aplicando, vai se sentindo mais segura, aí na terceira aplicação tu vê que o tempo dá bem certinho, que não faltava tempo como tu achava na primeira vez que aplicou” (C2).

“No momento que tu te apropria do material fica mais fácil” (C1).

“Tem que se preparar tem que ter a sensibilidade de saber conduzir o grupo, deixar falar mais dependendo do assunto ou seguir adiante se o assunto não é importante” (C3).

“Deixar falar mas também não deixar as mães fugirem do assunto” (C1).

“A prática é a melhor coisa, porque cada grupo é diferente. Tem conversas que as mães estão percebendo a mudança ocorrendo, então não dá pra mudar de assunto, tem que deixar um pouco acontecer, não dá pra cortar a mãe”.

“Tem também a necessidade de tu estudar naquele dia que vai aplicar e pensar ele todo de novo é fundamental. Mesmo lendo antes, no dia que eu ia aplicar precisava passar umas duas horas olhando de novo e repensando a forma de fazer” (C1).

“O tempo pra se preparar é fundamental” (C2).

“No início nós não tínhamos esse tempo de preparação. Depois que as escolas nos liberaram um turno para poder ter essa preparação”.

b) Houve dificuldades logísticas e de estrutura?

“Também tem que tomar muito cuidado com o espaço onde vai ser feito, a forma como vai ser feita, porque a escola de educação infantil tem muito barulho, cada dia nos davam uma sala, uma perto do refeitório, depois outra que era meio que um corredor de passagem, então acaba sendo um desrespeito com as mães. Os cuidadores também as crianças fugiam, queriam vir com as mães, essas questões todas atrapalham” (A3).

“Enquanto escola, mexe na rotina da escola, tu não é bem vinda, eu mesma dentro da minha escola me sentia atrapalhando. As cuidadoras não tinham um lugar pra elas ficarem com as crianças. O ideal seria um espaço com duas salas só pra isso, uma para as crianças e outra pra sessão. Tem que ter um local adequado. Um dia de sessão que eu apliquei, por exemplo, era aniversário da escola, tinha uma banda tocando, mas quem está atrapalhando, nós ou a escola?! O calendário é deles, então pensando enquanto escola me atrapalhou, e pensando enquanto ACT também”. (C1)

“A própria escola tem que ser melhor informada sobre o projeto que será realizado”. A2

“Ideal foi a aplicação no Centro de Pesquisas, não tinha nenhum barulho, e as mães foram, mas ali também tinha um carro sempre buscando elas” (A1).

c) Porque vocês acham que as mães aderiram?

C1: “O que motivou as mães foi o incentivo financeiro e o transporte, que se pra nós foi difícil de acreditar e se motivar, até a terceira e quarta sessão as mães também estavam lá mais por obrigação.”

A1: “Acho que a ajuda financeira talvez tenha ajudado a presença das mães no início, mas não foi determinante para as mães ficarem”.

C2: “É ruim aplicar na mesma escola da gente, porque não consegue se desligar das tarefas da escola, evitar o ambiente muito familiar, tu não deixa de ser coordenadora e está ali aplicando o ACT”

C1: “Então por isso tu te sente aplicando duas vezes. Numa escola enorme que eu apliquei, eles tinham espaço bom que não atrapalhava a rotina da escola e o acolhimento foi muito bom, era de ensino fundamental, na minha escola infantil era ruim para as mães sentar na cadeira infantil, por exemplo, o ideal era um espaço destinado para isso.

A2: Mas as mães também precisam que seja perto de casa, não pode sair muito do território delas.

Foi estabelecida uma conexão entre as mães?

C1: Com certeza, os pares, elas se encontraram e era um espaço para isso, para falar desses assuntos que não tem mais ninguém pra conversar a respeito e dizer 'bah não sou só eu que tenho esse problema'".

A3: "Elas trocavam muitas mensagens no grupo de Whatsapp, organizavam caronas, tiravam dúvidas, foi bem útil".

A1: "Nos 3 grupos que fiz, 2 tiveram grupo de Whatsapp, o outro grupo era na sexta e teve muitos feriados então dificultou a dinâmica entre as mães porque ficou muito espaçado, é melhor fazer duas vezes por semana do que falhar uma semana, porque se perde".

A3: "É, se vai ter feriado na quinta, por exemplo, tem que fazer a sessão na quarta, não dá pra pular uma semana".

A2: "Já de início ter esse calendário e combinar com as mães as trocas de data que forem necessárias, essa flexibilidade é importante".

Como foi a supervisão?

"Isso foi muito bom, pra tirar dúvidas. Tu lê o manual e fica na dúvida da ordem das coisas e tal, então é necessário ter uma pessoa pra consultar.

Como foi aplicar um programa baseado em evidências?

C2: Essa metodologia, esse programa é de zero a 8 anos né? Mas teve famílias que aplicaram em filhos adolescentes, com a família, com o esposo, com a filha mais velha, no fim abrangeu a família inteira e não só os pequenos".

C1: o programa tem alguns conselhos e técnicas e formas de fazer pensar que não é só pra aplicar com criança, tu leva pro marido, leva pro serviço, isso de respirar, de dizer 'olha, agora eu tô muito brava pra conversar contigo' seja se tu é minha supervisora, então eu vou dar um tempo, vou pensar, isso de dar um tempo foi crucial pra mim enquanto pessoa, porque eu sempre quero resolver tudo na hora e isso fez toda a diferença, se tu esperar o outro dia faz toda a diferença. Tem coisas ali que tu

carrega pra vida pessoal e profissional. Tu mesma te pergunta 'porque que eu causei esse conflito dentro da minha casa que poderia ter sido resolvido de outra forma'.

A2: pra mim foi uma baita experiencia, eu nunca tinha tido contato com uma metodologia que tu vivencia. Hoje eu fico vendo e pensando que a vizinha da frente precisava participar do programa. Do outro lado tem uma família com 3 filhos que os pais gritam o tempo todo, eu até pensei em chamar as mães da minha vizinhança pra montar um programa ali, porque elas precisam muito.

A1: as próprias mães contam que as vizinhas delas vêm comentar 'ué, eu achei que tu tinha se mudado porque parou a gritaria'. Aí elas pensam 'ué, mas será que eu gritava tanto assim?' e contam que agora todo mundo consegue se comunicar melhor dentro de casa. Quando trabalham a questão da raiva, trazem toda uma bagagem que elas passam a repensar"

A3: Elas chegam na sessão dizendo 'Quero compartilhar! Ontem eu fiz isso e deu certo!'

A2: Então elas próprias acabam sendo multiplicadoras disso

C2: Elas mesmas ficam surpresas da mudança delas mesmas

A2: Ela contando 'a diferença do meu filho quanto ele está me ajudando agora que eu parei de bater'".

C2: Uma chegou um dia: 'Eu só quero te dizer que hoje faz uma semana que eu não bato no meu filho'". Então elas estão se educando e estão conseguindo educar os filhos, o marido e todo mundo na volta. Aí a gente elogia, fica feliz com elas.

A1: Essa questão do retorno nosso enquanto facilitadores para as mães também é fundamental, elas esperam que a gente reforce esses novos comportamentos.

E qual a opinião de vocês sobre a parceria com a Universidade?

C1: Meu primeiro sentimento foi 'vamos trabalhar de graça pra universidade'. Depois, o respaldo deles foi muito bom, o pessoal que falava com a gente, sempre respeitosos, colaborativos, então foi uma parceria muito legal. Aquele primeiro sentimento era porque a gente não sabia de nada. Foram muitas exigências pra nós, tu vai ter que aplicar uma metodologia na Coorte e tu estás gastando tua gasolina, com materiais e tal. As mães estão recebendo ajuda pra ir lá e tu tá trabalhando de

graça e gastando do teu bolso, dando a lembrancinha, tinha que motivar, tinha muito gasto envolvido. Eu levava minha máquina de café de cápsula, pra incentivar, então foi dispendioso essa primeira prática. Mas no final das contas, agora, se eu tivesse que fazer só isso da minha vida eu estaria muito realizada.

A2: “Eu tive a experiencia de aplicar as sessões de treinamento no serviço em que eu trabalho, então eu tive todo suporte lá”.

C1: “Com certeza. Isso é uma coisa que a gente sente muito falta dentro do município, nós temos duas, três universidades e às vezes tu tem dificuldade de encontrar um professor pra dar uma aula extra, falta muito essa troca com as universidades”.

A1: Foi geral o pensamento de que a gente estaria trabalhando pra Universidade, mas na verdade foi relacionado ao Pacto Pelotas Pela Paz, o que fazer para cortar esse ciclo de violência. Então foi muito legal ter essa pesquisa, porque geralmente ninguém sabe se as coisas funcionam ou não. Todas as ações deveriam ter esse respaldo científico, tanto a saúde, a educação, toda implementação de políticas pública. Porque é assim, o fulano diz que ouviu falar que é bom, mas qual é o embasamento mesmo disso. Isso me motivou, porque com a pesquisa que foi realizada pela Universidade vamos saber o impacto real do trabalho que a gente fez com aquelas crianças.

C1: Uma das poucas coisas que me motivou no início a fala de que as crianças seriam acompanhadas pela pesquisa por trinta anos.

A) Vocês perceberam alguma resultado nas mães?

C1: “Eu entrei meio no susto. Primeiro, quando eu vim pra capacitação me disseram ‘tu vai ter que fazer’, mas eu nunca segui um manual de trabalho, nunca trabalhei dessa forma, então foi muito assustador. E outra, a minha descrença, eu não acredito que vou mudar uma pessoa que há gerações vem fazendo isso, que tem uma cultura pra agir daquela forma com seus filhos. Eu não acreditava muito em nada. Entrei e pensei ‘bom tenho que fazer, sou uma profissional, mas vou fazer por obrigação’. E no final, depois de implementar isso, vou te dizer, se eu tivesse que fazer isso pro resto da vida, eu seria uma pessoa muito realizada e muito feliz.”

C2: “Idem!”

C1: “Porque tu sente a resposta muito rápida, tu te sente fazendo a diferença!”

C2: “É muito gratificante!”

C1: “É muito gratificante! No início eu não me senti preparada, a dificuldade de conseguir o material, eu tive que pedir ajuda, os vídeos são difíceis de baixar, tudo é complicado, então isso foi muito difícil, mas depois que a gente já tinha os materiais ficou mais fácil. Na primeira vez que eu apliquei com 3 pessoas já sentia uma diferença, mas foi com colegas, quando foi com 10 mães que eu não conhecia foi muito diferente, mas com o passar das sessões tu vai vendo a diferença nas mães, elas vão contando o que estão conseguindo. O retorno é muito rápido, tu vê que em 8, 9 sessões tu consegue fazer uma diferença, consegue fazer as pessoas repensarem”.

A1: “Essa mudança em que momento ocorre, depois que a gente aplica a gente entende porque uma coisa vem antes e outra depois, que a metodologia tem todo um andamento vai fazendo a mãe perceber, chega um momento que elas se dão conta das coisas e começam a agir diferente”.

C2: “a primeira vez que eu apliquei não me senti nem um pouco motivada, porque não tinha um pingão de experiência com aquele curso de dois dias muito rápido que tivemos, mas depois foi melhorando”.

C1: “Olha, hoje se eu trabalhasse só com o ACT eu ia ser bem mais feliz. Eu gosto do meu trabalho, mas tô ali e passa dia após dia e não rende, fica apagando fogo, algumas famílias específicas têm resultado, mas o resultado a curto prazo aqui foi muito mais satisfatório” (C1)

C2: “Eu também”

C1: “Eu não tenho nem o que dizer, eu disse pra uma colega ontem, se eu tiver que fazer isso, eu trabalho também em escolas e tu pode fazer um trabalho durante 5 anos, tá sempre sob tensão e numa corda bamba, correndo risco, se um dia fizer algo errado todo o trabalho”.

C1: “O retorno imediato aqui foi muito gratificante, coisa que eu nunca tinha percebido, tu vê progresso nas crianças, mas é muito no longo prazo. Então isso me trouxe muita satisfação, a alegria das mães, o não querer parar quando chegava perto do fim do curso, a tristeza delas ‘bah que pena que tá terminando’, isso é muito bom, até aquela mãe que não falava nas sessões, a casa dela era perfeita, ela não tinha problema nenhum, mas ela ia e no final ela também lamentou que terminou. Esse retorno foi muito bom.

A3: “Acho que isso é muito por conta de ser realmente um programa bem estruturado. Eu trabalho na Assistência, no CRAS, então tu faz algumas abordagens, alguém precisa da tua ajuda e tu auxilia, ou mesmo que seja um grupo, mas não tem algo estruturado, então aqui como é tudo estruturado, tudo foi muito bem pensado, pra que o resultado aconteça, acho que isso auxiliou muito e aí vem o resultado mesmo. É uma psicoeducação e aí tu consegue transformar. Que é diferente do que a gente faz na Assistência por exemplo.

A1: Tem uma questão muito prática mesmo, isso aqui funciona.

A2: Me senti com uma satisfação enorme em participar, só que minha função de coordenadora do CREAS atrapalhou um pouco pela falta de tempo. Foi difícil, mas assim mesmo me senti muito bem, mas precisaria ter mais tempo para me dedicar ao programa.

C1: Pegando esse gancho, uma ideia que eu tenho, ao invés de capacitar 30 novos facilitadores, ficar com o grupo que já está formado e nós nos dedicarmos só a isso. Cada um ter 4 ou 5 grupos andando ao mesmo tempo. Se não, o que acontece é que cada um tem seu trabalho próprio de professora, coordenadora, tem que ficar correndo e é mais dispendioso. Ao invés disso, essa equipe que já está formada se divide em todas as escolas que queremos ter a metodologia e ter grupos todos os dias andando e nós só fazermos isso enquanto servidores públicos. O que quero dizer é que a minha satisfação aplicando o ACT foi tão grande que eu abriria mão da minha profissão neste momento de coordenadora pedagógica pra me dedicar a isso. Qualificar mais o nosso grupo, ir a palestras relacionadas com o tema da violência e nós fazermos só isso. Se não as agendas e outras preocupações são muitas.

A1: A habilidade nossa é maior, nossa prática já nos fez melhorar muito.

C2: É difícil, mas dá pra fazer, só que exige dedicação e pra isso precisa de tempo.

C1: Teria que ter uma ajuda de custo. A minha escola fica a duas quadras da minha casa, no ACT eu fui trabalhar a 20 km de casa. Então foi dispendioso e uma ajuda de custo seria um incentivo.

C2: Porque a gente trabalha porque precisa também.

A1: A gente teve gastos reais que não estão previsto na nossa rotina.